



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

UM CRIME PRA COMENTAR, UM “FREVO” PRA DISTRAIR...

**Um estudo em torno da destinação do Recife Antigo
(reconfiguração urbana, turismo e violência)**

Barbara Nascimento Rodrigues

Dissertação de Mestrado

**BRASÍLIA-DF
2018**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

UM CRIME PRA COMENTAR, UM “FREVO” PRA DISTRAIR...

**Um estudo em torno da destinação do Recife Antigo
(reconfiguração urbana, turismo e violência)**

Barbara Nascimento Rodrigues

Dissertação de Mestrado

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB).

Orientador: Prof. Dr. Elimar Pinheiro do Nascimento

Coorientador: Prof. Dr. Mozart Fazito Rezende Filho

**BRASÍLIA-DF
2018**

RODRIGUES, Barbara Nascimento.

Um Crime pra Comentar, um “Frevo” pra Distrair... Um estudo em torno da destinação do Recife Antigo (reconfiguração urbana, turismo e violência)

Brasília, 2018.
(105 páginas)

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília.

1. Turismo 2. Violência 3. Reconfiguração Urbana 4. Recife Antigo

I. UnB/CDS

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

UM CRIME PRA COMENTAR, UM “FREVO” PRA DISTRAIR...

**Um estudo em torno da destinação do Recife Antigo
(reconfiguração urbana, turismo e violência)**

Barbara Nascimento Rodrigues

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental, opção acadêmica.

Aprovado por:

Orientador: Prof. Dr. Elimar Pinheiro do Nascimento
(Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília)

Banca Examinadora: Prof. Dr. Frédéric Adelin Georges Mertens
(Examinador interno, Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília)

Banca Examinadora: Prof. Dr. José Luiz Rattón,
(Examinador externo, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)

Brasília, 10 de agosto de 2018

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Elonha Cordeiro do Nascimento e Aigo de Castro Rodrigues, por me ensinarem a enfrentar meus medos, a não baixar a guarda, a nunca perder a coragem, a ser forte e, ao mesmo tempo, a ser paciente, aproveitar a caminhada, sentir a maresia e não perder a cadência do samba. Obrigada pela liberdade neste novo voo e pelas orações. Vai dar certo e vai valer a pena.

Ao meu orientador, Elimar Pinheiro do Nascimento, pelos ensinamentos e pela forma sempre carinhosa de me orientar. Pelas experiências de trabalho conjunto e por me permitir percorrer caminhos ainda pouco traçados, reforçando a importância do compromisso com o rigor acadêmico e com o papel da pesquisa. Por me fazer uma pesquisadora melhor.

Ao meu coorientador, Mozart Fazito, por não me dar respostas, dar-me o meu avesso. Pela oportunidade da constante inquietação com meu objeto de pesquisa e pelas incontáveis discussões que surgiram a partir disso. Pelo riso, lírico e cru, compartilhado e, sempre, pela música. E por isso, eu afirmo, com esperança (e medo) que cabe a uma pesquisadora brasileira iniciante, que ainda conquistaremos o mundo três vezes.

À Mara Flora Lottici Krahl, minha segunda mãe, madrinha, por me dar o privilégio de fazer parte do seu convívio e do seu lar. Por me ensinar tanto todo dia, com amor, vigor e humor. Por me mostrar que arriscar vale a pena e que a vida merece o melhor de nós sempre. Pelo pão, pelo lirismo, pelo nosso partido, pelos encontros e pelas músicas. Por Baco.

A João Paulo Faria Tasso, pelas contribuições que refinaram e enriqueceram este trabalho. Graças a você eu iniciei esse caminho que hoje sigo com enorme prazer e por isso lhe sou eternamente grata. Obrigada por continuar a compartilhar seu conhecimento com a mesma paciência infinita. Você continua sendo minha referência.

A Luiz Carlos Spiller Pena, meu segundo pai, por sempre me lembrar de ter fé. Pelos momentos de leveza após uma confissão e um café. Pelas seguidas piadas que só dois cariocas longe do mar, por tempo demais, entendem. Por acreditar no poder da atenção e do afeto.

A Évellin Mesquita por ser uma companheira de viagem sensacional. Pelo riso de desespero, pela lágrima de alegria. Pelo escárnio e a falta de filtro. E por compartilhar dessa jornada acadêmica insana lado a lado, com garra e graça.

À minha segunda família, Lottici Krahl, pelo acolhimento tão amoroso e pelos momentos de intensa felicidade que eu passei ao lado de todos vocês. À minha pequena Manuela, ao Bernardo, ao Gambá, ao Patric, à Priscila, à Luise e ao Herbert.

Às pessoas maravilhosas que Brasília e a UnB me presentearam, em especial à Livia Wiesinieski e família, Gabi Barbosa, João Veras, Elizabeth Pazello, Nayara Marques, Cris Olesko e Grilo.

À minha turma de mestrado pelo companheirismo, pela amizade, pelas risadas, e por acreditarem, de diferentes maneiras, que é possível criar um mundo melhor.

Ao The SS Group, ao LETS e ao Latitude, em especial, ao Projeto Violência e nossos encontros. Aos amigos de Cardiff e ao Wilker.

Aos professores e funcionários do CDS, em especial, aos professores João Nildo, Frédéric, Saulo, Thomas, Izabel, Amazonas, Dóris e ao Araújo e à Luciana. Ao professor José Luiz Ratton pelas contribuições na banca.

Aos alunos, funcionários, professores e ex-professores do CET, em especial ao André, Everaldo, Karina, Natália, Zé Luiz, Tainá, Iara, Maru, Fagno, Juan, Lili, Lucena, Seu Valdemir, membros e ex-membros da Polaris Jr.

Ao Recife materializado em Gabriela Barbosa e família, Bruna Neves e Katrin Freitag. Ao Recife Antigo, suas histórias e seus personagens que me fizeram escrever esta dissertação. E às instituições que contribuíram diretamente para a pesquisa: URB, ICPS, CIATur, SeTur, SDS e a UFPE.

À minha irmã Sara e ao meu irmão Marcos pela torcida e aos parentes que oram por mim, em especial às minhas tias Leia e Rita, ao meu tio Tomás e seus familiares.

Sempre ao Rio, sempre pelo Rio. À Carol, Dino, Luana, Naty e ao Méier.

Aos financiadores desta pesquisa, que a fizeram e ainda a fazem ser possível: à CAPES, à FAP-DF e à British Academy.

Por fim, a Alexandra Elbakyan, criadora da plataforma Sci-Hub, e aos criadores do LibGen por contribuírem para a disseminação do conhecimento científico.

RESUMO

O turismo é um fenômeno social e uma atividade econômica capaz de gerar impactos positivos e negativos nos locais em que ele se desenvolve. Nos centros urbanos brasileiros, o investimento no crescimento do fluxo turístico fez com que muitas cidades tenham se tornado palco de contínuas reformas, no sentido de melhorar a infraestrutura urbana, equipamentos e atrativos para incrementar o conjunto da oferta turística. A sequência de ações de reconfiguração urbana realizadas afetou, de alguma forma, o cotidiano dos usuários desses locais e a forma como seus visitantes o percebem. Para entender melhor essa dinâmica e seus impactos no uso dos espaços públicos, esta dissertação realizou um estudo de caso no Recife Antigo (ou Bairro do Recife), localizado na cidade do Recife (PE), local que foi, nas últimas quatro décadas, constantemente modificado em prol do desenvolvimento turístico local. Por meio de uma abordagem qualitativa, que consistiu no levantamento bibliográfico e documental de informações sobre o bairro e na realização de entrevistas semiestruturadas com representações locais, a pesquisa buscou analisar, por um tratamento discursivo, como as narrativas de turismo fomentaram o processo de reconfiguração urbana ocorrido a partir do Plano de Revitalização do Centro da Cidade de 1986 e como os resultados desse processo influenciaram no uso dos espaços públicos do Recife Antigo. Pelo fato da violência ser um problema recorrente na realidade dos centros urbanos brasileiros, foi também identificado fatores que afetam a percepção da violência dos usuários do bairro, assim inibindo seu deslocamento no local. Foi possível averiguar que o bairro se tornou um objeto de disputa entre diversos atores que se apropriaram, em diferentes momentos, da capacidade de mudar o seu desenho urbano e o direcionaram de acordo com seus interesses específicos, o que gerou certa incongruência no conjunto urbano do Recife Antigo. Essa incongruência fez com que o uso dos espaços públicos do bairro não fosse estimulado em sua amplitude, já que ainda restam locais degradados. Somado a isso, os habitantes locais, restritos a uma área considerada de baixo desenvolvimento, são vistos, por parte dos usuários, como uma ameaça e não conseguem se inserir na dinâmica local de maneira formal. Ainda que o bairro não apresente altos índices de violência, por estar localizado no Centro da Cidade do Recife, local com elevados índices de crimes não letais, e por essa dinâmica não ter favorecido a completa revitalização do bairro, a percepção da violência ainda é acentuada por parte dos usuários que o acessam, comumente, por transporte público e que se deslocam nele a pé. Essa interpretação faz com que o Recife Antigo ainda encontre obstáculos para sua ocupação contínua, nos dois turnos, por moradores e visitantes diversificados.

ABSTRACT

Tourism is a social phenomenon and an economic activity capable of generating positive and negative impacts in the places where it develops. In Brazilian urban centers, investments in the growth of tourist flow has made cities become a target of continuous reforms, in order to improve urban infrastructure, equipment and attractions to increase the tourism offer. The sequence of urban reconfiguration actions somehow affected the daily life of the users of these places and the way their visitors perceive it. To understand this dynamic and its impacts on the use of public spaces, this dissertation carried out a case study in Recife Antigo (or Recife Neighborhood), located in the city of Recife (PE), a place that has been, in the last four decades, constantly modified in favor of local tourist development. Through a qualitative approach, which consisted of a bibliographical and documentary survey about the neighborhood and the accomplishment of semi-structured interviews with local representatives, the research sought to analyze, through a discursive treatment, how tourism narratives fostered the process of urban reconfiguration occurred from the City Center Revitalization Plan of 1986 and how the results of this process influenced the use of the public spaces of Recife Antigo. Because violence is a recurring problem in the reality of Brazilian urban centers, this research also identified what may affect the perception of violence among neighborhood users, thus inhibiting their displacement in the locality. It was possible to verify that the neighborhood became an object of dispute between several actors who appropriated, at different times, the capacity to change their urban design and directed it according to their specific interests, which generated a certain incongruity in the urban set of Recife Antigo. This incongruity made the use of the public spaces of the neighborhood not stimulated in its amplitude, since there are still degraded places. In addition, locals, restricted to an area considered underdeveloped, are seen by users as a threat and are unable to insert themselves, formally, into the local dynamic. Although the neighborhood does not present high levels of violence, because it is located in Recife City Center, a place with high rates of non-lethal crimes, and because this dynamic did not favor the complete revitalization of the neighborhood, the perception of violence is still accentuated by users who usually access it by public transport and by who walk on foot. This interpretation means that Recife Antigo still faces obstacles to its continuous occupation, in the two shifts, by diversified residents and visitors.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1) Diagrama Conceitual para Abordagem de Competição de Racionalidades	39
Figura 2) “Prespectiva” do “Ressife” e Villa de Olinda.	51
Figura 3) Mapa com o redesenho do núcleo original da cidade. O traçado mais forte indica o novo desenho do bairro.	53
Figura 4) Delimitação da Comunidade do Pilar (em vermelho) no Bairro do Recife (ilha).	54
Figura 5) Eventos ocorridos nas origens da revitalização do BDR (1910 – 1983).	55
Figura 6) Placas dos projetos Cores da Cidade (embaixo) e Tudo de Cor para Recife (acima), localizadas na Rua do Bom Jesus.	57
Figura 7) Eventos no período de decadência do bairro (1983 -1996).	58
Figura 8 e figura 9) Praça Barão do Rio antes da reforma de 1999 (a esquerda) e depois (a direita).	60
Figura 10) Eventos na ascensão do turismo no bairro (1996 – 2000).	60
Figura 11) Vista do Bairro do Recife, com o prédio do Porto Digital em primeiro plano.	61
Figura 12) Eventos ocorridos após o início do Porto Digital (2000 – 2012).	62
Figura 13) Centro de Artesanato de Pernambuco, no BdR.	62
Figura 14) Vista da entrada do Bairro do Recife a partir da ponte Maurício de Nassau.	63
Figura 15) Eventos recentes no BDR (2012 – 2018).	64
Figura 16) Linha do tempo com os episódios do BdR e as narrativas de desenvolvimento turístico evidenciadas	67
Figura 17 e figura 18) Protesto de moradores da Comunidade do Pilar em frente a Prefeitura do Recife, realizado em 13 de março de 2018.	69
Figura 19) Delimitações do Tombamento do BdR	70
Figura 20 e Figura 21) Prédios fechados no Recife Antigo	71
Figura 22) Vista aérea do Shopping Paço Alfândega (prédio amarelo) e do estacionamento à direita dele	73
Figura 23 e figura 24) Vista lateral dos Armazéns do Porto	76
Figura 25 e Figura 26) Visão da Rua da Guia e da Rua Tomazina à noite.	76
Figura 27 e figura 28) Formas de policiamento no Bairro do Recife.	79
Figura 29 e Figura 30) Vista da Rua da Assembleia, a partir da Rua da Moeda e vista da Rua Mariz e Barros, a partir da Avenida Rio Branco	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1) Relação etapas e passos da pesquisa.....	41
Quadro 2) Relação dos Documentos identificados	37
Quadro 3) Elementos da Narrativa “Turismo como vetor de preservação”	72
Quadro 4) Elementos da narrativa “Turismo como consumo de massa”	75
Quadro 5) Elementos da narrativa “Turismo Voyeur”	77
Quadro 6) Elementos da narrativa “Turismo Gourmet”	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1) Principais Investimentos do Prodetur I na RMR.....	58
---	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1) Localização do Município de Recife	45
Mapa 2) Mapa dos Bairros do município de Recife, com o Bairro do Recife destacado.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1) Mapeamento das visões do desenvolvimento sustentável	19
Gráfico 2) Homicídios no Brasil, de 2006 a 2016.....	30
Gráfico 3) Taxa de Homicídios nas Regiões Brasileiras e no Brasil, de 2006 a 2016	42
Gráfico 4) Evolução das taxas de homicídio (por 100 mil habitantes) em Recife, Pernambuco, Região Nordeste e Brasil entre os anos de 2006 e 2016.....	43
Gráfico 5) Evolução dos Índices de Violência em Recife (PE), de 2006 a 2017	44
Gráfico 6) Evolução do Fluxo Turístico em Recife (PE), entre os anos de 2000 e 2016.....	50
Gráfico 7) Ocorrências de furto por AIS do Recife: 2011 a 2017.....	82
Gráfico 8) Ocorrências de roubo por AIS do Recife: 2011 a 2017	83
Gráfico 9) Ocorrências de CVLI por AIS do Recife: 2004 a 2017	83

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AIS – Área Integrada de Segurança

Bandepe – Banco do Estado de Pernambuco

BdR – Bairro do Recife

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CIATur – Companhia Independente de Apoio ao Turista da Polícia Militar

CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais

CVP – Crimes Violentos ao Patrimônio

DPPC – Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural da Prefeitura do Recife

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICPS – Instituto da Cidade Pelópidas Silveira

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MINC – Ministério da Cultura

MTur – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PD – Porto Digital

PIB – Produto Interno Bruto

PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo

PRODETUR/NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste

RMR – Região Metropolitana do Recife

SDS – Secretaria de Defesa Social de Pernambuco

SeTur – Secretaria de Turismo do Recife

SeTur/PE – Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco

SEPLAM – Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Pernambuco

UNDP – United Nations Development Programme

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. TURISMO, RECONFIGURAÇÃO URBANA E O USO DO ESPAÇO PÚBLICO	16
1.1 TURISMO.....	16
1.2 A CIDADE E SEUS USOS	23
1.3 PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA NA CIDADE	29
2. METODOLOGIA	34
2.1 SELEÇÃO DO ESTUDO DE CASO	41
3. A CIDADE NÃO PARA, A CIDADE SÓ CRESCE...	51
3.1 AS ORIGENS DO BAIRRO DO RECIFE	51
3.2 DO ‘NOVO RECIFE’ AO ‘RECIFE ANTIGO’	52
3.2.1. Porto Solidão: a ativação do porto de SUAPE	55
3.2.2. O desenvolvimento pelo turismo: “O sucesso do ‘Cores da Cidade’”	58
3.2.3. Desenvolvimento pela tecnologia: o Porto Digital.....	60
3.2.4. O requinte: os Armazéns do Porto e o encerramento do Gambrinus	62
4. A DINÂMICA DAS NARRATIVAS DE TURISMO E A PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA NO RECIFE ANTIGO	65
4.1 NARRATIVA 1: O TURISMO COMO VETOR DE PRESERVAÇÃO	68
4.2 NARRATIVA 2: TURISMO COMO CONSUMO DE MASSA	72
4.3 NARRATIVA 3: O TURISMO “VOYEUR”	75
4.4 NARRATIVA 4: O TURISMO “REQUINTADO”	78
4.5 UM CRIME PRA COMENTAR, UM “FREVO” PRA DISTRAIR... ..	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	89
ANEXO 1	103
ANEXO 2	104
ANEXO 3	105

INTRODUÇÃO

Na última década, o turismo ganhou uma posição de destaque no cenário nacional principalmente devido à ocorrência de megaeventos (Jogos Pan-Americanos, Copa do Mundo e Olimpíadas) que motivaram a atenção de diferentes atores que puderam se aproveitar do incremento do fluxo de visitantes no território brasileiro. O grande potencial de desenvolvimento econômico por meio do crescimento da atividade turística se tornou uma narrativa comum no momento de determinar em quê e como entes públicos e privados devem investir seus recursos. Ainda que o turismo se caracterize por fazer parte da “economia imaterial”, que tem como produto principal a experiência do visitante, seus efeitos são concretos e passíveis de uma análise que dê atenção aos seus outros potenciais.

No Brasil, esses investimentos realizados no turismo foram direcionados, principalmente, para obras de infraestrutura de acesso, dos espaços urbanos, e para a construção de equipamentos e atrativos turísticos nos principais destinos do país. Dessa forma, o turismo apresenta também como impacto potencial a capacidade de modificar o desenho urbano das cidades, trazendo uma nova dinâmica para esses espaços. Melhorar a experiência do visitante, a fim de aumentar a atratividade, demanda melhorar também a vivência e a ideia que se constrói da cidade, fato que acaba por trazer uma nova configuração para o cotidiano de localidades que se transformam em destinos turísticos.

Nesse sentido, a pesquisa teve como pergunta norteadora: como a reconfiguração do espaço urbano em função do turismo influencia o uso dos espaços públicos? Somado a isso, pensou-se também, dentre os problemas presentes nesse uso, qual seria a percepção dos usuários desses espaços quanto à violência local (por ser, atualmente, um possível forte elemento inibidor do uso do espaço). Para respondê-la, definiu-se como estudo de caso o Bairro do Recife (BdR), também conhecido como Recife Antigo, localizado no centro da cidade do Recife (PE). A pesquisa se concentrou no estudo das alterações no desenho urbano, nos equipamentos, na infraestrutura local e das interações entre diferentes setores econômicos, ocorridas a partir do Plano de Revitalização do Centro da Cidade de 1986, com o intuito de compreender como essa dinâmica interfere no dia-a-dia dos usuários do bairro.

O Bairro do Recife é uma ilha e foi o primeiro bairro a ser ocupado do Recife. Ao longo da sua história recente, seu território foi constantemente modificado de acordo com o interesse de diferentes atores que, após a desativação do porto, tentaram se apropriar dos prédios e demais

equipamentos remanescentes do período em que o bairro tinha o porto como principal atividade econômica. Seu conjunto arquitetônico, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, é composto por prédios com características ecléticas, inspirados na arquitetura neoclássica europeia, datados do início do século XX, e chamou atenção pela potencialidade da sua ocupação e uso como complemento da atratividade do Centro Histórico da cidade.

No tocante ao uso dos espaços públicos do bairro, atualmente, o Recife Antigo abriga o Porto Digital (PD), projeto que incentiva a ocupação do bairro por empresas de tecnologia, e é considerado um dos principais centros turísticos da cidade. Esses dois setores, tecnologia e turismo, fazem com que o bairro seja movimentado durante o dia pelo fluxo de trabalhadores do PD e aos fins de semana com projetos e eventos promovidos pela Secretaria de Turismo e outras instituições. Entretanto, algumas questões ainda não resolvidas como a pouca ocupação dos prédios, conflitos com a comunidade local, descontinuidade das obras propostas, entre outras, fazem com que problemas quanto à movimentação de usuários nas ruas do BdR surjam.

Dentre esses problemas, a violência é comumente apontada como um fator que inibe a frequência de pessoas transitando pelas ruas em horários e locais específicos. Esse indicativo é percebido em outros destinos brasileiros, fazendo com que a discussão sobre a violência, e a percepção que se constrói acerca de um destino, comece a aparecer no debate sobre o planejamento do turismo no Brasil. Diante desse cenário, ao buscar analisar como o espaço do Bairro do Recife está sendo utilizado, esta pesquisa também levou em consideração como seus usuários são afetados pela sua percepção da violência local.

Esta dissertação está inserida no escopo de uma pesquisa mais ampla intitulada “Os Discursos de Desenvolvimento Turístico e Contenção da Violência no Uso do Espaço Público nas Capitais Nordestinas”, realizada pela grupo de pesquisa Lazer, Território, Turismo e Desenvolvimento (LATITUDE), que visa compreender os processos discursivos que precederam e governaram a construção e execução das políticas integradas de revitalização urbana dos espaços de lazer e turismo de Natal e Recife e revelar as razões por trás dos seus resultados na contenção ou expansão dos índices de criminalidade e percepção da violência urbana nas cidades.

Inspirada em uma técnica de análise já aplicada em situações de conflito onde o turismo é um dos setores protagonistas, também seguida pela pesquisa supracitada, esta dissertação

procurou identificar as narrativas¹ criadas a partir do entendimento (e interesse) dos atores desse cenário acerca dos temas presentes na discussão sobre a apropriação e uso do BdR. Para isso, a metodologia foi construída seguindo uma abordagem qualitativa, tendo como principais estratégias a realização de entrevistas semiestruturadas e análise documental, que resultaram na elaboração de uma linha do tempo com os principais eventos do recorte temporal estabelecido e a reflexão sobre a influência dessas narrativas no cotidiano dos usuários do bairro.

OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é analisar o papel das narrativas de desenvolvimento turístico e urbano no uso dos espaços públicos do Bairro do Recife.

Para cumpri-lo, os objetivos específicos são:

Objetivo 1) Discorrer sobre turismo e reconfiguração urbana, identificando na teoria os possíveis impactos dessa relação;

Objetivo 2) Descrever cronologicamente o histórico de mudanças do Bairro do Recife, desde a década de 1980 até hoje;

Objetivo 3) Caracterizar o papel das narrativas de turismo na construção e priorização das ações de desenvolvimento urbano e turístico no Bairro do Recife.

Objetivo 4) Apontar possíveis fatores de inibição do uso dos espaços públicos do Bairro do Recife relacionados à percepção da violência local.

Afora essa Introdução e as Considerações Finais, esta dissertação está organizada em quatro seções. A primeira apresenta uma discussão teórica acerca dos principais temas da pesquisa (reconfiguração urbana, turismo, uso do espaço público). A segunda seção mostra como os procedimentos metodológicos foram realizados e como o estudo de caso foi selecionado. A terceira seção traça a história do Bairro do Recife, a partir das modificações realizadas. E a quarta seção traz a análise do papel das narrativas de turismo na construção e

¹ Narrativas são aqui entendidas como um conjunto de fragmentos de discursos sobre os temas, ou seja, podem ser frases, segmentos de falas ou de textos escritos, que demonstrem o que algum indivíduo ou instituição entende pelo tema em questão. Dessa forma, os termos narrativa e discurso são usados ao longo do texto como expressões semelhantes.

priorização das ações de desenvolvimento urbano no BdR e como o resultado delas afeta o uso dos espaços públicos do bairro atualmente. Ela também indica alguns fatores que contribuem para a construção da percepção da violência dos usuários do bairro.

1. TURISMO, RECONFIGURAÇÃO URBANA E O USO DO ESPAÇO PÚBLICO

1.1 TURISMO

Com o intuito de contribuir para a promoção da Agenda 2030, e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o Turismo foi selecionado como uma das “atividades-chave” desse processo, ganhando destaque no ano de 2017, declarado o ano do Turismo Sustentável pela ONU. De fato, o setor é uma das economias que cresceu mais rápido no mundo nas últimas seis décadas (OMT, 2017), ganhando assim o *status* de dinamizador econômico por gerar emprego e renda. Em 2016, a contribuição total do turismo para o PIB mundial foi estimada em US \$ 7,6 trilhões por meio de contribuições diretas e indiretas, o que equivale a 10,2% do PIB global atual (OMT, 2018).

No Brasil, ainda que se fale em uma grande potencialidade de atração de visitantes, o fluxo turístico é abaixo do esperado quando comparado a destinos com as mesmas características. Como o país ainda não possui uma conta-satélite do turismo nacional não é possível saber com exatidão a contribuição do turismo para o PIB do país. Independentemente do valor exato, o Brasil passou nos últimos dez anos por uma série de eventos que poderiam ter contribuído mais para essa ascensão do turismo nacional, como a Copa das Confederações, a Copa do Mundo, as Paraolimpíadas e as Olimpíadas.

Obras inacabadas, desvios de verba, gentrificação, apropriação cultural, hiatos inflacionários, falta de acesso a determinados locais pela população são alguns dos impactos negativos advindos desses eventos, e dos consequentes picos de visitação. Esses fatos acabaram por propiciar um olhar mais crítico em relação ao planejamento do turismo no Brasil, que não viu o retorno esperado dos investimentos realizados. Mas, o que faz com que, mesmo com esses fatores sendo previsíveis, o investimento no turismo ainda seja válido quando se trata do desenvolvimento das cidades?

As instituições que ditam as regras das cidades (governo e potenciais investidores) começaram a entender o turismo como algo inerentemente bom, um vetor de desenvolvimento, apoiados pela ideia de que o turismo é uma “indústria limpa”, que gera emprego e renda, e, portanto, deve ser investido (HALL, 2008). Essa concepção é antiga, e anterior aos estudos sobre turismo e sustentabilidade. Entretanto, na prática, percebe-se que essa visão não mudou

muito ao longo dos anos, desconsiderando os efeitos negativos para o meio-ambiente, como por exemplo, o aumento da poluição pela expansão da malha aérea e do lixo nas praias ou em locais onde acontecem grandes festivais. Os discursos de desenvolvimento turístico continuam acompanhando os discursos hegemônicos de desenvolvimento que prezam pela expansão da renda como objetivo principal (FAZITO, 2015).

É comum políticos, planejadores públicos e investidores privados garantirem, em suas falas, o investimento no turismo, com a percepção de que ele é exclusivamente uma atividade econômica. Essa perspectiva falha ao ocultar outras dimensões que o turismo perpassa, assim como tende a diminuir, e algumas vezes a ignorar, os possíveis impactos negativos causados por ele.

O distanciamento da compreensão do turismo como, exclusivamente, um setor econômico, é fundamentado por autores que introduzem aspectos subjetivos à sua interpretação e ampliam o alcance de pesquisas antes voltadas à administração e ao marketing dos elementos que o compõem. Dessa forma, o turismo passa a ser entendido como um fenômeno social, objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento, que por sua composição múltipla, congrega uma ampla diversidade de temas, discussões, setores, práticas (TRIBE, 1997).

Esse movimento também é conhecido como a “virada cultural” ou a “virada crítica” nos estudos em turismo, ocorrido na passagem do século XX para o século XXI, quando autores se esforçaram em produzir conhecimento capaz de desafiar essa hegemonia (FRANKLIN; CRANG, 2001). A chamada Escola de Turismo Crítico buscou inicialmente construir metodologias críticas para analisar os processos sociais de contextos de desenvolvimento turístico (ATELJEVIC et al., 2007) e, em seguida, buscou construir teorias mais profundas para ajudar a entender o fenômeno do turismo em nível global (ATELJEVIC et al., 2012).

Entretanto, houve uma predominância de estudos voltados a questões de gênero, corpo, experiências individuais no espaço. Assim, Bianchi (2009) chama a atenção para o esquecimento do cenário político-econômico que essa “virada” propiciou. Para o autor, as pesquisas geradas por essa escola focaram em reflexões acerca de discursos e representações, “deixando o estudo sobre relações de poder político e econômico no turismo para aqueles que adotam as estratégias de livre mercado e globalização neoliberal” (BIANCHI, 2009. P. 493, tradução da autora), o que prejudica o acompanhamento dos impactos gerados por ele.

Ao refletir sobre a forma como o turismo se desenvolve nos locais em que ele ocorre, o Turismo Sustentável surge como uma alternativa de modelo de desenvolvimento da atividade turística que busca mitigar seus impactos negativos e fomentar o desenvolvimento local por meio da promoção de práticas consideradas sustentáveis, como a inclusão socioeconômica da comunidade local, o respeito à cultura local, a proteção dos recursos naturais do destino, valorização do patrimônio local, entre outras.

A guinada crítica pode contribuir especialmente para as pesquisas sobre Turismo Sustentável já que as duas escolas (Turismo Crítico e Turismo Sustentável) “compartilham interesses em questões normativas e éticas e visam garantir uma mudança socioambiental contínua” (BRAMWELL; LANE, 2014, p.4). Os autores defendem que a diversidade de perspectivas críticas pode fortalecer o Turismo Sustentável, mantendo vivo o debate sobre o fenômeno.

Pela ótica do desenvolvimento sustentável, o turismo pode ser uma boa opção no momento de decidir em qual setor um local deverá investir, e poderá esperar um retorno em termos de empregabilidade. Assim, o Turismo Sustentável surge como uma alternativa que considera determinados pressupostos para seu desenvolvimento, como a conservação do meio ambiente, a equidade social e a eficiência econômica (COSTA, H. 2013).

Algumas considerações não podem ser ignoradas ao se tratar de seu entendimento teórico. Primeiro, o Turismo Sustentável não deve ser considerado exclusivo de certos segmentos turísticos ligados à aspectos ambientais. Ainda, defende-se que o fenômeno poderia passar a ser uma meta a ser atingida de forma a abranger qualquer segmento de turismo (CLARKE, 1997). Além de uma meta, o Turismo Sustentável tem um potencial de ser um vetor de desenvolvimento de uma comunidade ao contribuir com o alcance de outras metas sociais definidas de forma mais ampla, integrando-se nas deliberações acerca da economia local (MCCOOL, 2016).

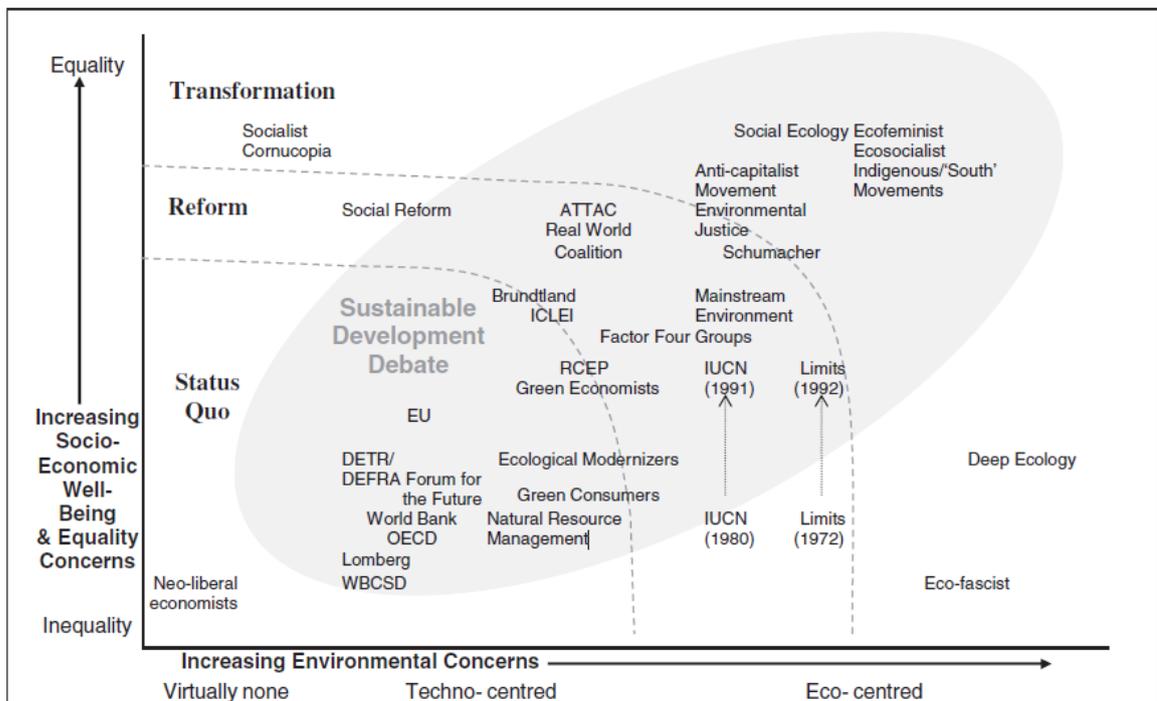
Assim, como o turismo, o desenvolvimento sustentável se insere em um debate interdisciplinar. Bolis et. al., (2014) argumentam que pela multiplicidade de sentidos do termo ‘sustentabilidade’, o conceito de desenvolvimento sustentável perde credibilidade, o que dificulta a possibilidade de traduzir seu discurso em ações práticas. A partir de uma ampla revisão bibliográfica os autores propõem que o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como:

(...) [uma] forma de desenvolvimento que objetiva satisfazer as necessidades humanas de toda a sociedade (e também das gerações futuras) acima de um nível mínimo, que é proporcionado por uma perspectiva axiológica de processos de tomada de decisão, considerando as limitações de recursos ambientais. (BOLIS et. al., 2014. p.23.).

Do básico sobre as suas dimensões principais (econômica, social e ambiental), até seu entendimento como um conjunto de valores, ou como uma perspectiva política, as reflexões trazidas pela discussão sobre esse conceito representam uma mudança na compreensão do lugar/papel da humanidade no planeta. Apesar disso, pela amplitude do seu uso (desde coisas insignificantes – como alguns produtos ditos sustentáveis – até objetivos globais) sua interpretação e seu emprego são abertos e acarretam em pouca confluência de ideias e práticas (HOPWOOD et al., 2005).

Hopwood et al. (2005) desenvolvem um gráfico que mapeia as diferentes perspectivas presentes no debate sobre o desenvolvimento sustentável, a partir da preocupação com os aspectos sociais (no eixo das ordenadas) e com os aspectos ambientais (no eixo das abscissas). O Gráfico 1, exibido a seguir, evidencia, em cinza, a ampla diversidade de instituições, movimentos e atores que se inserem nesse debate.

Gráfico 1) Mapeamento das visões do desenvolvimento sustentável



Fonte: Hopwood et al. (2005)

O Turismo Sustentável acaba por demonstrar o mesmo discurso evasivo da sustentabilidade, gerando os mesmos problemas de imprecisão e pouca operacionalidade

(BUTLER, 1999). Em teoria, o Turismo Sustentável (quando visto como um valor que perpassa todos os segmentos turísticos) deve favorecer a qualidade de vida da comunidade local receptora e uma experiência satisfatória para o visitante, o que pode assegurar a experiência de visitantes futuros e os benefícios advindos da atividade para a comunidade, a longo prazo.

Entretanto, mesmo com esse potencial, deve-se ter cuidado para que o Turismo Sustentável não seja responsabilizado pelo desenvolvimento sustentável de uma localidade como um todo (COSTA, 2013). Somado a isso, deve-se atentar para a possível banalização do fenômeno por parte dos discursos políticos, que tendem a privilegiar a retórica da sustentabilidade enquanto a “pulveriza” em sentidos e significados (IRVING et al., 2005). Na prática, o turismo sustentável corre o risco de virar mais um segmento da oferta de um destino ligado ao Ecoturismo, com “boas práticas” identificadas por selos e certificados que ajudam a construir a imagem do turista como alguém “ambientalmente responsável”.

Wheeler (1993) conclui que o fato de não se conseguir preencher a lacuna entre a teoria e a prática do turismo não surpreende, já que essa situação satisfaz os desejos de curto-prazo de vários atores presentes em um cenário impactado pelo turismo. Além disso, essa imagem proporciona a manutenção de certo status pessoal, sustentando o ego e diminuindo a sensação de culpa pelos impactos gerados (WHEELER, 1993), fato que não garante a efetividade das práticas propostas pelo movimento.

Dessa forma, o discurso do turismo sustentável, justo em essência, acaba por ser cooptado por discursos hegemônicos de desenvolvimento, que passam a trabalhá-lo como um elemento agregador de valor (financeiro) aos destinos-mercadorias. Essa concepção de turismo apresenta algumas falhas, pois:

(...) apesar de ter atraído interesses e a atenção mundial, o discurso de desenvolvimento sustentável não conseguiu se impor como um discurso alternativo à modernização dominante nas relações globais de desenvolvimento, por conta de sua imprecisão, e isso refletiu na difícil operacionalização da ideia de Turismo Sustentável (FAZITO et al., 2017, p. 12).

No âmbito acadêmico, as pesquisas inseridas no debate sobre o turismo sustentável trazem relevantes contribuições sobre os seus impactos. Esses estudos demonstram desde o papel do turismo em um cenário de exclusão social, até alternativas de ações de base comunitária, enfatizando a importância do planejamento adequado do fenômeno (COSTA, 2013; IRVING et. al., 2015; NASCIMENTO; COSTA, 2018)

Da mesma forma, para a escola de Turismo Crítico, a investigação sobre o turismo deve se comprometer, principalmente, com a justiça social, a igualdade e deve agir contra a opressão. O Turismo Crítico seria, portanto, uma Academia da esperança (ATELJEVIC et. al, 2012). Para Higgins-Desbiolles (2006):

A mercantilização do turismo, evidente no discurso do "turismo como indústria", ofuscou a consciência das capacidades transformadoras do turismo como uma força social. Um fator decorrente é a diminuição do potencial do turismo, resultado dessa visão intelectualmente míope (HIGGINS-DESBIOLLES, 2006, p.1206).

Uma visão mais rica do papel do turismo nas cidades demonstra que o fenômeno pode contribuir para o resgate do afeto das pessoas ao seu espaço (RIBEIRO; SANTOS, 2008), para expandir programas de educação ambiental, de respeito ao patrimônio, com o fortalecimento da sensação de pertencimento (BRASIL, 2004; PEDRINI et al., 2010; PERINOTTO, 2008), de troca de culturas, de fortalecimento da soberania e da diminuição da violência (MOUFAKKIR; KELLY, 2010).

Ainda assim, comumente, o que se percebe é um movimento de declínio após a extrapolação de um limite máximo de turistas que consomem o local ao longo do tempo. Os destinos turísticos, vistos como mercadorias, também possuem um “ciclo de vida” (BUTLER, 1980), que quando não planejado de forma adequada, com o equilíbrio do uso dos seus recursos naturais, da divulgação e consumo da cultura local e da distribuição justa dos benefícios econômicos advindos da atividade turística, acabam por não se renovarem e perderem o fluxo de visitantes esperado para manter a economia local aquecida.

No tocante a relação entre o turismo e o desenvolvimento urbano, por mais que se tenha a dimensão que o turismo pode causar o mau ordenamento do território, além de ser afetado por ele, os responsáveis por assim o organizarem (atores com capacidade de influenciar e agir no planejamento do espaço urbano) continuam a negligenciar a relação inerente entre o turismo e o espaço (YAZIGI, 2003), fazendo com que a dominação da lógica econômica dite o desenho de uma cidade voltada ao consumo por parte dos visitantes que possuem maior poder aquisitivo.

Ao longo dos anos, foram identificadas alterações urbanas que se seguiram aos investimentos públicos, como o aumento do número de condomínios fechados para turismo de segunda residência (DEMAJOROVIC et al., 2011; FONSECA, 2012; FAZITO; LOCATEL, 2015); revitalização de área urbana degradada com atividades de turismo e lazer, seguindo o

modelo Barcelona (GONZÁLEZ, 2011; SILVA, 2002); e, reconfiguração de áreas litorâneas (LOCATEL, 2012).

Como exemplo do investimento para fins de desenvolvimento turístico, o Nordeste recebeu pelo PRODETUR/NE, nos últimos 20 anos, um total de USD 1.014.100.000,00 (sendo USD 614,1 milhões na fase 1 e USD 400 milhões na fase 2) financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pelo Banco Mundial (ZYMLER, 2003), que foram principalmente direcionados à expansão e à modernização das estruturas de suporte ao turismo e infraestrutura urbana (BENI, 2006). Esse fato evidencia a importância dada ao desenvolvimento urbano das cidades nordestinas por meio do investimento no turismo.

Estes são alguns exemplos que demonstram o protagonismo do turismo na reconfiguração do espaço urbano das cidades. Isso enfatiza a preocupação sobre sérios impactos negativos nos mesmos locais e em seu entorno, como a intensificação da gentrificação, em especial devido à pressão imobiliária desses lugares, que acabam por gerar movimentos “anti-turismo” (turismofobia), que já ocorrem em cidades como Barcelona, Lisboa, Veneza e Amsterdã.

Antes de ser entendido como um setor, uma atividade econômica, um fenômeno social, “o turismo é um uso do território” (STEINBERGER, 2006, p.39). Os atores que participam do seu desenvolvimento têm a capacidade de interferir politicamente na produção do espaço, colocando o turismo como “uma das múltiplas formas de apropriação do território” (STEINBERGER, 2006, p.50), sendo um possível elemento na disputa por localização. Por muitas vezes, essa participação é desigual, com “decidores” (atores hegemônicos que representam o mercado) comandando de longe o turismo, por meio de grandes redes de serviços, e moradores (“donos” originais do território), vistos como agentes “menores”, com pouca atuação (STEINBERGER, 2006, p.46).

Essa dinâmica denuncia como o turismo demonstra ainda estar refém do processo de mercantilização das relações sociais, e como ele pode ajudar a replicar essa lógica de espaços exclusivos para públicos que podem consumi-los. De acordo com Jones (2010):

Embora tais espaços possam parecer “públicos”, no sentido de seu tamanho e acessibilidade a um grande número de pessoas, eles permanecem “privados” em termos de propriedade, com importantes implicações legais para ideais de exclusão e o governo do comportamento em tais locais. O setor turístico fornece vários exemplos importantes de tais espaços (JONES, 2010, p.170).

Esse processo de exclusão é incentivado pela demanda, em países em desenvolvimento, por lugares perceptivelmente mais seguros. A ideia de *gated community* se expande, então, pelo espaço urbano público, reforçando a ação de prevenção do crime. Entretanto, o esforço de conter o crime por meio de alterações no design do ambiente urbano favoreceu, por exemplo, o afastamento de indivíduos considerados antissociais e o toque de recolher de jovens. Tal fato acaba por justificar um maior uso da segurança privada e de seus elementos (câmeras, grades, travas com senhas) (JONES, 2010).

Ainda que o turismo possa contribuir, em primeiro momento, para a diminuição de uma “arquitetura do medo” (que será explicada na próxima seção) no ambiente urbano (CALDEIRA, 2000), com a criação de espaços de lazer e a melhoria da infraestrutura, como a iluminação, dependendo da forma como ele é gerido e incentivado, pode fortalecer uma visão contrária, favorecendo um cenário de exclusão (FAZITO; LOCATEL, 2015; SILVA, 2010; SMITH, 2002; YAZIGI, 2001).

1.2 A CIDADE E SEUS USOS

A discussão acerca do desenvolvimento sustentável das cidades ganha cada vez mais evidência no cenário global. A ONU estima que a população que vive em espaços urbanos já ultrapassa a população rural, e contava, em 2016, com aproximadamente quatro bilhões de indivíduos (UNDP, 2016). A organização também chama atenção para a necessidade de gerir esses espaços de forma sustentável, já que se estima que até 2050 esse número aumentará para 6,5 bilhões de pessoas (UNDP, 2017). Por isso, “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” foi definido como um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, presente na Agenda 2030 (NAÇÕES UNIDAS, 2017).

Enquanto existe esse ideário construído em torno de estratégias urbanas sustentáveis, a realidade ainda mostra uma fragilidade na implementação e gestão de projetos bem-sucedidos. Dada a complexidade do ambiente urbano brasileiro, com seu processo de modernização acompanhado da exclusão social, os problemas existentes se tornam alvo de discursos e políticas que falham em suprir as necessidades da “cidade real”, ou seja, a cidade com problemas reais, ilegalidades, diferente da “cidade legal” desenhada em projetos e analisada a distância do que de fato ocorre nela (MARICATO, 1996).

As cidades são os principais centros econômicos e políticos das sociedades contemporâneas. Essa centralidade atraiu uma grande quantidade de trabalhadores, que

buscavam mais oportunidades para melhorarem a sua qualidade de vida. No Brasil, esse movimento é caracterizado pelo intenso êxodo rural do século XX e o consequente, fortalecimento da imagem do Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) como principal motor do desenvolvimento brasileiro.

O crescimento desse fluxo de pessoas (fluxo também econômico) foi acompanhado da expansão do espaço urbano e da sua constante reestruturação para dar o suporte necessário a esse novo cenário. Essa mudança é fundamentada em diversos processos, como a intensificação das atividades industriais próximas a esses centros, a partir da década de 1930; novas relações no mercado de trabalho, nas relações comerciais com o mercado externo, entre outros fatores (SANTOS, 1993), que seguiram, um modelo de evolução baseada em uma estratégia desenvolvimentista.

Essa estratégia se caracterizou por elaborar ações que se concentraram em um ideal de modernização com investimentos massivos em infraestrutura e tecnologia, expansão da indústria nacional, aumento da produção, do consumo e das exportações (MOLLO, 2015). Tal cenário levou a um grande crescimento econômico. Entretanto, por outro lado, essa modernização acarretou no Brasil um grave cenário de “modernização com exclusão” em escala nacional (MARICATO, 1996, p. 18). Nesta pesquisa, entende-se por exclusão social os vários processos que acarretam na privação de capacidades e direitos fundamentais à vida digna de um indivíduo (NASCIMENTO, 2000; SEN, 2000).

Nascimento (2000) defende que os processos de exclusão social podem ser interpretados de três formas distintas. A primeira entende o fenômeno de forma mais ampla, aproximando-o da ideia de discriminação ou rejeição social. A segunda forma compreende o fenômeno como uma exclusão de direitos. Ou seja, um fenômeno que faz com que distintos grupos sociais não se integrem ao mundo do trabalho, assim os excluindo de condições mínimas de vida. A terceira é entendida como uma nova exclusão. Ela, de certa maneira, vai além do alcance das interpretações mencionadas por expulsar certos indivíduos do convívio social, e até do seu “direito de ter direitos”, a ponto de justificar sua eliminação.

Ainda, é importante assinalar a diferença entre exclusão, desigualdade e pobreza, conceitos essenciais para esta pesquisa. Diferente da exclusão social, a desigualdade social pode ser entendida como uma distribuição, em diferentes escalas, das riquezas materiais e simbólicas da sociedade e sua apropriação por parte dos indivíduos que a compõem. Já a pobreza é um

estado no qual indivíduos de uma sociedade se encontram desprovidos de recursos que supram suas necessidades básicas, impedindo-os de viver de forma digna (NASCIMENTO, 2000).

O fim dos anos 1980 trouxe o início da estagnação da lógica de modernização vigente e foi marcado pela aceleração inflacionária e a crise externa e fiscal. Dentre as possíveis soluções para lidar com a crise, a saída se deu por meio de estratégias vinculadas a um modelo neoliberal de desenvolvimento econômico. Dardot e Laval (2016) sustentam que, a partir da década de 1990, reforçou-se o quadro de desigualdades nos países que adotaram o neoliberalismo como modelo econômico. Em defesa da liberalização do mercado, idealmente de ampla concorrência, esse modelo estendeu esse ideal econômico para a escala individual e, conseqüentemente, para as relações sociais. Ele se tornou, então, uma racionalidade que é capaz de orientar de uma nova maneira “a conduta, as escolhas e a práticas desses indivíduos.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21).

Os principais aspectos que configuram essa racionalidade são a concorrência individual e o modelo empresarial, que na contemporaneidade são absorvidos em diferentes escalas e suscitam em sociedades individualizadas que tem o consumo como guia (DARDOT; LAVAL, 2016). A aceleração do processo de modernização, que acompanhou o intenso avanço tecnológico das últimas décadas, também traz novos elementos para essas sociedades que, inseridas em um mundo globalizado, começam a enfrentar problemas identitários.

O espaço urbano, ou a “cidade real” (MARICATO, 1996), acompanha também à lógica do mercado moderno, o que fez com que a localização (da moradia, do trabalho) tenha passado a ser o principal negócio da cidade, ficando dependente dos interesses do mercado imobiliário e dando início a questionamentos sobre os problemas legais que se intensificaram nas últimas décadas. Ainda que o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) apresente grandes avanços para o debate sobre o urbano no Brasil, dando unidade ao tratamento das cidades (MARICATO, 2006), “existem juízes que ainda a ignoram e tratam a propriedade privada como um direito absoluto e não relativizado pela sua função social” (MARICATO, 2010, p.6).

O espaço urbano brasileiro, já marcado pela segregação socioespacial historicamente tratada como uma relação centro-periferia, começa a presenciar no seu desenho urbano e na sua arquitetura elementos dessa lógica, como as *gatted communities* (condomínios fechados), expansão dos shoppings centers, resorts, arranha-céus, edifícios-estacionamento. Esses

empreendimentos urbanos passam a funcionar como enclaves fortificados, o novo padrão de edificações do século XXI (CALDEIRA, 2000).

As características básicas desses enclaves se concentram na ênfase do valor do que é privado e restrito enquanto desvalorizam o que é público e aberto na cidade. Sua estrutura é marcada por grades, muros e espaços vazios, e não são voltados em direção à rua, pois rejeitam a vida pública. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança e pela sua flexibilidade, sendo espaços autônomos, que não dependem do seu entorno, eles podem ser situados praticamente em qualquer lugar (CALDEIRA, 2000).

Nesse sentido, surge o que Caldeira (2000) define como “estética da segurança”, também conhecida como “arquitetura do medo”. Ela consiste na proliferação de elementos característicos da segurança privada (cercas, grades, barras, muros altos, câmeras e outros dispositivos de segurança) pelas cidades, que se tornou uma espécie de novo código estético, conferindo a esses elementos uma nova função: “expressar o status social dos moradores” (CALDEIRA, 2000, p.294). Os efeitos desse movimento são significativos nos padrões de circulação das cidades, já que transforma a paisagem urbana, inibindo o uso dos espaços públicos e favorecendo a tensão nos encontros que ocorrem nas ruas.

Essa “nova” segregação se diferencia da desenvolvida no século XX. Nesse novo cenário, o isolamento parte daqueles com maior poder aquisitivo. Ao invés de isolar o outro em locais afastados dos centros (periferias), esses indivíduos passam a se enclausurar em ambientes residenciais fechados, que garantem segurança (privada) e os serviços básicos da cidade. Esse afastamento promove uma cidade dispersa e uma urbanização difusa aumentando a complexidade da estruturação do espaço urbano (SPOSITO, 2013).

Alguns problemas se agravam com essa nova configuração, como as falhas na mobilidade, a poluição nos centros urbanos, a moradia irregular, aumento do subemprego, o acesso ao lazer e o crescimento da violência. O direito à cidade é questionado novamente, já que ir e vir se torna um desafio àqueles que não possuem meios de transporte privado, residem em locais que são considerados perigosos ou que passam por esses locais durante seu deslocamento casa-trabalho. Os centros históricos brasileiros concentram um retrato claro dessa dinâmica. Costa (2015) destaca que:

O avanço crescente da urbanização mundial e os problemas decorrentes de tal processo (...) fizeram com que políticos e capitalistas buscassem planos estratégicos

para a crise das cidades, ao colapso das áreas centrais em situação de empobrecimento e esvaziamento, o que levou e leva à *recolonização* dos centros em um mercado globalizado de cidades. (COSTA, 2015, p.125).

Cada vez mais esvaziados (no sentido da habitação), esses centros competem com novas centralidades que são tomadas pelos agentes econômicos hegemônicos “que condicionam a distribuição espacial de muitas atividades, gerando localizações que enriquecem e empobrecem.” (COLVERO, 2010. P.12). Assim, suas estruturas perecem acarretando em prédios desocupados com riscos de desabamentos, calçadas malcuidadas, pouca iluminação, etc.

E quais seriam as alternativas para esses centros? Esforços quanto à revitalização dos centros históricos são desenvolvidos em diferentes cidades no Brasil, por exemplo nas antigas zonas portuárias do Rio de Janeiro (com o projeto Porto Maravilha) e do Recife (Porto Digital), no centro histórico de Belo Horizonte, entre outros. Esses processos se assemelham com a definição de revitalização, que:

(...) de modo geral, está mais ligada à dinamização cultural, turística e de consumo, com investimentos em projetos de reforma e embelezamento de fachadas dos prédios dos espaços públicos, com segurança pública e lazer, a fim de retomar o efeito simbólico, a memória histórica do lugar, no cotidiano das pessoas que usam e ocupam o território. (COLVERO, 2010. p.39).

Existem outros processos possíveis como a reabilitação, a renovação ou a requalificação, que se diferenciam pelas práticas propostas. Com exceção do processo de reabilitação, que busca valorizar os elementos do espaço urbano sem modificar sua função (COLVERO, 2010), todos, por diferentes caminhos, trazem uma nova configuração para (reconfiguram) o ambiente urbano, ou seja, modificam suas características total ou parcialmente, podendo permanecer incentivando alguns setores econômicos e práticas já existentes.

A revitalização dos espaços públicos pode ser acompanhada de uma agenda voltada à modernização desses lugares (incentivando a criação de *smart cities*, por exemplo), de preservação patrimonial, e, por vezes, de refuncionalização local. Um exemplo é o presente estudo de caso do Bairro do Recife, onde após a transferência das operações portuárias para o Sul do estado de Pernambuco, foi necessário recuperá-lo e redirecionar as bases econômicas do bairro.

Nesse redirecionamento encontra-se como uma das principais alternativas o turismo. Com sua capacidade de dinamizar a economia local, o turismo é comumente escolhido em locais onde a modernização ainda não foi alcançada, transformando em bens de consumo o que antes não era desejável (FAZITO, 2015). Seja trazendo uma nova configuração para esses locais, ou recuperando suas estruturas antigas, o turismo afeta não só o mercado, mas também o desenvolvimento urbano desses destinos ao modificar seu desenho (por exemplo, a criação de bulevares), introduzir novos elementos (centros de artesanato, *shoppings*, hotéis) e mesmo promover eventos que, dependendo da escala, impactam na estrutura de prédios históricos e na rotina dos moradores.

Page e Hall (2003) chamam atenção para a necessidade de se esclarecer as intenções desse tipo de reconfiguração e, também, de analisar com profundidade a relevância dos seus resultados. A imagem local pode ser otimizada, e pode de fato acarretar em um aumento nas oportunidades de emprego, foco tradicional do desenvolvimento turístico. Entretanto, os casos analisados por eles mostram, inicialmente, que existe um ônus (como a gentrificação) a ser pago pela população local (PAGE; HALL, 2003, p. 325).

Do ponto de vista do planejamento urbano, o ambiente não é um mero receptáculo dos fenômenos que nele ocorrem. As estruturas desenvolvidas, o desenho urbano, influenciam diretamente nas condições gerais da segurança no espaço público, podendo ser afetadas por diversas causas como:

(...) gerenciamento inadequado de processos de urbanização que resultam numa falta de serviços e equipamentos de bens comuns; falha contínua de incorporação de assuntos de segurança pública em políticas de governança urbana; existência de espaços abertos, pouco protegidos e sem gerenciamento; e falta de apropriação e proteção informal por parte dos moradores. (GÄRTNER, 2008, p.61).

Esse cenário demonstra como as intervenções no espaço urbano são realizadas a partir de uma relação estreita entre o espaço e os aspectos sociais do ambiente, atestando, assim, a necessidade de existir um caráter integrado nessas ações (GÄRTNER, 2008). Dessa forma, cabe analisar como essas intervenções podem influenciar o desenvolvimento da percepção de segurança e, conseqüentemente, da qualidade de vida (no uso do espaço público), de destinos turísticos.

Jacobs (2000) defende que para uma cidade ser perceptivelmente mais segura é essencial que as ruas tenham três características fundamentais: (1) o espaço privado deve ser nitidamente

separado do espaço público; (2) o olhar dos moradores deve estar voltado para a rua, ou seja, a estrutura das moradias não pode impedir que o morador visualize a rua; e (3) o movimento de usuários nas calçadas seja ininterrupto.

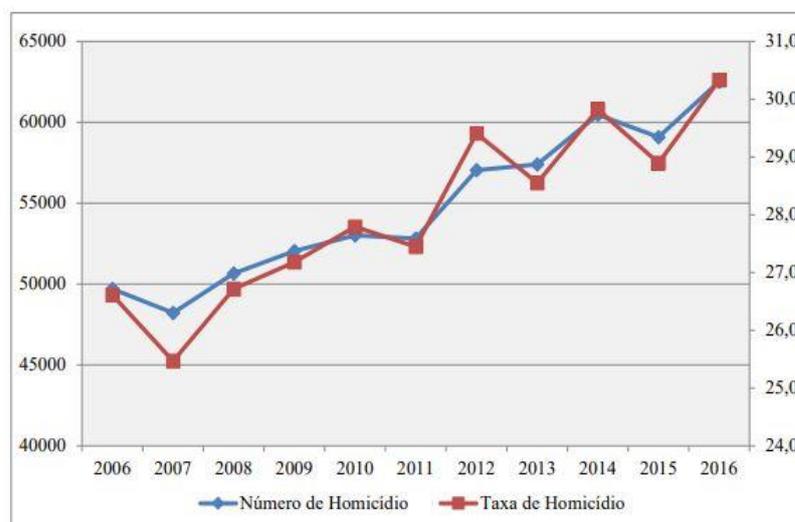
A primeira característica diz respeito à importância da definição clara das áreas que necessitam de reforços da vigilância pública de maneira formal. Entretanto, a autora salienta que a segurança mais eficaz é a informal, feita pelos próprios usuários que vigiam uns aos outros e previnem que possíveis situações de perigo ocorram, e por isso, a importância da segunda característica. O olhar para a rua inibe possíveis crimes, pois o agente pode ser surpreendido a qualquer momento por estar sendo vigiado de um local seguro (JACOBS, 2000).

A autora considera como “requisito básico da vigilância” (JACOBS, 2000, p.37) a garantia da terceira característica, e para que ela ocorra é essencial que as calçadas sejam compostas por um conjunto amplo de estabelecimentos, de forma variada e complexa, que funcionem em diferentes turnos. Esse “mix de usos”, portanto, incentiva a movimentação nas calçadas, e a segurança local, por (1) darem motivos concretos para as pessoas se deslocarem nelas, (2) por preencherem as ruas que não dispõem de espaços públicos de pedestres e (3) por pessoas atraírem mais pessoas.

1.3 PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA NA CIDADE

Na contramão das expectativas de desenvolvimento da ONU, o Brasil, para além da imagem de destino turístico, apresenta um crescimento real no número de homicídios ao longo dos últimos anos (Gráfico 2), o que, assim como destacado pelo Atlas da Violência (IPEA; FBSP, 2017), reforça a necessidade de políticas que assegurem a contenção desse avanço. Na última edição das Estatísticas da Saúde Mundial (OMS, 2018), a taxa de homicídios do Brasil (referente ao ano de 2016) subiu duas posições em relação à penúltima edição e agora o país aparece como 7º maior nas Américas e 9º no mundo, com uma taxa de 31,3 homicídios por 100 mil habitantes.

Gráfico 2) Homicídios no Brasil, de 2006 a 2016



Fonte: Atlas da Violência (IPEA; FBSP, 2018) ²

Ainda que esses dados sejam relevantes e caracterizem o cenário nacional como crítico, a violência abarca mais fatores que taxas de homicídio somente. Após o Brasil aparecer no último relatório do Fórum Econômico Mundial (2017), em 106º na categoria “segurança”³, pela primeira vez o Plano Nacional de Turismo (BRASIL, 2018b) trouxe como iniciativa “apoiar o planejamento do turismo, integrado ao setor de segurança pública”. Sua principal estratégia consiste em “incentivar soluções de segurança pública que envolvam o setor turístico”. O Plano destaca que no último relatório do Fórum Econômico Mundial (2017), dos 136 países analisados, o Brasil ficou em 106º na categoria “segurança”. Diante desse cenário,

(...) é imperativo estabelecer um conjunto de políticas e projetos do Governo Federal, das Unidades da Federação e dos municípios, com a finalidade de melhorar a **percepção de segurança pública** junto aos turistas que circulam no Brasil. Por meio da integração dos órgãos de turismo com os de segurança, é possível otimizar a prevenção e a transmissão de informações para que se estabeleça uma relação permanente entre os órgãos federais, estaduais, municipais e a iniciativa privada que atuam no setor” (BRASIL, 2018, p. 75, *grifo nosso*).

Para este trabalho, entende-se que a violência “varia segundo a natureza da sociedade considerada, configurando a realidade empírica da violência como um fenômeno polissêmico e plural” (PORTO, 2002, p. 192). Considera-se que há formas de violência diretas, que compreendem os crimes como roubo, furto, latrocínio, sequestro, homicídio, e demais atos danosos que possam ser contabilizados a partir de bases de dados secundários. E formas

² O IPEA considera em seu cálculo os óbitos por residência na categoria CID 10: X85-Y09 (agressão) e Y35-Y36 (intervenção legal), com base no IBGE/Diretoria de Pesquisas - Coordenação de População e Indicadores Sociais, a Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e SIM/Dasis/SVS/MS.

³ O ranking conta com 136 países.

indiretas, que limitam à priori a liberdade dos indivíduos por diferentes formas de pressão (psicológica, política, econômica) (SODRÉ, 2002), podendo ser analisadas pela percepção pessoal, com pesquisas de vitimização.

As duas formas de violência influenciam o uso dos espaços públicos, a partir da ideia que se pode construir de um lugar. A relação entre a percepção da violência e o espaço está presente no âmbito da Criminologia Ambiental, que estuda como o espaço pode influenciar nessa concepção de ameaça, do medo do crime, a partir da forma como ele é desenvolvido, da disposição dos seus elementos e de como ele é entendido e propagado (ANDRESEN, 2010). O medo do crime envolve sensações, pensamentos e comportamentos, que focam na ameaça (concebida subjetivamente) em ser uma vítima (JACKSON; GOUSETI, 2014). Ele é um dos fomentadores da percepção da violência, que leva em consideração esse conjunto de interpretações acerca da realidade como algo que é verdadeiro.

A percepção, de forma geral, compreende também a relação do indivíduo com outras pessoas, objetos, lugares e situações (SMITH, 2014). Cria-se, a partir das experiências passadas e desse conjunto de interpretações momentâneas, critérios que ditarão, e de certa forma, delimitarão o comportamento quanto, por exemplo, ao meio ambiente que se frequenta e as situações que ali podem ocorrer, como ser vítima de um crime, ou de alguma outra forma de violência.

Especificamente, o crime, comum em centros urbanos brasileiros, se apresenta como um possível exercício da violência, mas não como seu agente único e sua ocorrência pode não ser resultado somente da pura motivação em realizá-lo. Ele também é mediado pela oportunidade percebida que, por sua vez, pode ser influenciada pela real distribuição de demais oportunidades, a forma urbana e a mobilidade (BRANTINGHAM; BRANTINGHAM, 1981). As formas indiretas de violência possuem relação com os crimes quando esses contribuem para a construção do medo na cidade, um fator de inibição do uso dos espaços públicos.

Caldeira (2000) demonstra que, no Brasil, o eixo dessa relação espaço e medo se dá a partir do fortalecimento da segregação socioespacial, acentuada desde a década de 1980. A autora chama atenção para “a reclusão de alguns grupos sociais em enclaves fortificados e para o crescimento da privatização da segurança” (CALDEIRA, 2000, p. 10) como novas formas de discriminação, que, ao invés de garantirem a segurança dos seus usuários e demais cidadãos, contribuem para a formação de lugares mais violentos (real e perceptivelmente). Esses enclaves

fortificados “ameaçam o uso democrático e seguro dos espaços públicos, por retornarem à cidade, através de formas arquiteturais hostis e agressivas, seus temores em relação à insegurança” (LIRA, 2017, p. 169).

Atualmente, pelo alcance dos meios de comunicação no cotidiano dos cidadãos, não é possível descartar o papel da mídia na construção dessa imagem de violência em determinados locais. Esses indivíduos, pertencentes a um cenário de heterogeneidades e discriminação, consomem facilmente a representação da violência, pois ela, de certa forma, canaliza os sentimentos que esse processo de exclusão estrutura e acaba por valorizar uma sociabilidade violenta, ampliando a cultura do medo (LIRA, 2017; PORTO, 2000).

Na virada do milênio, o medo do crime e a percepção da violência começaram a atrair mais a atenção da Academia, da mídia e das políticas nacionais e locais, em especial a sua conexão com o ambiente físico (PAIN, 2000). Para Maricato (1996), o ambiente construído é um agente ativo em um contexto de violência urbana e, logo, na construção dessa percepção. Esse aspecto ainda não é muito bem trabalhado no processo de formulação das políticas públicas de segurança nacional, por mais que a violência seja um tema comum no cotidiano nacional e ganhe espaço nos debates acadêmicos de diferentes áreas (MELO; MATIAS, 2016).

Para a promoção do uso dos espaços públicos por toda a comunidade, percebe-se a necessidade de políticas públicas que enfoquem não somente a segurança pública de maneira repressiva, mas também a elaboração de uma política para o controle do medo (TRINDADE, 2017)⁴, até porque os dados levantados atualmente não são suficientes no momento de descrever a realidade de uma comunidade que convive com a violência (CRUZ, 2015; DANTAS et. al., 2007). Além das falhas na captação dos dados, como a sub-notificação de CVP, os números não traduzem o contexto subjetivo da violência, como a percepção da violência, fator importante na construção de um lugar melhor para se frequentar.

As temáticas que relacionam turismo e violência no Brasil são voltadas à exploração de pessoas por turistas (prostituição) e tráfico de drogas (LEAL et al., 2007; SILVA; ÁVILA, 2010), e a violência sofrida por turistas e a percepção desses atores sobre o espaço visitado (BEM et al., 2010; CATAI; REJOWSKI, 2005; TEIXEIRA, 1997). O trabalho que mais se aproxima desta pesquisa é o de Lima (2015), que, a partir da sua pesquisa sobre os espaços

⁴ Palestra realizada na Universidade de Brasília, intitulada “A Segurança Pública e o Medo do Crime no Distrito Federal”, em 19 de setembro de 2017.

públicos de lazer conclui que “a sensação de insegurança e a percepção de encontrar-se permanentemente em risco ao fazer uso dos espaços públicos pode incidir no sujeito com maior intensidade que a insegurança de fato existente” (LIMA, 2015, p. 25). Além disso, quanto à mudança nos espaços urbanos para fins de turismo e a exacerbação da percepção da violência, Jones (2010) trabalha a questão da criação de espaços de desigualdade e o aumento dos casos de violência urbana, em cidades do Reino Unido.

2. METODOLOGIA

Para cumprir os objetivos, esta dissertação empregou uma abordagem qualitativa, a partir da estratégia de estudo de caso único. O estudo de caso é definido por Yin (2014) de duas formas:

(a) como uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto do mundo real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto podem não ser claramente evidentes, e;

(b) como uma pesquisa que lida com uma situação tecnicamente distinta em que há muito mais variáveis de interesse do que dados, que se baseia em múltiplas fontes de evidência, com dados que precisam convergir de forma triangulativa, e que se beneficia pelo desenvolvimento prévio de proposições teóricas para orientar a coleta e análise de dados.

(YIN, 2014, n.p.)

Das razões elencadas pelo autor para a escolha do estudo de caso único, ao invés do múltiplo, o uso desta estratégia na presente pesquisa se justifica pelo caso único poder representar um teste crítico de uma teoria (neste caso, das teorias de desenvolvimento turístico e urbano) e por permitir “capturar as circunstâncias e condições de uma situação cotidiana, se valendo das lições que ela pode fornecer sobre os processos sociais relacionados a algum interesse teórico” (YIN, 2014, n.p.).

Portanto, para entender como a reconfiguração do espaço urbano em função do turismo afeta a percepção da violência, e, assim, o uso do espaço público, a realização do estudo de caso único no Bairro do Recife permitiu a busca pelo aprofundamento dessa reflexão, de um ponto de vista crítico e mais voltado à prática (FLYVBJERG, 2001). Para Flyvbjerg (2001), a recorrência dessa estratégia pode contribuir para que disciplinas alcancem níveis mais altos de expertise, o que para o Turismo e o Desenvolvimento Sustentável é positivo, tendo em vista que as produções brasileiras são recentes, quando comparadas a outros campos de conhecimento.

Inicialmente, buscou-se aprofundar a investigação acerca dos estudos locais referentes aos temas trabalhados (violência, turismo e urbanização) por meio de pesquisa bibliográfica e documental, e a leitura pertinente aos temas: Violência, Desenvolvimento Urbano e Turismo. Para o levantamento de dados secundários, foi realizado uma busca pelas taxas de homicídio da cidade do Recife, dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), dos furtos e dos roubos das áreas Integradas de Segurança (AIS) que compõem a cidade do Recife. Todos esses dados foram disponibilizados pela Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS). Infelizmente, a SDS não disponibiliza os dados específicos dos bairros, por entender que a divulgação desses

dados possa prejudicar as ações da polícia. Sobre possíveis pesquisas de vitimização, só foram encontradas duas realizadas nos anos de 2008 e 2009 pelo Instituto Maurício de Nassau.

Os dados sobre fluxo turístico foram disponibilizados pela Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco (SeTur/PE), porém não existem dados específicos sobre o Bairro do Recife. Os dados sobre a movimentação de visitantes nos atrativos do BdR, que poderiam ajudar na dimensão desse fluxo no bairro, não são coletados de maneira uniforme e não são reunidos por uma única instituição.

Para o levantamento de dados primários, foram realizadas duas pesquisas de campo: a primeira para reconhecimento local, e definição do estudo de caso, a partir do encontro com pesquisadores locais, e demais atores sociais que tenham contato com a temática da pesquisa. A segunda para a realização das entrevistas semiestruturadas, observação local e levantamento de dados secundários *in loco*. A partir de indicações prévias, utilizou-se da técnica de bola-de-neve para encontrar outros atores que poderiam contribuir para a construção do estudo, e também, revelar sua percepção sobre o processo de desenvolvimento turístico e urbano do bairro e sobre a violência local.

A primeira incursão foi realizada no Recife, em novembro de 2017. Nos primeiros dias, foi realizado o primeiro Colóquio Nacional sobre Cidades Litorâneas e Turismo (I CILITUR⁵), que promoveu o debate de temas pertinentes à pesquisa (urbanização turística, políticas de turismo e território, turismo e conflitos socioespaciais, entre outros). Nesse momento, foram realizadas as entrevistas “helicóptero”, que Hajer (2006) define como entrevistas com três ou quatro atores, escolhidos por terem uma visão ‘de fora’ da situação, dos diferentes lados de uma disputa. A partir do encontro com pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), funcionários do Governo do estado e do município do Recife, e outros atores locais, foi possível evidenciar algumas possibilidades de estudo de caso na RMR. Dentre eles, o Bairro do Recife, também conhecido como Recife Antigo foi o escolhido pela sua pertinência com o tema, e pela sua importância no cenário turístico regional.

A segunda pesquisa de campo, realizada entre 29 de janeiro e 28 de fevereiro de 2018, teve como principal objetivo observar a realidade do bairro em alta temporada (o Carnaval), conversar com os atores da história recente do Recife Antigo, para elaborar a cronologia dos

⁵ O I CILITUR ocorreu nos dias 29, 30, 31 de outubro e 1º de novembro. Mais informações em: <http://cilitur.com.br/cilitur2017/>

episódios do bairro, evidenciando os mais importantes, que Hajer (2006) caracteriza como incidentes-chave, episódios essenciais para entender a dinâmica do caso escolhido. Somado a isso, pretendeu-se encontrar e analisar os documentos pertinentes ao processo de desenvolvimento urbano e turístico do BdR.

No decorrer da segunda pesquisa de campo, buscou-se coletar informações a partir de dois grupos distintos: atores que participaram, de alguma forma, ativamente, dos processos de tomada de decisões acerca das mudanças ocorridas no BdR e atores que são usuários do bairro atuais e, também, que acompanharam essas mudanças por trabalhar ou frequentar o BdR no decorrer do recorte temporal estabelecido.

Desse modo, fez-se contato inicial com dois atores que participaram ativamente dos processos de reconfiguração urbana do BdR: um representante do Conselho do Porto Digital, participante desde a concepção do projeto, e o ex-secretário de Planejamento da cidade na gestão do Prefeito Jarbas Vasconcelos, que acompanhou o início das principais modificações ocorridas e seus efeitos. A partir das indicações feitas pelos dois, foi possível alcançar outros personagens importantes nesse processo, como membros do antigo Escritório de Revitalização do Bairro do Recife.

De forma direta, foi feito o contato com a Companhia Independente de Apoio ao Turista da Polícia Militar (CIATur), para entender melhor a percepção de seus membros quanto à violência local e a Secretaria de Turismo do Recife (SeTur), para saber dos projetos desenvolvidos e promoção do BdR. Em relação aos usuários do bairro, foram entrevistados: dois trabalhadores de atrativos turísticos (Paço do Frevo e Cais do Sertão); sete responsáveis por estabelecimentos de alimentação; um de meios de hospedagem (de um total de três no bairro); um de uma loja de artesanato (única no bairro); um da mídia que já trabalhou o assunto sobre a ocupação do BdR (Diário de Pernambuco); e um corretor de imóveis que trabalha no bairro.

Somado a isso, para entender melhor a dinâmica do uso patrimonial, entrevistou-se uma representante da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural da Prefeitura do Recife (DPPC), responsável pelo acompanhamento dos patrimônios históricos da cidade, uma professora da UFPE, do Departamento de Arqueologia, que realizou projetos de escavação e resgate da memória do bairro e, por fim, uma pesquisadora do histórico do BdR que descreve a história local com base na história da boemia, totalizando 27 (vinte e sete) entrevistados, com duração média de 50 minutos.

A principal fonte documental se concentrou nos arquivos da Biblioteca da Agência dos Urbanização do Recife (URB), relativos às modificações feitas no bairro. Existiu, junto ao Escritório de Revitalização do Bairro do Recife, uma biblioteca que concentrava os registros da história do bairro. Porém, com seu fechamento esses arquivos se dispersaram, sendo direcionados principalmente para a URB, mas também para outras instituições. No Quadro 1 é apresentado a relação deles, com destaque (em negrito) para os mais utilizados.

Quadro 1) Relação dos documentos identificados

ANO	ARQUIVOS URB
1986	Uma estratégia para Revitalizar o Centro do Recife (Plano de Revitalização do Centro da Cidade)
1988	Plano de Reabilitação do Bairro do Recife
1989	Memória em movimento - Relatório de Atividades
1992	Plano de Revitalização do Bairro do Recife: Planejamento Urbano e Economia - Vol.1
1996	Bairro do Recife - Plano de Revitalização do Bairro do Recife: histórico das ações desenvolvidas
1997	Perfil do Bairro do Recife - MINC/IPHAN/BID
1998	FÓRUM Bairro do Recife
1998	Revitalização do Bairro do Recife: Proposta de Tombamento a Nível Federal - IPHAN
1998	Revitalização do Bairro do Recife - Plano, Regulação e Avaliação (ZANCHETTI et al. 1998)
2000	Bairro do Recife - Tratamento Urbanístico do Entorno da Igreja do Pilar
2000	Habitação Comunidade do Pilar
2001	Processo de Revitalização do Bairro do Recife
2002	Moinho Recife - Plano de Expansão
2002	Gestão do Bairro do Recife – Escritório de Revitalização do Bairro do Recife (Considerações DPE: Reunião SEPLAM)
X	Projeto Berço da Cidade - Plano de Valorização do Bairro do Recife
X	Bairro do Recife - Plano de Ação Imediata
X	Recuperação Igreja da Madre de Deus - Monumenta BID
X	Cais da Alfândega - Obras de Urbanização - Monumenta BID
X	Igreja Madre de Deus - Projeto Executivo
X	Caderno de Memórias e Especificações Técnicas: obra - edifício para comunidade do Pilar II
X	Bairro do Recife, Ilha de Excelência - 120 propostas para melhorar
X	Plano de Revitalização do Bairro do Recife - Sistema Viário Secundário

X	Plano de Reabilitação do Bairro do Recife: Fórum - Uma proposta de ocupação
X	Projeto de Educação Patrimonial do bairro do Recife: Desenho Urbano
ARQUIVOS DPPC	
1978	Plano de Preservação dos Sítios Históricos
X	Preservação de Sítios Históricos
Instituto da Cidade Pelópidas Silveira (ICPS)	
2007	Projeto Recife - Olinda
Demais documentos	
	Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife, do Recife Antigo e Plano Diretor

Por último, foi feita a sistematização e análise dos dados obtidos na pesquisa de gabinete e de campo, concentrando-se na triangulação dos dados com o objetivo de evidenciar a existência, ou não, de uma relação entre a percepção da violência urbana, a reconfiguração urbana e o turismo. Também, foi levantada algumas hipóteses a respeito dessa relação, e das possibilidades de contribuição (positivas ou negativas) do turismo para o cenário encontrado.

A técnica de análise dos dados coletados foi inspirada em um estudo que se utilizou da análise de discursos foucaultiana para investigar um cenário de disputa de diferentes atividades (entre elas o turismo) em um mesmo território (FAZITO, 2013). Tomando como base a literatura de planejamento ambiental (HAJER, 2006; RYDIN, 2003), essa abordagem tem como um dos principais objetivos desvelar as relações de poder em processos sociais.

Para Fazito (2013), a análise de discurso foucaultiana, utilizada em um contexto turístico, consiste em investigar “lutas de poder em torno do turismo, a fim de compreender o papel do fenômeno na criação de um mundo melhor” (p.77). Ele a entende como a abordagem mais adequada devido ao seu “foco na articulação do poder-conhecimento oculto por trás das racionalidades do desenvolvimento do turismo” (p.77), que permite, portanto, trazer à luz as verdadeiras intenções de atores presentes em um cenário de disputa.

Essa análise considera que a linguagem tem a capacidade de moldar o ponto de vista de um indivíduo sobre a sua realidade, não sendo apenas um “meio neutro” que reflete determinada visão de mundo (HAJER; VERSTEEG, 2005). Seu elemento chave está em reconhecer que conflitos de significados podem levar à mudança social, e assim podem moldar também a própria realidade (FAZITO, 2013. P.55).

Para Dryzek (2005), “um discurso é um meio comum de compreender o mundo” (p.9), logo, a análise desse discurso tem o potencial de elucidar o que está implícito nessa construção comum, identificando os significados das ações, seus padrões, e analisando as representações que constituem a cultura e a sociedade (NOGUEIRA, 2001).

A partir da estruturação de um diagrama conceitual (Figura 1), Fazito (2013) demonstrou como os discursos de desenvolvimento turístico competem entre si e legitimam as ações que interessam determinados atores.



Figura 1) Diagrama Conceitual para Abordagem de Competição de Racionalidades
(Conceptual Framework for Competing Rationalities Approach)
 Fonte: Fazito (2013), tradução da autora

Para entender as disputas que ocorrem no Recife Antigo, buscou-se identificar alguns elementos dessa estrutura. Portanto, é importante aqui definir o que se entende por cada um desses termos.

Significados, ou fragmentos de discursos, podem ser entendidos como ideias iniciais acerca de um tema. Por exemplo, o turismo pode ser tanto entendido como um setor econômico, como pode ser entendido como um fenômeno, ou como um campo do conhecimento. Desenvolvimento urbano pode significar verticalização da cidade ou direito igualitário à cidade, a depender do indivíduo.

Ao entrarem na arena política, esses diferentes significados se fundem em narrativas (ou *storylines*) que disputam o apoio dos atores, em um processo político. Hajer (1995) define *storyline* como “narrativas de uma realidade social na qual elementos de diferentes domínios (esferas) são combinados e que provêm aos atores um conjunto de referências simbólicas que sugerem um entendimento comum” (HAJER, 1995, p. 62). Seguindo o exemplo anterior, uma narrativa como “desenvolvimento urbano em destinos turísticos” levará os diferentes significados de cada um dos termos para um espaço de argumentação sobre o tema.

Essas narrativas são então submetidas a diferentes pontos de vista e, por consequência, buscam legitimá-las com diferentes racionalidades. Fazito (2013) desenvolve a partir de Rydin (2003) o entendimento de que é necessário considerar que racionalidades sugerem maneiras de pensar que guiarão os atores a acreditarem em um "melhor" resultado do processo político. As racionalidades são compostas por normas e valores que legitimam as narrativas e que são expressas por meio do discurso. Ele reforça também que em um processo político é importante saber que essas racionalidades competem e são permeadas por jogos de poder (FAZITO, 2013, p. 72).

Com base nessas racionalidades, os atores então tomam lados e escolhem defender essas diferentes narrativas em busca do resultado político que mais os interessam. Para isso, eles se aglutinam e formam coalizões fortalecendo o discurso construído para aquela narrativa, que foi legitimado por uma racionalidade. Nessa disputa, a narrativa vencedora se transforma em uma política pública, ou uma legislação (ou algum outro resultado político), que ocasionará uma ação/consequência no ambiente em questão.

Essa técnica exige esforço por parte do pesquisador em se adaptar ao modo como as informações são obtidas e, assim, permite diferentes maneiras de coletar e analisar os dados. Ela também demanda a elaboração de linhas do tempo com os principais eventos que ocorreram e que ajudaram a construir essa dinâmica de discursos. A presente pesquisa se concentrou em narrativas também do passado, devido às informações obtidas no decorrer das pesquisas de campo. Essa tentativa se mostrou árdua, porém não invalida já que:

(...) se os discursos do passado também puderem ser examinados, os pesquisadores poderão identificar o processo de mudança e a rapidez das atitudes das pessoas e fornecer sugestões sobre como examinar esse processo. Esta direção de pesquisa pode beneficiar todos os stakeholders do turismo, incluindo a indústria, a comunidade local e os turistas, e contribuir empiricamente para o desenvolvimento sustentável do setor (QIAN et al, 2018, p.09).

Assim como feito por Fazito (2013), o desenvolvimento da pesquisa se orientou a partir dos passos propostos por Hajer (2006), conforme a relação com as etapas da pesquisa, apresentada a seguir no Quadro 2.

Quadro 2) Relação de etapas e passos da pesquisa

ETAPA	PASSOS
1. Aprofundamento da discussão teórica	Pesquisa bibliográfica/de gabinete
2. Contextualização do BdR	Levantamento de dados quantitativos: evolução dos índices
	Pesquisa documental prévia acerca do desenvolvimento da cidade
	Sistematização dos dados secundários coletados
3. Pesquisas de Campo	Entrevistas “helicóptero”
	Análise documental <i>in loco</i> : arquivos
	Entrevistas com atores-chave
	Identificação de incidentes-chave
4. Triangulação de dados	Análise de práticas em debates particulares
	Interpretação
	Escrita da dissertação

Cabe esclarecer que esse quadro não expressa a cronologia da realização dos passos. Ainda que eles sejam apresentados em sequência, essa abordagem fez com que o retorno a passos iniciais fosse inevitável, o que demandou certa flexibilidade quanto a captação e análise das informações obtidas. A técnica de análise utilizada permitiu desvelar as intenções por trás das ações efetuadas no BdR, e assim aprofundar a compreensão do posicionamento dos atores na disputa ocorrida. Entretanto, ainda que existam tentativas de estruturá-la (com o diagrama, os passos) ainda falta a delimitação de uma forma de aplicação comum e dos limites da discussão realizada, o que dificulta o pesquisador processar a gama de informações coletadas e definir um caminho específico. A seguir, é apresentado o processo da seleção do estudo de caso.

2.1 SELEÇÃO DO ESTUDO DE CASO

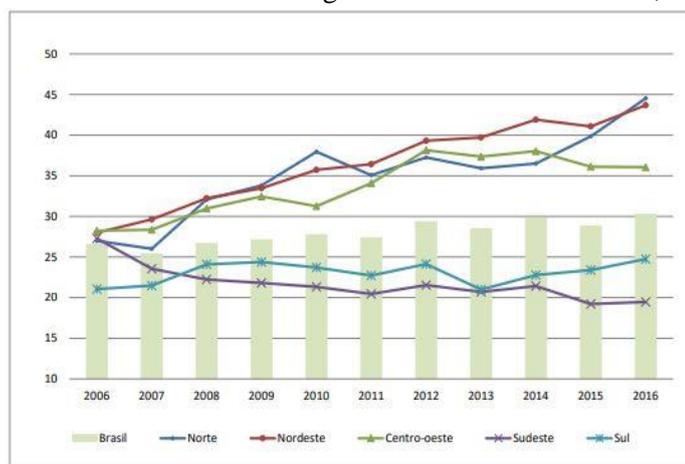
Esta dissertação faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo intitulado “Os Discursos de Desenvolvimento Turístico e Contenção da Violência no Uso do Espaço Público

nas Capitais Nordestinas”. O projeto ainda está em desenvolvimento, com a previsão de duração até 2020, e é financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal e pela British Academy (com o título “*Urban development, crime and security in the tourist capital cities of the Northeast Brazil: the contrasting cases of Natal and Recife*”), em parceria com a Universidade de Cardiff (Reino Unido). Portanto, esta pesquisa ainda contará com um retorno ao campo no segundo semestre de 2018, e pretende-se, inicialmente, aplicar a mesma técnica de análise em um caso específico na cidade de Natal (RN).

A escolha pelas capitais nordestinas se deu por duas perspectivas: a do turismo e a da violência. A partir de estudos preliminares, foi possível perceber que no Brasil, ao longo da última década, a Região Nordeste se destacou pelo aumento da visibilidade de seus destinos turísticos, acompanhado de um crescimento nos investimentos públicos e privados no setor, como o PRODETUR/NE. Na última pesquisa Sondagem do Consumidor (FGV; BRASIL, 2017), a região se destaca como a mais desejada com 48,0% da intenção de viagem dos turistas domésticos.

Ao mesmo tempo, várias cidades nordestinas começaram a aparecer nos rankings de cidades mais violentas do Brasil (IPEA; FBSP, 2018), e do mundo (SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ, 2018), o que refletiu na inversão da presença da Região Sudeste nessas pesquisas. Dentre as regiões brasileiras, o Nordeste ultrapassou, de 2011 a 2015, as demais regiões em taxa de homicídios, como apresentado no Gráfico 3. Esses dados condizem com o estudo da ONG Sociedad, Justicia y Paz, que, de 2010 a 2016, traz as cidades nordestinas no ranking das cidades mais violentas do mundo (SOCIEDAD, JUSTICIA Y PAZ, 2017, 2016, 2015, 2014, 2013, 2012).

Gráfico 3) Taxa de Homicídios nas Regiões Brasileiras e no Brasil, de 2006 a 2016



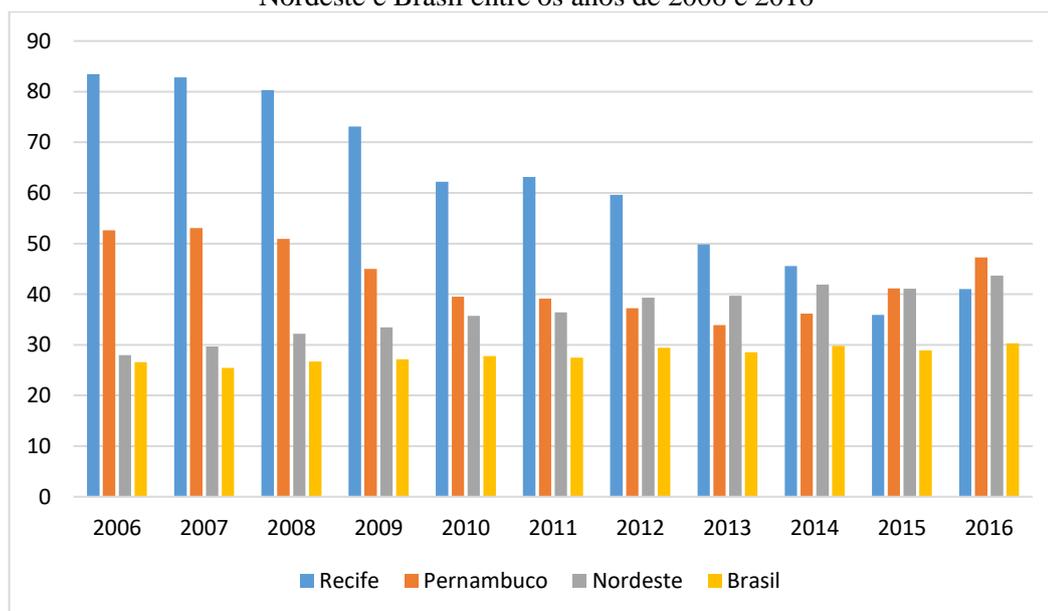
Fonte: Atlas da Violência (IPEA; FBSP, 2018)

O recorte inicial da pesquisa se concentrou, portanto, na Região Nordeste. Dos estados nordestinos, Pernambuco chama atenção pelo seu alto PIB per capita, quando comparado com os demais, e por ser um estado com destinos turísticos importantes: Recife, Olinda, Ipojuca (Porto de Galinhas) e Fernando de Noronha. Ainda que o estado tenha presenciado uma diminuição de 20,01% nos índices de violência (BRASIL, 2017a), de 2005 até 2015, ele ainda é comumente citado como um local violento.

De fato, levantamentos da conjuntura criminal realizados pela Secretaria de Defesa Social de Pernambuco já mostram um aumento nos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) de 2016 para 2017, com destaque para o número de ocorrências na Região Metropolitana de Recife (PERNAMBUCO, 2017b). Somado a isso, a RMR concentra três relevantes destinos atuais (Olinda, Porto de Galinhas e Recife), e também um histórico em relação a violência, que aponta para questões relativas a seu processo de urbanização (DANTAS; FREIRE, 2013).

Diferente das demais capitais nordestinas, o Recife vivenciou um movimento contrário nos seus índices de violência a partir de 2006. Quando comparado com as taxas de homicídios do Brasil, da Região Nordeste e de Pernambuco, entre 2006 e 2016, Recife apresenta um declínio mais acentuado do que o seu estado (Gráfico 4). Ainda assim, sua taxa de homicídios em 2016 (41,03) se encontra maior do que a taxa brasileira (30,3), segundo o IPEA (2018).

Gráfico 4) Evolução das taxas de homicídio (por 100 mil habitantes) em Recife, Pernambuco, Região Nordeste e Brasil entre os anos de 2006 e 2016

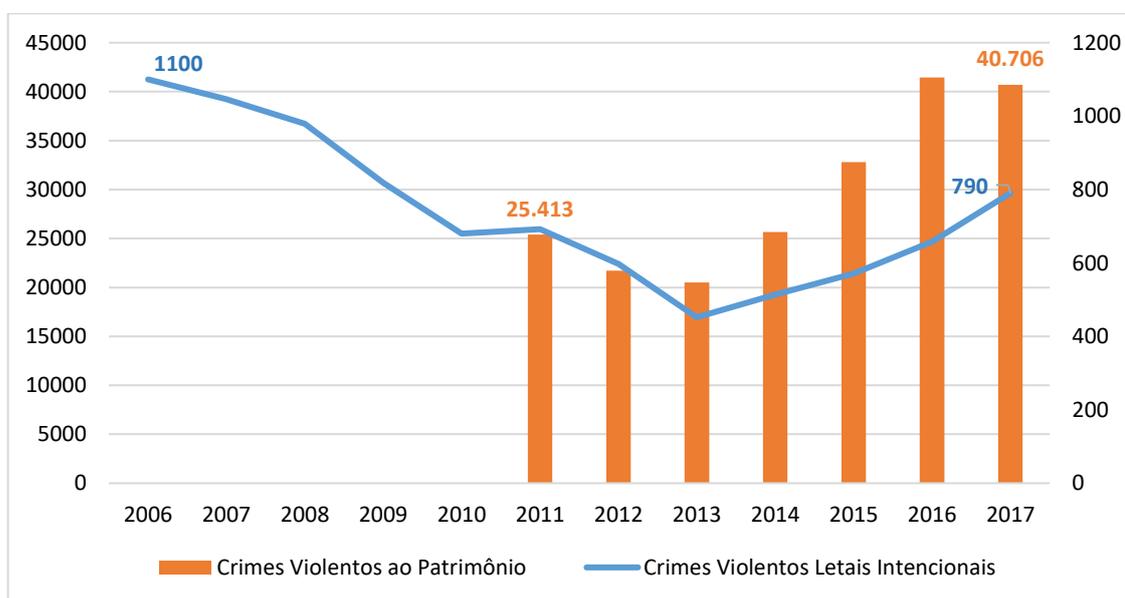


Fonte: Atlas da Violência (BRASIL, 2018a)

Entretanto, ao analisar os índices de violência utilizados pelo governo do estado de Pernambuco, que são: Crimes Violentos ao Patrimônio (CVP), que abrange roubos e furtos consumados e extorsões mediante sequestro, e Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), que considera os homicídios dolosos, o roubo seguido de morte ou latrocínio, as lesões seguidas de morte e as mortes suspeitas (MENDONÇA, 2014); é possível perceber uma variação a partir de 2013, como mostra o Gráfico 5. Observa-se que o CVLI diminuiu constantemente de 1.100 ocorrências em 2006, para 452 em 2013. Já a variação do CVP mostra também uma queda de 25.413 ocorrências, em 2011, para 20.516, em 2013. Os dois indicadores começam um movimentam de ascensão contínua a partir de 2014, condizentes com a variação ocorrida no estado de Pernambuco, e seguindo o padrão de crescimento da Região Nordeste.

Somado a isso, na última edição do ranking da ONG mexicana Seguridad, Justicia y Paz (2018 – ano base 2017), a capital se encontra na 22ª posição, após apresentar nos anos anteriores posições mais baixas (32º em 2011, 30º em 2012, 39º em 2013, 29º em 2014 e 37º em 2015, 28º em 2016).

Gráfico 5) Evolução dos Índices de Violência em Recife (PE), de 2006 a 2017



Fonte: Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (2018)⁶

Os créditos dessa diminuição inicial são direcionados, em primeiro momento, ao programa Pacto Pela Vida, implementado a partir de 2007 no estado de Pernambuco (SEPLAG, 2017). Com foco também na prevenção da violência, e não somente na repressão, o

⁶ Existem falhas na produção e na disponibilidade de dados secundários no cenário brasileiro, o que acarreta nas lacunas temporais presentes no Gráfico 4. O índice “Crimes Violentos ao Patrimônio” só começou a ser sistematizado e divulgado a partir de 2011.

programa contou com atividades integradas com diferentes secretarias, o Ministério Público e o Poder Legislativo, sendo as ações gerenciadas pela Secretaria de Planejamento, e não de Segurança, como o comum nessas políticas (WORLD BANK, 2013).

Entretanto, por mais que os índices demonstrem um cenário mais “seguro”, Ratton et. al. (2014) mostram que atores da sociedade civil consideram que o papel da repressão foi favorecido em detrimento da prevenção. Para eles, essas ações preventivas, além de não receberem investimento satisfatório, também não foram bem estruturadas e monitoradas, negligenciando outros aspectos da violência e do crime compostos de características culturais e sociais. Eles também destacam a interrupção do diálogo, antes ocorridos com frequência em fóruns e audiências públicas, entre o governo e a sociedade como um dos erros do programa (RATTON et. al, 2014).

De acordo com o IBGE (2017), atualmente, Recife é a nona cidade mais populosa do país, com uma população estimada, em 2017, de 1.633.697 habitantes. Sua densidade demográfica é de 7039.64 hab/km², a 12ª maior do país. Em 2016, o salário médio mensal era de 3,1 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 44.8%. Em 2015, seu PIB per capita era de R\$ 29.701,32 e 49.6 % das suas vias públicas estavam urbanizadas. O Mapa 1 mostra a localização do estado de Pernambuco e do Município de Recife.

Mapa 1) Localização do Município de Recife



Fonte: FERREIRA, et. al, 2017

O Recife despontou também como um estudo de caso interessante para o debate sobre reconfiguração urbana. Nas últimas três décadas houve ações de revitalização de espaços públicos para fins de modernização em diversos locais da cidade. Dessas, atualmente está em análise no Conselho Municipal o projeto de revitalização do bairro Santo Amaro (ver anexo 1, com o mapa ampliado dos bairros do Recife), localizado no centro de Recife (CONSELHO DA CIDADE DE RECIFE, 2017). Também se mantém o debate acerca da revitalização do Cais José Estelita, local de um dos principais conflitos da cidade. Com a intenção de construir um conjunto de prédios de cerca de 40 andares em frente ao mar, no bairro São José, o Projeto Novo Recife, está em processo de revisão pelos seus organizadores devido à forte oposição da sociedade civil, que fundou o movimento *Ocupe Estelita*, contrários à forma como a proposta pretende ocupar a região e aos impactos que podem ocorrer (LYRA, 2015).

O Recife também está em processo de revisão do seu Plano Diretor, com discussões importantes sobre o uso, ocupação e manejo do seu espaço urbano e do seu patrimônio histórico, com o intuito de buscar soluções para os atuais problemas de habitação, deslocamento e qualidade de vida na cidade. Após estabelecido o recorte inicial na cidade do Recife, tendo em vista a pergunta de pesquisa, o critério para a seleção do estudo de caso se baseou na definição de uma situação específica onde fosse possível identificar, inicialmente, algum (uns) processo (s) de reconfiguração urbana realizado (s) para fins de desenvolvimento turístico. Além disso, buscou-se averiguar se o local selecionado apresentava algum problema quanto ao uso do seu espaço público ou, de alguma forma, aparentava ser inseguro (o que foi possível averiguar a partir do contato com atores locais feito no primeiro trabalho de campo).

Das situações identificadas, a que mais se destacou foi o processo de revitalização do Bairro do Recife (BdR), em destaque no Mapa 2, situado no Centro da Cidade do Recife. Em primeiro momento considera-se que ao mesmo tempo em que a infraestrutura é otimizada para o aumento da atratividade local, e consumo do/no espaço, os cidadãos podem fazer uso dessa “melhoria”. Entretanto, estudos de caso locais questionam os resultados dos processos de reconfiguração urbana realizados, indicando que eles podem não ter sido tão benéficos para a população local quanto o esperado.

Por exemplo, Leite (2006) chamou atenção para a criação de um novo “traçado simbólico de demarcação” (LEITE, 2006, p.25) instaurado a partir da revitalização da Rua do

Bom Jesus⁷, que redirecionou o sentido da ocupação do bairro para um público consumidor de um espaço “enobrecido” e fortaleceu o processo de gentrificação do comércio local. Lacerda (2007) defende que a revitalização foi uma estratégia quase que exclusiva de marketing e que a forma desordenada como foi feita contribuiu para a perda de autenticidade do patrimônio histórico local. A autora também destaca a pouca participação dos habitantes locais nas decisões tomadas e denuncia o desvirtuamento do Plano de Revitalização (de 1986) original.

Santos (2013) sinaliza a tentativa de integrar o bairro ao restante da cidade, o distanciando de seu caráter boêmio original, e assim atraindo um público mais amplo. Ele identifica quatro falhas: o conflito entre o interesse de se habitar o bairro e transformar ele em um centro de eventos; o desrespeito à história original dos patrimônios históricos locais; a segregação de público promovida no Pólo Bom Jesus devido aos altos preços, restringindo o acesso de um público mais diverso; e a forte dependência dos equipamentos a uma gestão, o que, ao fim dela, ocasionou o fechamento desses.

Menezes (2015) reconhece a mesma situação identificada pelos autores anteriores e trabalha a questão das possibilidades de habitação no Centro Histórico da cidade. Já Souza e Lapa (2015) são mais críticos quanto à situação do bairro. Para eles, o processo de revitalização realizado “obedece ao padrão homogeneizador globalizado com ênfase na economia de mercado, privilegiando atividades financeiras, comerciais e do uso do espaço para o lazer e turismo” (SOUZA; LAPA, 2015, p. 141). Os fatos abordados pelas pesquisas estão descritos na próxima seção. Nenhum dos estudos identificados buscou reconhecer problemas quanto a percepção da violência local, ou trabalhou esse debate por uma abordagem discursiva, como feito na presente dissertação.

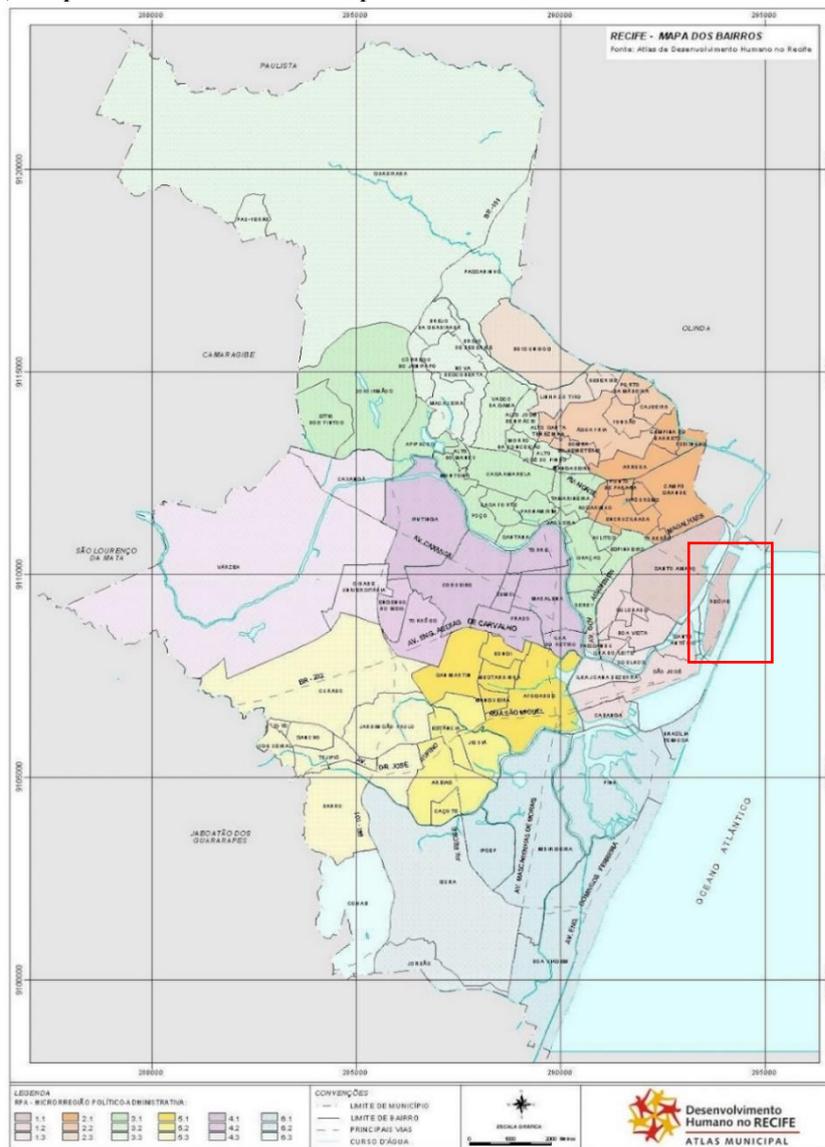
Atualmente, a atividade turística do bairro se concentra no Marco Zero, espaço que foi totalmente modificado. Os antigos armazéns do porto foram transformados no Centro de Artesanato de Pernambuco, em um centro gastronômico, com restaurantes que, em sua maioria, se distanciam do contexto gastronômico regional, e em um local para eventos, ainda desativado. O Boulevard na Avenida Rio Branco já foi entregue, mas outros equipamentos como o meu Cais do Sertão, e seus arredores ainda passam por obras.

Além desses, o Recife Antigo conta com outros atrativos, como o Parque de Esculturas do Fernando Brennand, localizado nos arrecifes em frente ao Marco Zero, o Paço do Frevo, a

⁷ A Rua do Bom Jesus foi a primeira e principal rua do bairro a ser alvo das ações de revitalização.

Fortaleza do Brum, a Embaixada dos Bonecos Gigantes, o Teatro de Mamulengos, a Sinagoga Kahar Zul Israel, a Torre Malakoff, o Centro Cultural Judaico, e outros equipamentos com apelo turístico, como o shopping Paço Alfândega e a Caixa Cultural. Atualmente, o BdR conta somente com dois hostels e um albergue, e não se tem previsão da construção de um hotel.

Mapa 2) Mapa dos Bairros do município de Recife, com o Bairro do Recife destacado.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife (2005).

O Bairro do Recife está localizado na Região Político Administrativa 1, e possui uma área territorial total de 270 ha. De acordo com a Prefeitura do Recife (PERNAMBUCO, 2018d) a população residente, com base no censo de 2010, era de 602 moradores, sendo 287 do sexo masculino e 315 do sexo feminino. A maioria (45,85%) se concentra na faixa de 25 a 59 anos e se consideram pretos (34,39%) ou pardos (30,72%). O BdR apresenta uma densidade demográfica bastante distante dos demais bairros, com 2,23 habitante/hectare.

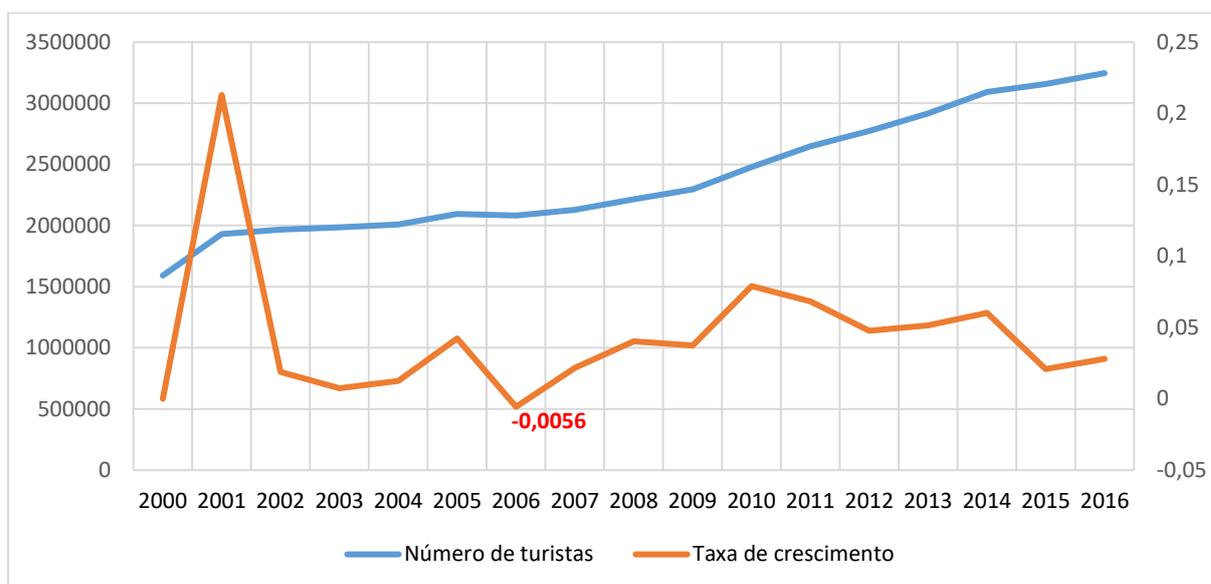
O bairro contava, em 2010, com um total de 198 domicílios, os quais tinham como média 3,0 habitantes por domicílio. A proporção de mulheres responsáveis por eles era de 66,83. Ainda, de 2000 para 2010, a taxa média geométrica de crescimento anual da população foi negativa, de -4,20%, a taxa de alfabetização da população de 10 anos ou mais era de 81,7%. E o valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios era de R\$ 567,00 (PERNAMBUCO, 2018d).

Sobre as demais pesquisas de dados secundários realizadas, cabe ilustrar que as de vitimização encontradas não seguem o recorte espacial estabelecido pela SDS (com AIS), e a única pergunta acerca da localidade específica (dimensão bairro) consiste em saber, caso a pessoa tenha sido vítima de assalto, onde ele ocorreu. Em 2008, dos 796 entrevistados, 6,3% declararam já terem sido assaltados no Centro do Recife, sendo o terceiro local com maior incidência de assaltos.

Já em 2009, de um total de 815 entrevistados, 3,7% disseram ter sido assaltado no Centro, caindo para o 7º lugar na incidência de assaltos. As demais evidências são referentes a cidade do Recife de forma geral. Destaca-se que nas duas ao serem perguntados “Você mudou os seus hábitos/costumes para se proteger da violência?”, em 2008, 59,7% dos entrevistados responderam que sim e em 2009, 60,9%, o que mostra que a violência, de fato, afeta o cotidiano da população recifense (no período pesquisado).

As informações obtidas acerca do fluxo turístico também não contribuíram muito no dimensionamento da movimentação no bairro e na cidade do Recife. O fluxo não é medido na escala “bairro”, e os dados disponibilizados aglutinaram o município do Recife, de Olinda e de Jaboatão dos Guararapes, como apresentado no Gráfico 6, dificultando a real medida dessa movimentação no bairro e na cidade. É possível perceber que mesmo que o número de turistas mostre um crescimento constante, a taxa de crescimento possui uma variação mais instável. Dentre esses picos, o ano que apresenta a menor taxa de crescimento, de - 0,0056, é 2006.

Gráfico 6) Evolução do Fluxo Turístico em Recife (PE), entre os anos de 2000 e 2016.



Fonte: EMPETUR. IBOH'S/Pesquisas do Turismo Receptivo do Recife⁸

A próxima seção apresenta a história do Bairro do Recife, traçando uma cronologia dos incidentes evidenciados, com foco nos episódios pertinentes aos seus processos de reconfiguração urbana e desenvolvimento turístico.

⁸ O fluxo global de turistas é calculado de acordo com a relação entre o fluxo de hóspedes e a participação dos turistas hospedados na rede hoteleira obtida nas pesquisas do turismo receptivo. Inclui os visitantes que se hospedam em estabelecimentos hoteleiros/extra-hoteleiros/casa própria/alugada; casa de amigos/parentes. Os valores incluem o fluxo de Olinda e Jaboatão dos Guararapes.

3. A CIDADE NÃO PARA, A CIDADE SÓ CRESCE...

De tantas histórias do Recife Antigo que podem ser contadas, cada momento traz suas especificidades e diferentes pontos de vista sobre os fatos. As próximas seções têm como objetivo apresentar de forma descritiva as linhas do tempo com os eventos ocorridos no BdR pertinentes aos seus processos de reconfiguração urbana e desenvolvimento turístico.

3.1 AS ORIGENS DO BAIRRO DO RECIFE

Os primeiros registros de ocupação da Capitania de Pernambuco apontam para seu início em Olinda, no século XVI, devido à sua posição estratégica. A vila, composta de morros e próxima ao mar, garantia maior segurança e uma melhor visualização do território para os colonizadores. Entretanto, Recife, ao sul do istmo de Olinda (ver Figura 2), já contava com um porto natural que, com o progresso da troca de mercadorias, tornou a migração para o local inevitável. O movimento do porto transformou a vila no principal local de encontro do estado, logo se tornando o centro econômico da região. A “rivalidade” entre Olinda e Recife nasce dessa mudança, que se caracterizava por Olinda ser o local dos senhores de engenho, com casas grandes, e Recife ser a cidade onde os trabalhadores se concentravam devido à presença do porto (REZENDE; ALMEIDA, 2002; ROCHA, 1959).



Figura 2) “Perspectiva” do “Ressife” e Villa de Olinda.
Autor: João Teixeira Albernaz I (1616)⁹

⁹ Fonte: Original manuscrito que integra o códice 'Razão do Estado do Brasil no governo do norte somente asi como o teve dō Diogo de Meneses até o anno de 1612', ca. 1616, de Diogo de Campos Moreno, da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Acesso pelo SUDOESTESP (2018).

Pelo seu potencial econômico, Recife desenvolve sua centralidade e cresce de forma intensa, e desordenada, por entre mangues e rios, que contribuíam para o escoamento das mercadorias produzidas no estado, em especial a cana de açúcar. Esse recurso foi alvo de um dos históricos conflitos de Pernambuco: a invasão holandesa de 1630. Comandado por Maurício de Nassau, a partir de 1637, o governo holandês em Pernambuco se estendeu até 1654, e marcou a história da cidade, deixando alguns patrimônios materiais e a memória de sua presença, que ainda caracterizam o folclore da cidade (REZENDE; ALMEIDA, 2002; ROCHA, 1959). Segundo o entrevistado 11, professor do departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, a maioria das edificações em estilo holandês foi derrubada pelo governo português após sua retomada com o intuito de demonstrar a derrota dos rivais e seu domínio sobre o território recifense.

O espaço urbano recifense passou por contínuas mudanças que acompanham a interiorização de seus habitantes. A ocupação ao longo da margem dos rios, principalmente do Capibaribe, conduziu a habitação da população, marcada pela presença de palafitas (ainda hoje), até a vila virar uma cidade. Após as contínuas enchentes nesses locais durante o século XX, a ocupação das famílias mais ricas passa para onde antes estavam suas casas de veraneio, e assim se inicia o adensamento do bairro de Boa Viagem, conhecido por ser o principal bairro turístico da capital, onde se concentra a maior oferta hoteleira da cidade. Como as demais metrópoles brasileiras, a cidade cresceu de forma acelerada, se tornando, segundo o censo de 2010, a terceira mais populosa e a capital mais rica, em termos de PIB per capita (R\$ 21.711,85), da Região Nordeste.

3.2 DO ‘NOVO RECIFE’ AO ‘RECIFE ANTIGO’

O bairro do Recife compõe uma parte do centro da cidade, sendo o bairro pioneiro no processo de ocupação, e contou por muitos anos com um dos principais portos do Brasil. O Porto do Recife continua ativo ainda que suas atividades tenham sido majoritariamente transferidas para o Porto de Suape, no sul do estado de Pernambuco. Essa mudança foi feita de forma gradual. O Porto do Recife ainda conta com um Terminal Marítimo de Passageiros, que recebe turistas em cruzeiros, e mantém algumas operações comerciais.

Devido à presença do porto o bairro foi continuamente alvo de reformas que visavam seu progresso. Em 1815 projetos já eram elaborados visando à expansão das atividades portuárias enquanto o fluxo de navios se intensificava. A primeira grande reforma data de 1910. Proposto pelo engenheiro Alfredo Lisboa, em 1887, as obras, iniciadas em julho de 1909,

modificaram o traçado do bairro em busca da modernização influenciada pela "Paris de Haussman" (ROCHA, 1959; URB, 1998), como apresentado na Figura 3 a seguir.

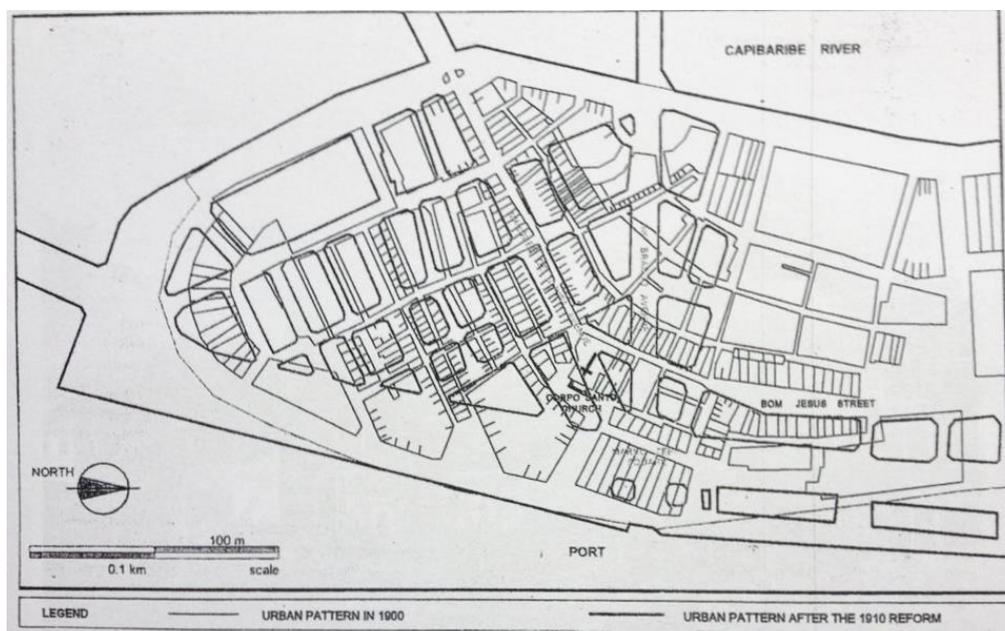


Figura 3) Mapa com o redesenho do núcleo original da cidade. O traçado mais forte indica o novo desenho do bairro.

Fonte: GONÇALVES (1997) apud. URB (1998)

De acordo com a Proposta de Tombamento do bairro (URB, 1998), esse projeto de 1910, intitulado 'Novo Recife', promoveu a destruição do conjunto arquitetônico remanescente do período colonial, dando lugar a um conjunto arquitetônico eclético. A reforma também permitiu o fortalecimento de outros tipos de investimento, de capital financeiro e comercial, o que favoreceu a entrada de bancos e demais comércios no bairro a partir da década de 1930. Segundo o entrevistado 27, também é nessa década que o bairro começa a diminuir seu caráter residencial e intensifica-se a visão do bairro boêmio, ligado à prostituição, afastando assim a população residente. Esse cenário permaneceu até a década de 1970 quando passa a ser “moda” visitar o bairro. O ambiente alternativo se torna atrativo para exposições de arte e para um público mais amplo, que buscava presenciar uma realidade diferente, como destacado em Madureira (1995. P.50): “No início da década de setenta, estava na moda ir para a ‘zona’ conhecer... É como quem vai para um zoológico”.

Ainda na década de 70, segundo o entrevistado 20¹⁰, ocorreu uma tentativa de construção de um retroporto no BDR. O retroporto serve de local de apoio para as operações portuárias, onde ocorrem atividades de organização de insumos, monitoramento e também

¹⁰ Atualmente, servidor da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade. Na época, participou do projeto de revitalização do bairro

alfandegárias. Entretanto, as obras ficaram inacabadas e o espaço deixado pelos destroços das obras atraiu pessoas em estado de alta vulnerabilidade social para o local, assim dando origem à Favela do Rato (nome dado devido à forte presença dos roedores), atualmente chamada de Comunidade do Pilar (ver Figura 4).

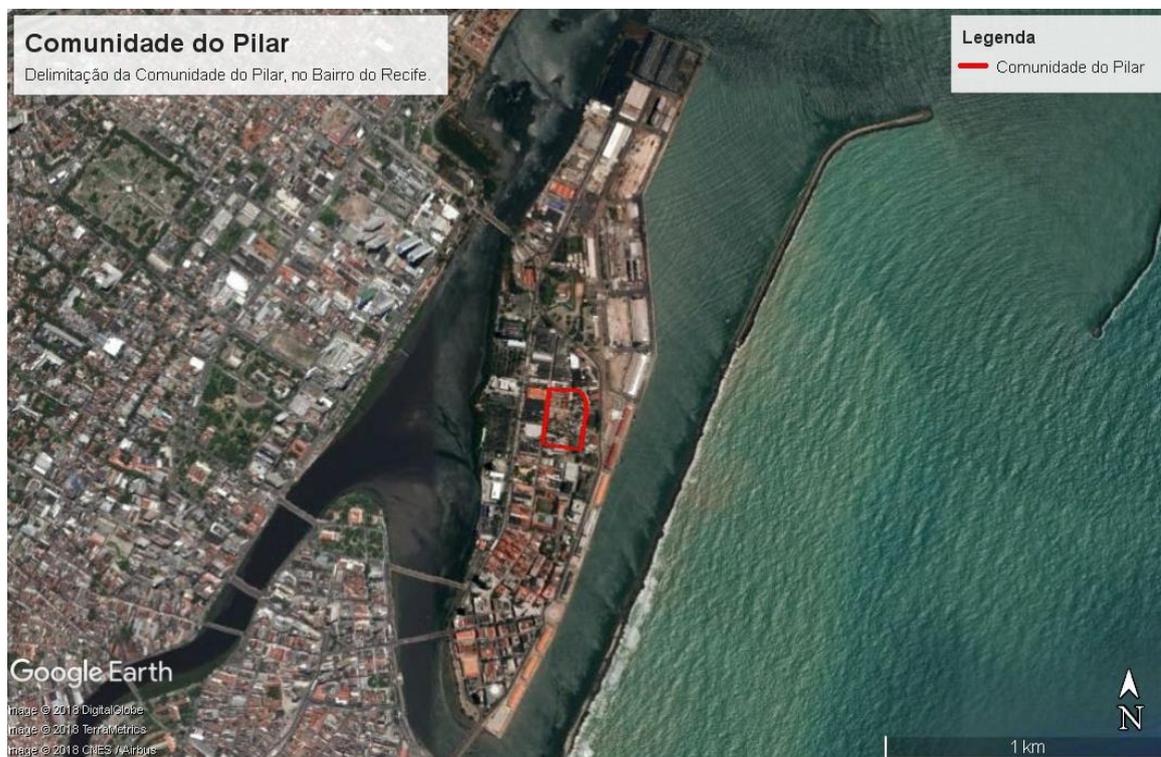


Figura 4) Delimitação da Comunidade do Pilar (em vermelho) no Bairro do Recife (ilha).
Fonte: Google Earth (2018)

No final da década de 1970, começa a preocupação com a preservação do patrimônio local, acompanhada do interesse em revitalizar alguns espaços degradados da cidade (URB, 2001). Esses esforços culminaram na criação do Decreto nº 11.962 de 22 de setembro de 1980, que instituiu a Zona de Preservação constituída pelo Sítio Histórico do Bairro do Recife, fortalecendo a ideia de trabalhar a preservação patrimonial aliada ao aumento da visitação devido a sua potencial atratividade. Cabe salientar que a década de 1980 traz uma nova configuração para a cidade e para o bairro. Ainda segundo o entrevistado 27, a prostituição descentraliza mudando-se para bairros mais periféricos, o lazer começa a tomar novas formas, concentrando-se em poucos Shoppings Centers e migrando para a praia de Boa Viagem (com seu processo de ocupação acelerado), e o bairro perde vida. Esse fenômeno de esvaziamento dos centros históricos também ocorreu em outras capitais do Brasil. A seguir, na Figura 5, apresenta-se a primeira linha do tempo, com os eventos que ocorreram nas origens do recorte temporal estabelecido.

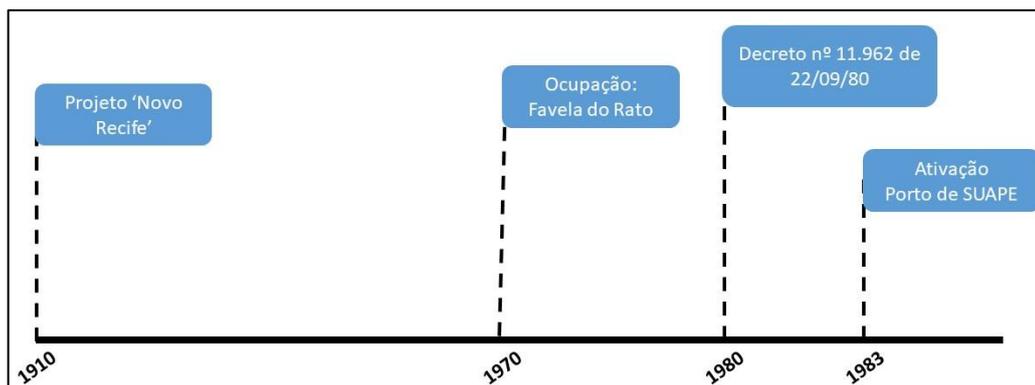


Figura 5) Eventos ocorridos nas origens da revitalização do BDR (1910 – 1983).

Fonte: própria autora

3.2.1. Porto Solidão: a ativação do porto de SUAPE

Na década de 1980, o poder público, durante a primeira gestão na Prefeitura de Jarbas Vasconcelos (1986 – 1989), volta a atenção para a revitalização do Centro da Cidade, composto também por outros três bairros: Santo Antônio, São José e Boa Vista. O Plano de Revitalização do Centro do Recife (URB, 1986) previa o melhoramento da infraestrutura urbana de toda a região central (URB, 1986), desmembrando-se em Planos específicos como o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, de 1987.

Acompanhado do Plano de 1986, foi criado o Escritório de Revitalização do Bairro do Recife (ou Escritório Técnico do Bairro do Recife), que consistiu em um grupo de trabalho que tinha como responsabilidades “o detalhamento das ações eleitas como prioritárias, a indicação de recursos, a estratégia de execução e a mediação dos conflitos surgidos na implementação das propostas” (p.1. SEPLAM, 2002) do Plano para o bairro. Porém as ações previstas não foram plenamente desenvolvidas. Segundo o entrevistado 20, ex-membro do Escritório:

(Sobre o plano de 1986 e o Escritório): Houve um início do resgate. (...) depois houve uma mudança de governo, como sempre, houve uma parada no projeto, mas se manteve o Escritório de Revitalização. É o período que eu vou para lá, que o (fulano) vai. E a gente ficou... não havia, não era uma bandeira da gestão da época. E a gente ficou praticamente mantendo e fazendo trabalhos que não tinham repercussão financeira: levantamentos.... Até que mudou novamente a gestão e, coincidentemente, era o mesmo prefeito da época de (fulana) que voltou e retomou-se o projeto. (Entrevistado 20, 26 de fevereiro de 2018)

Nessa retomada, na segunda gestão do ex-Prefeito Jarbas (1993 – 1997), ainda de acordo com o entrevistado 20, a Prefeitura promoveu um concurso que tinha como objetivo escolher uma proposta de ação para a revitalização a partir do Plano feito em 1992. A empresa de urbanismo vencedora, Borsoi Arquitetura, propôs então ações nos três polos: o polo Bom Jesus, o polo da Moeda e o polo Pilar. Sem condições de executar os projetos completos, focou-se na

revitalização da Rua do Bom Jesus, enquanto a Rua da Moeda e a área da Comunidade do Pilar sofreram intervenções mais pontuais.

Para dar legitimidade às ações, em 1993, o BDR instituiu-se como Zona Especial Turística (Lei nº 15.840 de 29/12/93). Essa lei teve como objetivo estimular:

I - a instalação de estabelecimentos com atividades voltadas para o Turismo, a Cultura e o Lazer, bem como aquelas que lhe sejam complementares por afinidade ou por lhe assegurarem viabilidade, estabelecendo uma dinâmica que se pretende capaz de possibilitar a reabilitação do seu bairro;

II - a preservação e recuperação dos elementos da estrutura física e da paisagem urbana do bairro, que constituem acervo de elevado valor histórico e cultural

(RECIFE, 1993)

A intenção, demonstrada também na fala dos entrevistados que participaram da elaboração dos planos, era atrair a iniciativa privada para garantir a sustentabilidade econômica do bairro. Alguns esforços demoraram a dar resultados, como por exemplo, o projeto ‘Cores da Cidade’. Esse projeto, feito em parceria com a Fundação Roberto Marinho e a Tintas Ypiranga em 1993, pintou as fachadas de alguns prédios com cores chamativas com objetivo de aumentar a atratividade local. A iniciativa privada ainda não estava convencida de que o governo continuaria realizando as ações propostas. Somente após a Prefeitura desapropriar e restaurar alguns prédios e oferecê-los à iniciativa privada, por meio de incentivos fiscais e comerciais, criou-se a confiança necessária para o investimento por parte dos empresários de bares e restaurantes (ZANCHETTI et.al, 1998). Dessa forma, o projeto ‘Cores da Cidade’ é replicado para mais áreas do bairro, ganhando destaque em 1996 (Figura 6).



Figura 6) Placas dos projetos Cores da Cidade (embaixo) e Tudo de Cor para Recife (acima), localizadas na Rua do Bom Jesus.
 Fonte: própria autora (2018)

Nesse período ainda cabe destacar o nascimento e o início da aplicação dos recursos provenientes do Programa de Desenvolvimento, o PRODETUR. Na sua primeira fase (Prodetur Nordeste 1), após a assinatura do contrato de empréstimo em 1994, o estado de Pernambuco recebeu US\$ 44.320.745,63, sendo 54,18% recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco do Nordeste e 45,82 % de contrapartida do estado de Pernambuco. O principal objetivo do Programa consistia em “contribuir ao desenvolvimento socioeconômico da região gerando oportunidades de emprego, aumento da renda per capita e aumento da receita fiscal dos estados” (TC/BR, 2005).

Segundo o Relatório de Avaliação do Prodetur NE I do estado de Pernambuco (TC/BR, 2005), o estado foi pouco estratégico ao escolher direcionar a maior parte dos recursos para um destino novo, o Centro Turístico de Guadalupe, ao Sul do estado, ao invés de consolidar outros lugares já com fluxo turístico significativo. Por não condizer com os direcionamentos do Programa, Pernambuco não recebeu tanto recurso quanto os demais estados. Para alterações urbanas no bairro do Recife, foi direcionado um total de US\$ 4.109.982,12¹¹, que contribuíram

¹¹ No momento da contratação (12 de dezembro de 1994), o dólar valia R\$ 0,842. Portanto, o total investido correspondia a R\$ 3.460.604,95. Fonte: dolarhoje.net.

para a mitigação de dois problemas recorrentes no bairro: más condições no abastecimento de água e esgoto. Os recursos foram distribuídos entre os projetos destacados na

Tabela 1 a seguir:

Tabela 1) Principais Investimentos do Prodetur I na RMR

PROJETO	VALOR (Us\$)
Ampliação/Reforma e energização do Espaço Cultural	11.788.337,56
Pátio de Estacionamento de Aeronaves do Aeroporto de Recife	3.104.380,43
Sistema de Abastecimento d'Água do Bairro do Recife	1.052.357,90
Terminal Marítimo/Sinalização/Unidade de Serviços do Bairro do Recife	968.860,66
Recuperação da Ponte Buarque de Macedo	877.108,80
Travessia Urbana de Paulista	615.088,86
Recuperação das Fachadas da Av. Alfredo Lisboa*	454.896,02
Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro do Recife	391.870,22
Torre Malakoff	364.888,52
TOTAL	19.617.788,97

Fonte: Unidade Executora Estadual – UEE/PE

Atualização: Abril/2004

*Recursos do MINC/PCR

Fonte: Avaliação do Prodetur I - Pernambuco (TC/BR, 2005)

A seguir, na Figura 7, apresenta-se a segunda linha do tempo, com os principais eventos que ocorreram no período de 1983 a 1986.

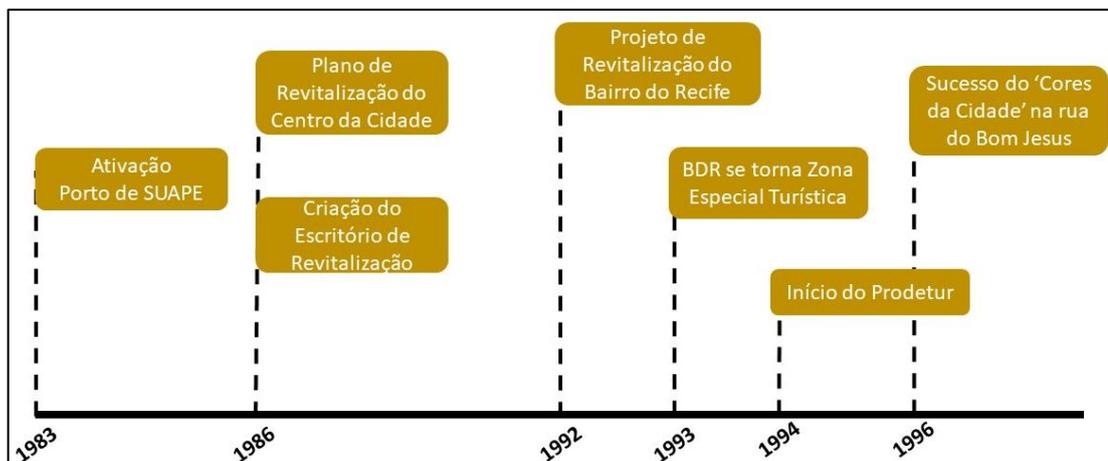


Figura 7) Eventos no período de decadência do bairro (1983 -1996).

Fonte: própria autora

3.2.2. O desenvolvimento pelo turismo: “O sucesso do ‘Cores da Cidade’”

Depois dos contínuos esforços na atração da iniciativa privada, em 1996 finalmente dá certo. Os gestores e empresários apropriam-se da cultura da boemia, um dia existente no bairro, e consolidam a imagem do “Recife Antigo” como é conhecido ainda hoje. Com forte presença de bares na rua do Bom Jesus, na Rua da Moeda e na rua do Apolo, o Recife Antigo se torna,

novamente, local de encontro da cultura alternativa recifense, sendo um dos palcos do movimento *Manguebeat*, iniciado em 1991, e de outros movimentos populares.

Os esforços para preservação e revitalização do patrimônio caminharam paralelos a esse processo. Em 1997 é aprovado o Plano Específico de Revitalização da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural ZEP 09 – Sítio Histórico do Bairro do Recife (Lei nº 16.290 de 29/01/97) e, em 1998, Bairro do Recife é tombado como conjunto arquitetônico, urbano e paisagístico (Portaria nº 263 de 23/07/98 – MinC).

Nesse período, a Prefeitura investiu na promoção de eventos voltados ao lazer dos usuários como o Dançando na Rua, o Festival da Seresta, o Festival da Jovem Guarda, o Domingo na Rua, e a criação do pólo Carnavalesco, além dos eventos promovidos pela iniciativa privada nos seus respectivos restaurantes. Isso gerou certa “sobrecarga” de público, em especial na rua do Bom Jesus, fazendo com que o público tradicional se afastasse pelo desconforto com a variedade excessiva de entretenimento que competiam em barulho, e a lotação do espaço por turistas e demais cidadãos.

Ainda que intenso, esse período de sucesso do turismo foi breve. Essa movimentação, que ocorria com mais intensidade à noite, não conseguiu influenciar as atividades diurnas do bairro, que permaneceu inabitado e vazio. Os bares e restaurantes começaram um processo contínuo de abertura e fechamento, com a mudança de proprietários, e pouco a pouco os estabelecimentos fecharam e não abriram mais. Assim, começa-se a pensar em como alavancar novamente a atratividade do bairro.

Influenciados pelo modelo norte-americano de lazer da década de 1990, os gestores do bairro, junto da Fundação Roberto Marinho realizam, em 1998, o Fórum Bairro do Recife, para discutir as perspectivas econômicas do BdR. No Fórum, as alternativas propostas se baseavam na construção de estacionamentos (grave problema enfrentado ainda hoje), shopping centers (que culminou na construção do shopping Paço Alfândega em 2003) e uma rua 24h que sanaria o problema do vazio diurno do bairro. No evento, também aparece a fala da Softex, empresa de tecnologia, apontando o início das estratégias do Porto Digital, projeto que marca o próximo episódio do bairro.

O turismo, que até o momento era protagonista do desenvolvimento, acaba perdendo espaço para o desenvolvimento pela tecnologia e o Porto Digital passa a ser o principal indutor econômico do BdR. As consequências das decisões tomadas nesse evento são vistas no decorrer

dos próximos anos e serão explanadas nas próximas seções. Para marcar a passagem do milênio e a entrada do bairro na modernidade, a Praça Barão do Rio Branco é reformada em 1999, perdendo suas árvores (ganhando palmeiras) e seu aspecto bucólico. Atualmente, a praça é mais conhecida como o Marco Zero (Figura 8 e 9) A seguir, na Figura 10, apresenta-se a terceira linha do tempo, com os principais eventos que ocorreram no período de 1996 a 2000.



Figura 8 e figura 9) Praça Barão do Rio antes da reforma de 1999 (a esquerda) e depois (a direita).
 Fonte: Pernambuco Arcaico e Revista Nordeste

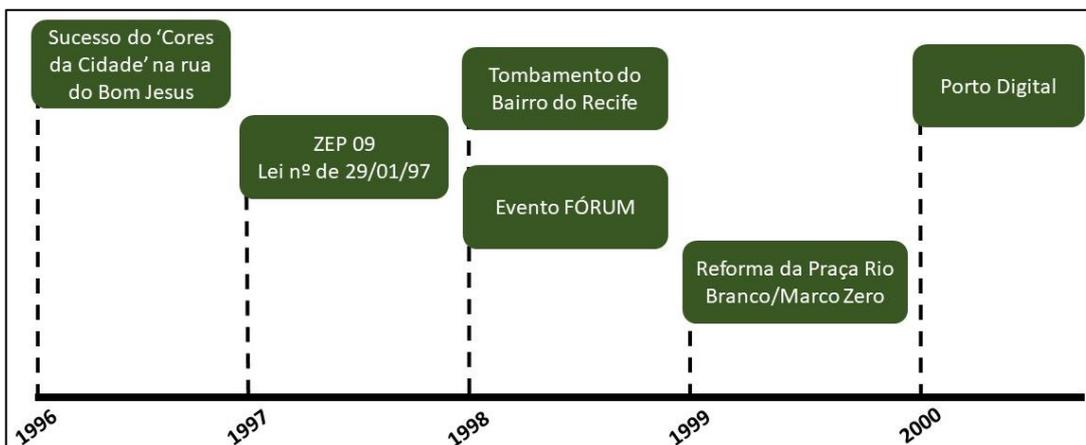


Figura 10) Eventos na ascensão do turismo no bairro (1996 – 2000).
 Fonte: própria autora

3.2.3. Desenvolvimento pela tecnologia: o Porto Digital

Como mencionado na seção anterior, no final da década de 1990 surge um novo pensamento sobre o desenvolvimento do bairro. No início do milênio, inicia-se um projeto público-privado que teve como objetivo desenvolver o setor de tecnologia no Recife: o Porto Digital. A iniciativa consistia na criação de um pólo de tecnologia da informação no Recife Antigo e, para isso, o governo estadual investiu R\$ 33 milhões na infraestrutura local. Segundo o Porto Digital (2018), as empresas de telecomunicações investiram R\$ 1 milhão, com a

disponibilização do cabeamento de internet no bairro e empresas privadas investiram R\$ 10 milhões.

A administração do Porto Digital é feita por um Núcleo de Gestão formado por um corpo técnico especialista nos temas pertinentes ao desenvolvimento do projeto e um conselho administrativo composto de representantes de secretarias, associações e grupos organizados. Em 2000, essa equipe passa a ocupar o antigo prédio do antigo Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe)¹² (ver Figura 11), marcando o início da execução de suas estratégias.

Como o bairro continuava um ambiente de testes ideal para esse perfil de projeto, iniciou-se, novamente, a compra e a restauração dos imóveis no local para serem ofertados a essas empresas, acompanhados de incentivos fiscais e a disponibilidade de internet gratuita. Desde seu início, o bairro já recebeu, pelo projeto, mais de R\$ 90 milhões em investimentos direcionados para “renovação urbana” (PORTO DIGITAL, 2017). Ao mesmo tempo, os projetos de revitalização dos equipamentos turísticos e a criação de atrativos continuaram a ser realizados em parceria com o Prodetur, que já entrava em sua segunda fase, o que contribuiu para uma reconfiguração mais abrangente da área turística do BdR.



Figura 11) Vista do Bairro do Recife, com o prédio do Porto Digital em primeiro plano.
Fonte: Porto Digital/Divulgação

Assim, o dia-a-dia do bairro começou a mudar. A partir da crescente chegada de empresas e trabalhadores do setor de tecnologia, o BdR passa a ter mais movimento de dia. Os estabelecimentos de alimentação iniciam um processo de adaptação para atender esse público, se distanciando do padrão voltado para os turistas de massa. A cena noturna foi praticamente

¹² O Bandepe foi privatizado em 1998, que passa ao Santander.

extinta e o bairro ainda não havia conseguido sanar o problema histórico de habitação. Outro problema que cresceu com essa mudança foi a falta de estacionamento para atender a quantidade de carros, que aumentavam cada vez mais.

Os gestores do turismo buscaram então novas formas de encaixá-lo nesse novo cenário. Após as ações de revitalização estruturais para sanar problemas básicos do bairro, como saneamento, conduziram a estratégia para aumentar a oferta de atrativos locais, criando novos equipamentos e reformando antigos. Em 2003, após a restauração do antigo prédio da Alfândega, é inaugurado o shopping de luxo Paço Alfândega, financiado pelo Programa Monumenta, do BID, e começa-se a projetar a revitalização dos armazéns do porto. Para sua requalificação, o Prodetur NE II destinou US\$ 2 milhões. A seguir, na Figura 12, apresenta-se a terceira linha do tempo, com os principais eventos que ocorreram no período de 2000 a 2012.

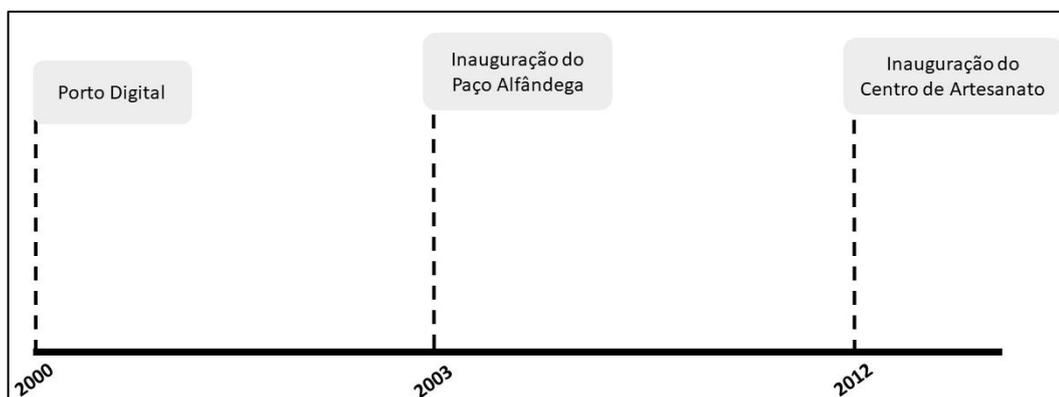


Figura 12) Eventos ocorridos após o início do Porto Digital (2000 – 2012).
Fonte: própria autora

3.2.4. O requinte: os Armazéns do Porto e o encerramento do Gambrinus



Figura 13) Centro de Artesanato de Pernambuco, no BdR.
Fonte: própria autora (2018)

2012 marca o início da sequência de inaugurações de equipamentos turísticos no bairro. Nesse ano, a revitalização do primeiro armazém é concluída e o Centro de Artesanato de Pernambuco é aberto ao público (ver Figura 13). Em 2012, também acontece um evento que marca o fim da boemia tradicional do bairro. O Gambrinus, um dos bares originais do BdR (e em tempos antigos, também boate) cede à pressão da reforma do edifício Chantecler (ver Figura 14) e encerra suas atividades.

Nas ações para a Copa do Mundo de 2014, inaugura-se em 2013 o novo Terminal Marítimo de Passageiros de Pernambuco, uma obra de R\$ 27 milhões, sendo 21,8 milhões de recursos federais do PAC da Copa e o restante do governo do estado (PORTO DO RECIFE S.A., 2018). Em 2014, a Prefeitura inaugura o Centro Cultural Paço do Frevo, um espaço para a promoção da música e dança do frevo, localizado na Praça do Arsenal, próximo à rua do Bom Jesus. Com realização da Fundação Roberto Marinho, ele é patrocinado por empresas públicas e privadas e conta com o apoio do IPHAN e do Governo Federal, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. Seu principal patrocinador é o Grupo Globo (PAÇO DO FREVO, 2018).



Figura 14) Vista da entrada do Bairro do Recife a partir da ponte Maurício de Nassau. À direita, o edifício Chantecler.
Fonte: própria autora (2018)

Ainda em 2014, é inaugurado o primeiro módulo do Cais do Sertão - Museu Luiz Gonzaga, feito com recursos do Governo Federal e do Ministério da Cultura. Para finalizar o segundo módulo, o governo do estado direcionou R\$ 23.580.533,83 do Prodetur Nacional, em 2015, se tornando o maior dispêndio de verba do Prodetur no estado de Pernambuco. O módulo dois tem previsão de inaugurar em junho de 2018.

No início de 2015, os Armazéns do Porto são inaugurados. Os Armazéns são um conjunto de bares e restaurantes, com um atendimento voltado aos visitantes e aos trabalhadores do Porto Digital. Com uma oferta mais sofisticada, os Armazéns introduzem um novo perfil de equipamentos de alimentação no bairro, reforçando a imagem do BDR como um destino turístico que consegue aliar a modernidade com seus aspectos históricos.

Além desses equipamentos, que reforçam o forte interesse ainda existente no turismo do bairro, em janeiro de 2017, o BDR deixou de ser responsabilidade do 16º Batalhão da Polícia Militar e passou para a coordenação da CIATur, a Companhia Independente de Apoio ao Turista da Polícia Militar. Além do Recife Antigo, a CIATur também é responsável pelo Centro Histórico de Olinda e por apoiar eventos que ocorrem na cidade. Em dezembro de 2017, as obras do boulevard da Avenida Rio Branco, uma avenida exclusiva para pedestres, são finalizadas. Em 2018, iniciou-se a inclusão de quiosques e um ponto de bicicletas compartilhadas na avenida. A seguir, na Figura 15, apresenta-se a quarta linha do tempo, com os principais eventos que ocorreram no período de 2012 a 2018.

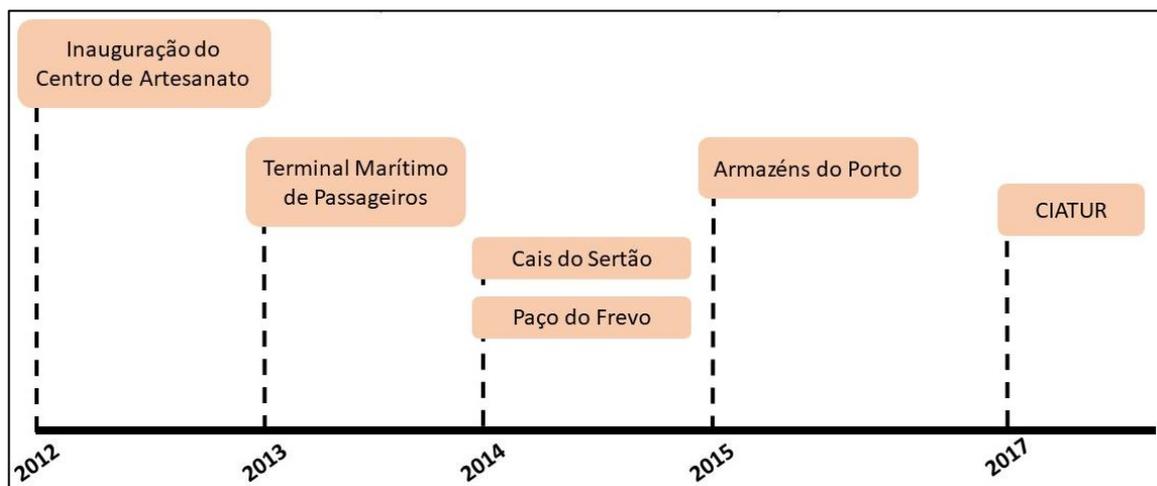


Figura 15) Eventos recentes no BDR (2012 – 2018).

Fonte: própria autora

4. A DINÂMICA DAS NARRATIVAS DE TURISMO E A PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA NO RECIFE ANTIGO

Como apresentado na seção anterior, a história recente do Recife Antigo é composta por uma série de alterações em seu território, sendo um palco de disputas de diferentes setores econômicos, dentre os quais o turismo ganhou notoriedade principalmente a partir da década de 1990. Essas mudanças geraram diferentes interpretações pelos atores que as acompanharam e que, a partir das suas experiências no espaço do BdR, formataram sua percepção acerca da forma como ele se desenvolveu.

À primeira vista, as modificações feitas no Recife Antigo visaram promover o mix de usos necessário a um espaço urbano “ativo” (JACOBS, 2000), ainda que de forma deturpada. Nesse processo, algumas externalidades foram identificadas pela perspectiva de alguns entrevistados usuários do BdR, como por exemplo, o fortalecimento da segregação socioeconômica da comunidade por meio da oferta (quase que exclusiva) de equipamentos voltados às demandas das classes mais altas (LACERDA, 2007).

Uma questão se sobressaiu no processo de pesquisa: o problema da ocupação do patrimônio do bairro. A discussão sobre essa ocupação ser feita por meio da habitação já foi trabalhada anteriormente (MENEZES, 2015) e ainda é uma questão que suscita debates com opiniões bastante distintas. De um lado, entende-se que só é possível ter um bairro com vida constante, de dia e de noite, com moradores por toda a região do BdR, não somente na Comunidade do Pilar. Por outro lado, o BdR ainda é conhecido como um lugar turístico, como defende o entrevistado 24, dono de um empreendimento do bairro:

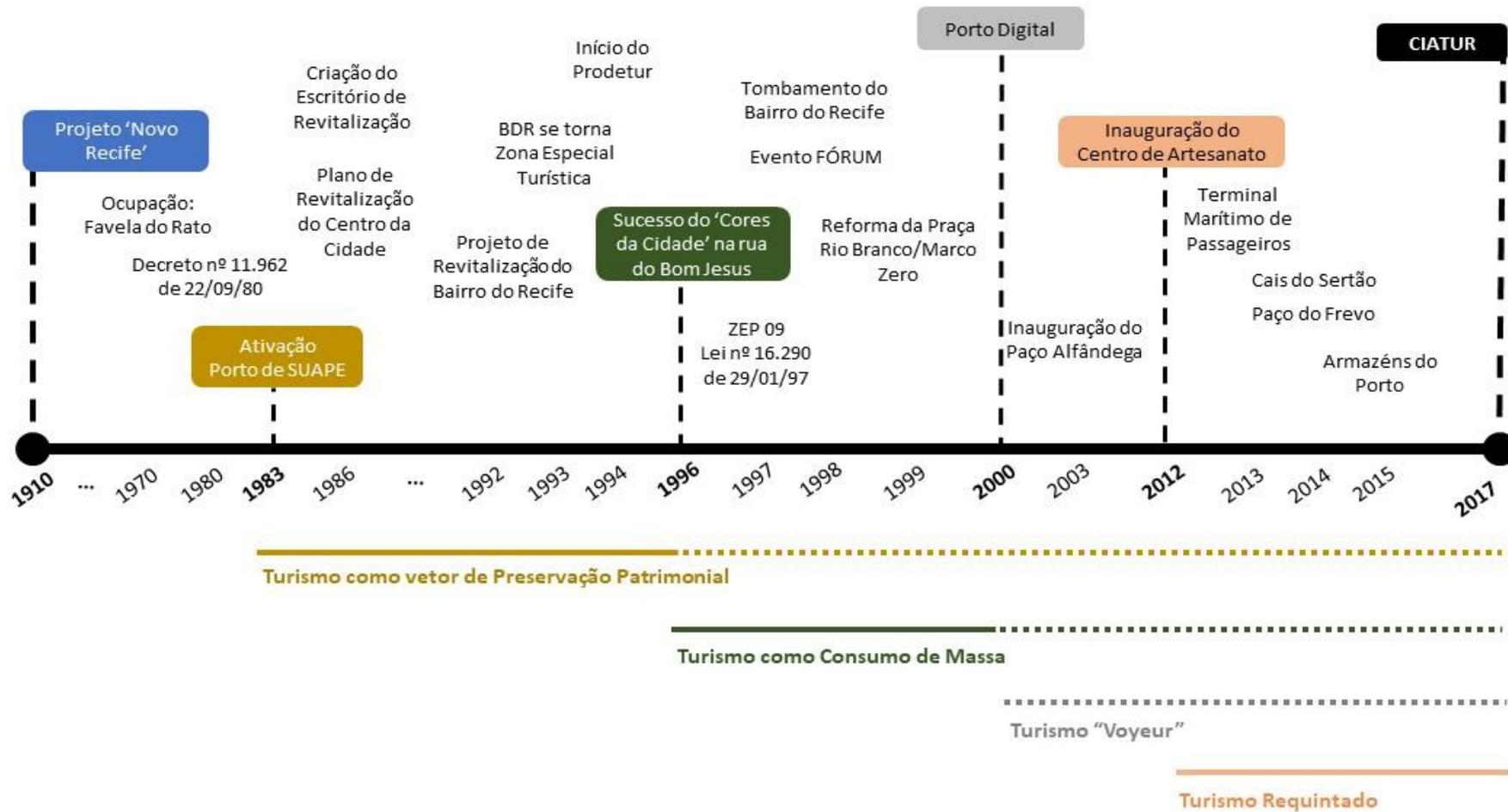
Eu acho que não tem que ter moradia. Eu acho que poderia ter redes de hotéis. Já tem dois ou três aqui no bairro. Porque o turista que chega e vem para um hotel, ele suporta o barulho. Hoje tem uma lei de silêncio que hoje já domina boa parte das cidades que inclusive prejudica Olinda. E que você não reclama, mas quando você reclama efetivamente você vai ter direito então você gera moradia... Não. No bairro mora mais ou menos 400 famílias. Boa parte na Comunidade do Pilar. E um ou outro, em cada rua dessa mora duas ou três pessoas e eu acho que é o que basta. (Entrevistado 24, 26 de fevereiro de 2018).

Para além da questão habitacional, o uso do patrimônio para o comércio local é limitado por algumas barreiras impostas pelo mercado imobiliário, pela legislação e pelos órgãos que controlam a preservação dos prédios tombados: o IPHAN e o DPPC. O debate acerca das possibilidades de uso do patrimônio nasce junto da primeira narrativa evidenciada “o turismo como vetor de preservação”, apresentada na próxima seção.

Com base nos episódios apresentados na seção anterior, foi possível identificar a dinâmica das narrativas de turismo ao longo do recorte temporal estabelecido. A Figura 16 apresenta, na parte superior, os episódios evidenciados, com destaque (em colorido) para os episódios-chave, que caracterizam a passagem do protagonismo de uma narrativa, e conseqüentemente do papel atores que a sustentam, para outra. Na parte inferior do desenho estão as narrativas de turismo, que serão desenvolvidas nas próximas seções. O traço pontilhado caracteriza a presença da narrativa na história e o traço contínuo representa o momento em que ela predominou no debate sobre a reconfiguração urbana do BdR¹³.

¹³ A narrativa turismo “voyeur” não possui um traçado contínuo, pois, ainda que ela exista, nesse momento o turismo foi suprimido pelo setor de tecnologia representado pelo Porto Digital.

Episódios



Narrativas de turismo

Figura 16) Linha do tempo com os episódios do BdR e as narrativas de desenvolvimento turístico evidenciadas

Fonte: elaboração da própria autora

4.1 NARRATIVA 1: O TURISMO COMO VETOR DE PRESERVAÇÃO

A partir dos anos 70, as escolhas feitas para o bairro seguiram o início das ideias de preservação que se concentravam na manutenção de monumentos considerados patrimônios importantes para a cidade (URB, 1998). Segundo o entrevistado 26, representante do DPPC, a questão é que não apenas monumentos, como igrejas e armazéns, foram escolhidos para serem preservados, mas também o conjunto urbano. Tomado como algo estático, a interpretação desses atores era de que o turismo era uma das principais economias capazes de manter esse espaço vivo. Eles ignoraram o fato de que os centros urbanos são dinâmicos e dependem de outros elementos, e que o turismo não é o setor ideal para liderar a economia de um lugar devido à sua sazonalidade e vulnerabilidade a eventos externos.

O tombamento só foi efetivado em 1998, mas a legislação municipal anterior garantiu o manejo prévio desse patrimônio para o turismo com o decreto 11.962/80, que deu início a uma série de outros instrumentos legais que deram respaldo para o fenômeno se desenvolver rapidamente. Esses instrumentos incentivaram o investimento da iniciativa privada por meio de incentivos fiscais e facilitações na compra de imóveis para esses fins (URB, 2001). Essa narrativa sustentou que o patrimônio quando trabalhado como um atrativo turístico poderia contribuir para a preservação da história do bairro (e do Centro Histórico do Recife) e para sua valorização.

Entretanto, como apresentado, essa valorização não foi tão rápida quanto era esperado. A cultura da boemia que permeava o bairro ainda era forte e, paralelo a isso, nascia a Comunidade do Pilar, antes Favela do Rato, o que afastava um potencial público. Atualmente, a comunidade é uma “ilha dentro da ilha”, que ainda apresenta um desenvolvimento precário em relação a infraestrutura das suas habitações, e destoa do restante do BdR.

Pela área turística ser o foco das políticas urbanas consideradas pelos discursos hegemônicos como bem-sucedidas, geram-se conflitos sobre a falta de políticas habitacionais inclusivas e críticas sobre a quantidade de investimentos priorizados para o setor de turismo e TI (pelo Porto Digital). A construção dos habitacionais da comunidade é um conflito atual que gerou a expulsão de alguns moradores do local. A Prefeitura, pela interrupção das obras, ainda não entregou os equipamentos (creche e posto de saúde) prometidos para a população, fato que gerou manifestações por parte da comunidade, como mostram as Figuras 17 e 18).

Somado a isso, a comunidade não tem uma relação harmoniosa com o restante do bairro, o que agrava a sensação de insegurança ao frequentar o Recife Antigo pela sua proximidade. Tal cenário coloca em cheque o quanto o bairro ainda é uma “periferia interna” como Zanchetti et.al (1998) afirmam ter se tentado evitar nos projetos de revitalização do BDR. Um exemplo pode ser visto na fala do entrevistado 1, representante da CIATur:

Pesquisadora: O máximo que eu cheguei no Recife Antigo foi aqui (aponta para a Rua do Observatório). Sempre me falam que é uma zona de porto, então não era habitada...

Entrevistado 01: Só vou te mostrar onde é a comunidade, pra chegar lá é... (Dá a entender que o acesso à comunidade pode ser perigoso)

(Andam pelo início da Rua do Brum)

Entrevistado 01: Teve até problema com essa comunidade a semana... hoje é quarta né? Na segunda-feira fez oito meses que a gente matou um traficante aí, aí atirou nele era nove da manhã quando foi meio dia ele veio a falecer. Aí meio dia foi e a comunidade fechou. Ateou fogo na rua tudinho e a gente teve que usar gás lacrimogênio. Pronto. (Param próximos à esquina com a rua TV Tiradentes). A comunidade ela fica, tá vendo aquele carro vermelho lá (ááá) na frente? Pronto, fica ali, ó lá. Ela, ainda existe as casinhas mais pobres, mas foi o que? A Prefeitura comprou o terreno e levantou aqueles conjuntos habitacionais, então houve pra melhorar a casa desse pessoal. É simples, mas é digno o local. Então no final no lado direito tem o conjunto habitacional. E tem a parte mais pobrezinha mesmo, com aquelas casas bem... Aí é a Comunidade do Pilar. (Entrevistado 26, 31 de janeiro de 2018)



Figura 17¹⁴ e figura 18) Protesto de moradores da Comunidade do Pilar em frente a Prefeitura do Recife, realizado em 13 de março de 2018.

Fonte: Anne Canutto via Centro Popular de Direitos Humanos - CPDH

Cabe dizer que existiram e ainda existem projetos que objetivam revitalizar a Comunidade do Pilar, dar suporte educacional aos jovens moradores (com a iniciativa CESAR¹⁵, por exemplo) e melhorar a integração da comunidade com o bairro. Entretanto, nenhum se destacou como um caso de sucesso, com resultados de longa duração e, como apresentado, o Pilar ainda é entendido como uma questão “não resolvida” no BdR.

¹⁴ No cartaz, lê-se: “Diz que conhece o Recife Antigo! Mas não conhece a Comunidade do Pilar... Geraldo Júlio [atual prefeito do Recife] venha nos fazer uma visita!”

¹⁵ O CESAR é um centro privado de inovação que cria produtos, serviços e negócios com Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) (CESAR, 2015).

Essa divisão no bairro é clara até mesmo na delimitação da área tombada. Como mostra a Figura 19, que destaca o polígono de tombamento do BdR, metade do bairro não é caracterizado como patrimônio histórico cultural, por mais que ele também faça parte da construção da história do bairro. A escolha foi por proteger a “Paris de Haussman”, como ressalta a proposta de tombamento:

“Acredita-se entretanto que entender e historiar a ocupação e, notadamente, a transformação das cidades brasileiras, e no caso específico do Núcleo Original da Cidade do Recife passa pela apreensão do Bairro do Recife híbrido, plural e diverso em estilos. Acima de tudo, passa pelo reconhecimento, pela proteção de um Bairro que configura-se em exemplar único de ‘Paris no Brasil’, e pela cronologia das transformações atreladas ao capital que o produziu.”

(URB, 1998)

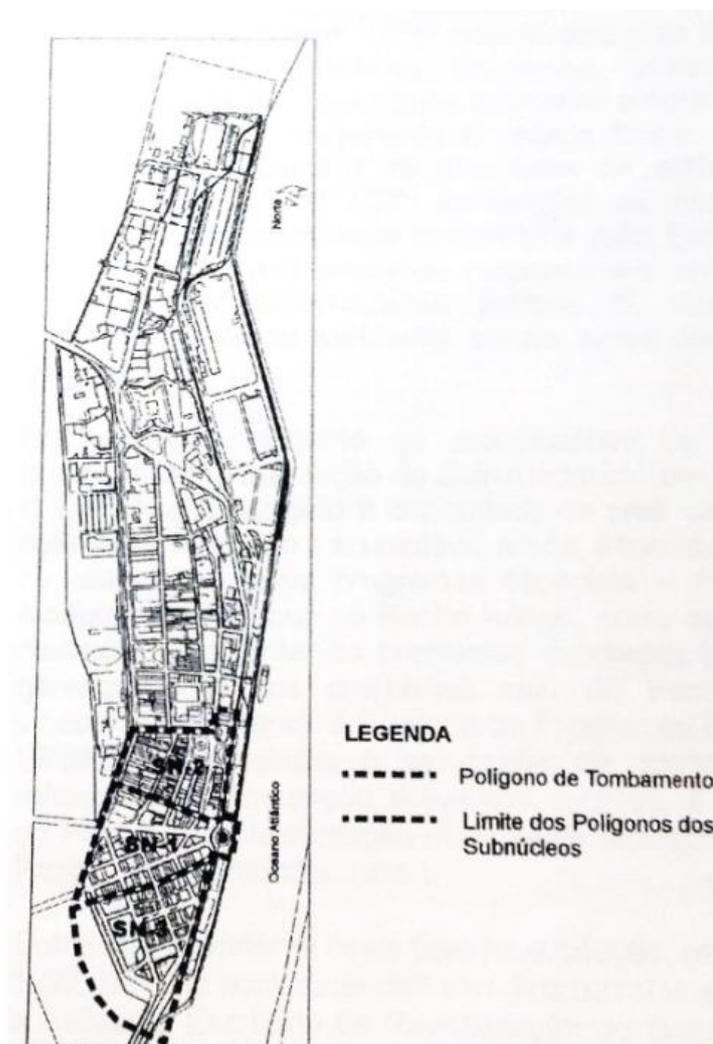


Figura 19) Delimitações do Tombamento do BdR
Fonte: URB (2001)

Os impactos negativos dessa divisão não se restringem ao espaço ignorado pela política de preservação do Recife Antigo. Segundo alguns donos de empreendimentos as exigências

feitas para adaptar os prédios às necessidades atuais demandam recursos financeiros e um tempo maior para o funcionamento do que em um estabelecimento igual em outro local, fato que afasta potenciais comerciantes. Ainda é comum ver prédios fechados e degradados, como mostram as figuras 20 e 21) sendo que alguns deles o proprietário não é identificado pela Prefeitura, assim não sendo possível uma autuação.

Segundo o entrevistado 9, corretor de imóveis no BdR, a legislação é dúbia, e, portanto, é interpretada de formas distintas pelos órgãos reguladores e donos de prédios. As exigências dificultam o aluguel e a venda dos imóveis por não garantir um retorno esperado com a valorização dos imóveis, influenciada pela pressão imobiliária gerada após o início do Porto Digital. Ele ainda destaca que, diferente das empresas de tecnologia, os bares e restaurantes não possuem mais incentivos fiscais para ocupar os prédios, o que contribui para o constante fechamento e mudança de proprietários.



Figura 20 e Figura 21) Prédios fechados no Recife Antigo
Fonte: própria autora (fevereiro de 2018)

Entretanto, o entrevistado 26, do DPPC, defende que a ação foi necessária para garantir a manutenção desse acervo patrimonial. Acompanhando a revisão do Plano Diretor do Recife, o órgão trabalha atualmente na atualização desse conjunto de legislações para mitigar os problemas apontados pelo entrevistado 9 e ao mesmo tempo, resguardar as características originais dos prédios. Segundo ele, o trabalho do DPPC encontra limitações pois:

A gente não consegue garantir incentivos para os proprietários, fiscais, para manterem seus bens e a gente muitas vezes tem dificuldade de identificar, muitos imóveis ainda são de inventário. (...) Isso é um outro ponto que está sendo discutido porque esse é o ano de revisão

do Plano Diretor do Recife e aí para isso a gente precisa regulamentar uma série de instrumentos jurídicos do Estatuto da Cidade para poder conseguir dar maior celeridade a isso. (Entrevistado 26, 27 de fevereiro de 2018)

Nessa narrativa, o turismo é desenvolvido, principalmente, como um vetor de preservação patrimonial para favorecer a valorização do Recife Antigo, sendo a primeira tentativa concreta de recuperação econômica após o período de decadência do bairro. Ela deu suporte para a próxima narrativa “o turismo como consumo de massa”, e nela foi possível identificar os elementos apresentados no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3) Elementos da Narrativa “Turismo como vetor de preservação”

NARRATIVA “TURISMO COMO VETOR DE PRESERVAÇÃO”	
Principais Atores	IPHAN Prefeitura (Escritório de Revitalização do BdR, DPPC e URB)
Fragmentos de Discursos	“O turismo valoriza a cultura local” “O turismo traz renda sem maiores impactos negativos”
Racionalidade (s)	Econômica: o turismo valoriza economicamente os prédios e traz dinamismo para o bairro Comunitária: o turismo favorece a sensação de pertencimento pela história local Legal: seguiu-se as legislações vigentes, criadas desde 1978
Resultados	Legislações direcionadas ao turismo Planos de Revitalização Tombamento
Ações/Consequências	Revitalização de algumas ruas do bairro Valorização da cena noturna do BdR

4.2 NARRATIVA 2: TURISMO COMO CONSUMO DE MASSA

Influenciados pelo início do sucesso financeiro de suas ações, em 1996, os agentes do BdR focaram na ideia do “turismo como consumo de massa”, sustentados por uma racionalidade econômica. A ideia de transformar o BdR em um grande shopping center, com ruas “24 horas”, estacionamentos e lojas de luxo foi reforçada pela presença de empresários de

shoppings e a Fundação Roberto Marinho no processo de tomada de decisões do bairro (FORUM, 1998), como identificado nos fragmentos de discursos apresentados a seguir:

“Falar sobre um Shopping Center é uma coisa que agrada a todos nós. Nós acreditamos no formato Shopping Center e eu queria comentar um pouco do histórico não somente de nossa empresa, como dos Shopping Center, porque eles surgiram, a importância do mix como a importância de uma organização condominial, organização dos fundos de promoção, dos regulamentos de funcionamento, etc.”

“O deterioramento dos centros, o comércio da desorganização, da violência, da falta de conforto, permitiu o crescimento do Shopping Center.”

(Representante I do Shopping Recife, FORUM, 1998. P. 20 e 22)

“Dr. Roberto Magalhães [Prefeito] falou que uma das maneiras da gente arrumar uma solução boa para o Recife é com o turismo, é exatamente isso, com o turismo.”

“Foi falado pelo Joaquim [Secretário geral da Fundação Roberto Marinho], uma coisa é você fazer preservação e manutenção do patrimônio histórico, e outra coisa é você desenvolver modelo de gestão para esse tipo de negócio.”

(Representante II do Shopping Recife, FORUM, 1998. P. 20 e 22)

Utilizando-se de uma visão deturpada de um “mix de usos” (JACOBS, 2000), tais agentes conseguiram justificar a construção de um shopping de luxo no bairro, resultando na abertura do Paço Alfândega, em 2003, que ganhou um prédio de estacionamento ao lado que contraria as exigências do tombamento (LACERDA, 2007). Na Figura 22 é possível notar como o estacionamento destoa do restante do conjunto arquitetônico do BdR.



Figura 22) Vista aérea do Shopping Paço Alfândega (prédio amarelo) e do estacionamento à direita dele

Fonte: Max Levay (Flickr)

Atualmente, o Paço conta com poucas lojas abertas e seu fluxo é concentrado na praça de alimentação, na agência da Caixa Econômica Federal e na livraria Cultura, localizada no

térreo do prédio-estacionamento. Ainda existem lojas voltadas para um público de poder aquisitivo mais alto, porém, com a concorrência de outros shoppings que oferecem mais serviços e que são melhor localizados, elas permanecem esvaziadas.

O uso do bairro se acumulou nos polos determinados pelo plano de revitalização como prioritários para o investimento pelo turismo, em especial na Rua do Bom Jesus. A sobrecarga de público, comum a um tipo predatório de desenvolvimento turístico, fez com que as ruas começassem a ficar insuportáveis por estarem continuamente lotadas. A falta de locais para estacionar, um dos principais problemas que ainda hoje existe no BdR, propiciou o aumento da presença de guardadores de carro na rua (“flanelinhas”), um dos fatores que contribuem para a percepção da violência no BdR.

Atualmente, os “flanelinhas” presentes no Recife Antigo não são regulamentados pela Prefeitura. Os usuários entrevistados afirmam ser comum uma abordagem agressiva, com a exigência de valores abusivos para quem deseja estacionar o carro, e mesmo a ameaça de depredação do veículo caso a pessoa não aceite dar o valor exigido. Ao questionar a CIATur, eles afirmam que esses guardadores se dividem em dois grupos: moradores da Comunidade do Pilar, que, pela proximidade com os policiais e conhecimento das pessoas do bairro, não se comportam de tal forma; e “flanelinhas” de fora do bairro, que seriam os que agem agressivamente. A CIATur também afirmou ter uma relação harmoniosa com o primeiro grupo e que continuamente tenta identificar esses indivíduos de fora do bairro com o objetivo de afastá-los das redondezas.

O turismo se desenvolve como protagonista na história do Recife Antigo durante o período em que esta narrativa estava vigente, de 1996 até 2000. Como um produto excessivamente explorado, o ciclo de vida do bairro (BUTLER, 1980) passou rapidamente pela sua fase de consolidação e estagnação, entrando em fase de declínio mesmo com investimentos massivos na atividade turística, dessa vez pelo PRODETUR. Esse momento é exitoso por aumentar a circulação de pessoas no bairro à noite, o que, de certa forma, diminuiu a sensação de medo ao frequentar o espaço naquele turno. Ainda assim, não se conseguiu aumentar a circulação diurna, e a falta de um planejamento para o turismo a longo prazo, de maneira sustentável, abriu espaço para o setor de tecnologia, que surgiu paralelo à próxima narrativa: o turismo “voyeur”. O Quadro 4 a seguir explicita os principais elementos que construíram a narrativa.

Quadro 4) Elementos da narrativa “Turismo como consumo de massa”

NARRATIVA “TURISMO COMO CONSUMO DE MASSA”	
Principais Atores	Empresários de shoppings Fundação Roberto Marinho Prefeitura (Secretaria de Planejamento) Donos de empreendimentos locais
Fragments de Discursos	“O turismo gera emprego e renda” “O retorno do turismo é rápido”
Racionalidade (s)	Econômica: o turismo aumenta o lucro do investidor Científica: o turismo é o setor que gera menos impactos negativos para o território
Resultados	Incentivos fiscais para revitalização dos prédios Shopping Paço Alfândega
Consequências/Ações	Esgotamento do bairro como destino

4.3 NARRATIVA 3: O TURISMO “VOYEUR”

Após o fracasso de um modelo de desenvolvimento impulsionado pelo turismo, o fenômeno passa a ser visto apenas como o fluxo de “turistas de negócios” oriundo da movimentação gerada pelo Porto Digital. Entendido como um turismo “voyeur”, essa narrativa deixa o turismo “em espera”, o que não quer dizer que ele deixa de existir. A paisagem do bairro muda, com as contínuas reformas no espaço urbano, mas as principais obras de equipamentos turísticos ainda não estavam prontas. O BdR começa a ser modernizado, e tenta-se aliar a imagem do moderno (tecnológico) com o antigo (patrimônio do bairro).

É crescente, nesse momento, a vinda de turistas que estão interessados na imagem de sua experiência em um lugar, não experimentando realmente a vida do bairro, então a conexão patrimônio e turismo não conseguia ser bem trabalhada ainda. Começa a ser comum a presença de vans vindas de Porto de Galinhas com grupos de turistas que tiram fotos em pontos específicos e vão embora sem conhecer a história do Recife Antigo.

O BdR continuou mudando para um modelo de bairro composto por serviços voltados para classes mais altas, dessa vez, não só afim de atrair visitantes que poderiam consumir mais, mas também alcançando os trabalhadores do Porto Digital, que em sua maioria, tem condições financeiras de frequentar esses espaços, principalmente no almoço. Em 2012, iniciou-se a

reforma dos armazéns que culminam, em 2015, em uma nova praça de alimentação para o bairro (figura 23 e figura 24).



Figura 23 e figura 24) Vista lateral dos Armazéns do Porto
Fonte: própria autora (fevereiro de 2018)

Acompanhando essa narrativa, fortalece-se o embate entre os diferentes públicos que frequentam o Recife Antigo. O aumento desses espaços considerados “exclusivos” e a diminuição de estabelecimentos que atendam um público diverso promoveram uma separação entre as ruas do bairro.

Os grupos considerados alternativos se concentram, ainda hoje, na rua da Moeda e nas ruas próximas a ela, com poucos bares quando comparado com a década de 1990. A figura 25 e a figura 26 mostram a Rua da Guia (paralela à rua do Bom Jesus) e a Rua Tomazina (paralela à rua da Moeda), à noite. A CIATur relata que esses locais concentram as ocorrências que eles mais atendem, devido aos encontros entre gangues de outros bairros que culminam em brigas, perturbação da ordem e apreensão de drogas.



Figura 25 e Figura 26) Visão da Rua da Guia e da Rua Tomazina à noite.
Fonte: própria autora (fevereiro de 2018)

Além disso, o Porto Digital recebe críticas quanto à sua integração com o bairro. A ideia original consistia em transformar o bairro em uma referência de “bairro inteligente” que agregaria além das empresas de tecnologia, outros setores. Entretanto, além do prédio com o nome do Porto Digital, não há mais referências à tecnologia que é desenvolvida no bairro. Os atrativos e monumentos não possuem integração com empresas de TI para um possível guiamento por aplicativo, por exemplo, e o projeto também não possui trabalhos com a Polícia Militar. Como destacado pelo entrevistado 04, ex-secretário de Planejamento e Desenvolvimento Social de Pernambuco:

Eu acho que o principal problema dele [do bairro] ainda é ter uma aposta na revitalização, completar a revitalização partindo da iniciativa privada. Apostar que aquilo é um ativo econômico empreendedor de porte. Está entendendo? (...). Porque esse é o principal problema. Era inicialmente e continua sendo. A revitalização nessa área ainda é muito lenta. As coisas mais de porte que tem é o Estado que fez, é do poder público. Porque é tão grande, tão intenso, muito maior que o Pelourinho, que você termina vendo mais o que não está feito do que o que foi feito. Agora o Porto Digital fez uma baita de uma reforma de estrutura para seminários, mas você não vê, porque... Está entendendo? (Entrevistado 04, 5 de fevereiro de 2018)

Nessa narrativa, foi possível identificar os elementos dispostos no Quadro 5 a seguir. A narrativa seguinte nasce com a consolidação dos investimentos do PRODETUR e a preparação para receber o público da Copa do Mundo de 2014.

Quadro 5) Elementos da narrativa “Turismo Voyeur”

NARRATIVA “TURISMO VOYEUR”	
Principais Atores	Porto Digital Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco (PRODETUR)
Fragments de Discursos	“O turismo não deu certo” “O turismo é um complemento”
Racionalidade (s)	Científica: o “mix de usos” favorece a vida no bairro Econômica: deve-se diversificar os setores do bairro
Resultados	Direcionamento dos recursos do Prodetur Incentivos para empresas de TI
Ações/Consequências	Abertura dos equipamentos turísticos Consolidação do Porto Digital no BdR

4.4 NARRATIVA 4: O TURISMO “REQUINTADO”

Em 2012, além do início das reformas dos armazéns, o Gambrinus, um dos restaurantes pioneiros da BDR, ainda ligado à história do porto, fechou, caracterizando a perda do último baluarte dos verdadeiros valores boêmios que compunham o cotidiano da antiga Recife. A ideia de um espaço boêmio se tornou uma tendência e usando a história do bairro, os agentes turísticos investiram na sofisticação dessa experiência. Entretanto, os restaurantes dos Armazéns não possuem muitas características típicas da culinária local. Eles oferecem variedades de comidas brasileiras, além de um restaurante de comida japonesa e outro de comida norte-americana, e não se assemelham realmente à cultura de boemia do bairro.

Essa narrativa também é acompanhada da abertura de vários equipamentos turísticos e da guinada na promoção de eventos no bairro. O turismo ganha mais força e a Secretaria de Turismo intensifica os esforços para a promoção do bairro. Membros da Setur destacam:

Entrevistado 21: Essa coisa do PD se instalar aqui, que é uma dinâmica de dia, não é uma dinâmica de lazer. Mas, fez o bairro ficar movimentado e ganhar visibilidade. E a gente começou a ganhar muito equipamento. (...). De 2013, 2012, para cá o Recife Antigo ganhou muitos equipamentos, que terminaram fazendo com que o Recife Antigo virasse um... o bairro. Um lugar de muita atenção.

Entrevistado 22: Uma coisa que a gente considera é que o Recife Antigo é o segundo bairro de cada recifense, né? (...) E esse é o segmento que as pessoas tem. Porque aqui no bairro você tem muito poucos moradores, né? Porque se você passar o dia aqui, a partir de sete, oito da noite você vê realidades completamente diferentes.

Entrevistado 21: Porque aí os equipamentos fecham, essa coisa de bar e restaurante não tem mais tanto, como na primeira revitalização lá de Jarbas. Era mais restaurante na rua. Isso deixou de ter, não tem mais. Não na quantidade que justifica a pessoa se deslocar. Pessoas vem para os Armazéns ou para um espaço específico, um evento, mas aí mudou realmente a dinâmica.

(Entrevista na SeTur 21 e 22, 26 de fevereiro de 2018)

A SeTur tenta incentivar a população local a utilizar o espaço, com a promoção de feiras e eventos. No último domingo do mês ocorre o projeto “Recife Antigo de Coração” em que o acesso de carros no bairro é restrito (ver anexo 2), o que favorece o uso do espaço público pelos pedestres, e ocorrem shows no Marco Zero. O projeto também promove roteiros culturais, que não abarcam todos os atrativos, mas sugerem a caminhada pelas ruas do bairro. Ele tem obtido bons resultados, porém os shows se encerram por volta de 18h, e o comércio e as feiras às 22h, devido à dificuldade dos trabalhadores no retorno às suas residências, em especial pela insegurança sentida durante o deslocamento. Além do “Recife Antigo de Coração”, outro projeto de aparente sucesso é a ciclo faixa que, a partir de outros bairros, tem como destino final o Recife Antigo (ver anexo 3).

Um fato característico dessa narrativa é a transferência de responsabilidade pela segurança pública local para a CIATur, uma polícia turística que entende que deve ser responsável apenas por atender turistas. Porém, o BdR não é composto apenas por sua área turística, contando com uma área administrativa, portuária e com a Comunidade do Pilar. O entrevistado 01, da CIATur, ao refletir sobre a atuação da companhia no bairro avalia:

“Por exemplo ali (aponta em direção à Avenida Cais do Apolo) tem uma área administrativa, aqui no bairro do Recife. A gente tem a Prefeitura da Cidade do Recife, a gente tem a Superintendência da Polícia Federal, a gente tem o TRF 5, o Tribunal Regional Federal Cinco, a gente tem o Tribunal do Trabalho, não sei dizer o nome correto, tudo ali do outro lado. Eu entendo que isso não é um policiamento voltado para o turista, isso é policiamento de unidade de área, policiamento de rotina, então a gente abraça também esse policiamento. O que foi feito? O bairro do Recife, a ilha ela é atribuição da CIATur. No meu entendimento é que a gente deveria trabalhar só nesse perímetro, por exemplo aqui (Praça do Arsenal) é uma área histórica, é uma área que transita turista, então a gente deveria diminuir a extensão territorial, e diminuir apenas no limite. Deixar no limite onde há fluxo de turistas, entendeu?” (Entrevistado 01, 31 de janeiro de 2018)

A única parceria da SeTur com a CIATur se dá pela divulgação por parte da Secretaria da agenda de eventos do bairro e da chegada de cruzeiros, assim facilitando a organização da Companhia. Nos fins de semana e dias de evento é possível ver um policiamento ostensivo no BdR (ver figura 27 e figura 28), que recebe apoio de outros batalhões para compor a segurança do bairro. O acesso ao bairro é limitado em algumas ruas e alguns ônibus não entram, assim o visitante deve atravessar as pontes.



Figura 27 e figura 28) Formas de policiamento no Bairro do Recife.

Fonte: própria autora (2018)

O Recife Antigo ainda não foi completamente revitalizado. As principais ruas contam com uma infraestrutura adequada para os transeuntes, onde também é comum ver uma forte presença de viaturas e policiais. Porém, as ruas menores que dão acesso às principais ainda carecem desse suporte, com calçadas estreitas, quebradas e mal iluminadas (ver Figura 29). O cabeamento ainda não foi padronizado como nas avenidas e ainda está exposto, o que dificulta a apreciação dos imóveis restaurados (ver figura 29 e figura 30).

A Rua da Moeda ainda resiste com seus poucos bares durante a semana, e aos fins de semana o bairro conta com alguns projetos eventuais da Secretaria de Turismo e de outras iniciativas, o que atrai moradores do restante do Recife ao local, que costumam permanecer até o pôr do sol. À noite, o bairro ainda recebe um público considerado alternativo, mas diminuto, não como no seu histórico de fortes movimentos culturais no local.



Figura 29 e Figura 30) Vista da Rua da Assembleia, a partir da Rua da Moeda e vista da Rua Mariz e Barros, a partir da Avenida Rio Branco

Fonte: própria autora (fevereiro de 2018 e novembro de 2017)

De fato, o BdR se diferencia dos demais bairros por não ter muitos elementos que contribuam para o fortalecimento de uma “arquitetura do medo” (CALDEIRA, 2000), com grades, câmeras e muro alto, por exemplo. Pelo contrário, os prédios antigos remanescentes (ainda em bastante quantidade) possuem portas grandes para a rua, sem grades, que não reforçam uma condição hostil, e que podem contribuir para o aumento da vigilância informal (JACOBS, 2000). Entretanto, nesse sentido, ainda que a estrutura construída contribua para a vida na cidade, pouco adianta se ele se mantém fechado. É possível ver isso em prédios que são ícones do bairro, como o Chantecler, que após ser revitalizado, no período de 2012 a 2016, mantém-se fechado. O Quadro 6 a seguir mostra os elementos que foram identificados na construção dessa narrativa.

Quadro 6) Elementos da narrativa “Turismo Requentado”

NARRATIVA “TURISMO REQUINTADO”	
Principais Atores	Prefeitura (Secretaria de Turismo) Empresas do Porto Digital CIATur

	Donos de estabelecimentos de alimentação
Fragmentos de Discursos	“O turismo, quando direcionado, traz mais benefícios” “Quando bem planejado, o turismo desenvolve o local para todos”
Racionalidade (s)	Econômica: quanto maior poder aquisitivo o público frequentador tiver, maior o retorno Comunitária: os recifenses devem frequentar e se apropriar do Recife Antigo
Resultados	Transferência da CIATur Captação de eventos maiores
Ações/Consequências	Embate de públicos Maior circulação de pessoas Eventos considerados pela SeTur exitosos

4.5 UM CRIME PRA COMENTAR, UM “FREVO” PRA DISTRAIR...

A partir da identificação das narrativas e da análise da dinâmica delas, foi possível perceber que o resultado desses seguidos processos de reconfiguração urbana para fins turísticos incidem sobre a percepção da violência quando, ao favorecer a criação de espaços segregados, “enclausurados” (ainda que tidos como espaços públicos) e desconectados, a circulação de pessoas se limita ao deslocamento garagem-espço fechado-garagem, inibindo a circulação de pedestres na rua. A sensação de esvaziamento, acompanhada da imagem de centro históricos violentos e de uma infraestrutura (iluminação e pavimentação) ainda precária nas ruas que dão acesso às avenidas principais do bairro, fazem com que o ciclo retorne ao início, inibindo, pelo medo em ser vítima de alguma violência, ainda mais que usuários desfrutem do BdR a pé.

Ao investigar sobre as ocorrências de crimes no espaço do Recife Antigo evidencia-se que são muito baixas, quando comparadas com os bairros vizinhos, tanto que o episódio relatado sobre a Comunidade do Pilar é citado pelo entrevistado representante da CIATur como um caso raro. Nesse sentido, surgem duas percepções distintas nos frequentadores do bairro: dos usuários que o consideram seguro, e usam transporte particular, e os usuários que o consideram inseguro, e usam transporte público, para acessar o BdR.

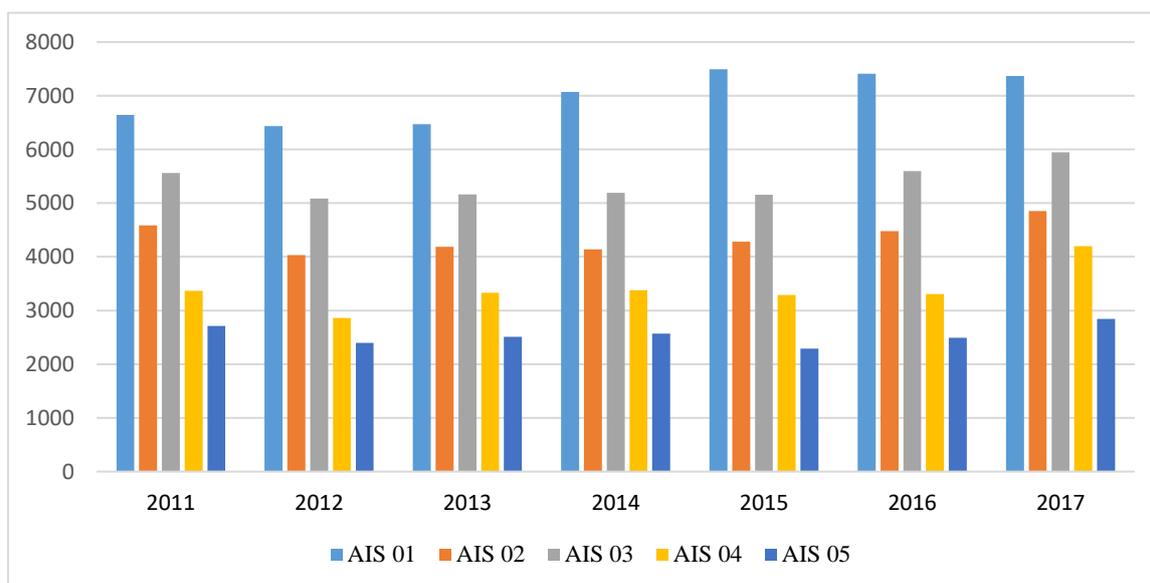
Além da CIATur, esse primeiro grupo (usuários de transporte particular) considera o bairro muito seguro e nenhum entrevistado relatou experiências quanto a situações onde sentiram medo no BdR. O segundo grupo, composto principalmente dos trabalhadores e donos

dos estabelecimentos, que não moram no bairro, relatam sentir medo ao caminhar pelas ruas estreitas que dão acesso às avenidas principais, onde podem pegar o ônibus. Como nem todos os ônibus passam pelo bairro, eles devem se deslocar para outros bairros onde os níveis de criminalidade são mais altos. Para eles, a chegada e saída do trabalho no Recife Antigo se tornam momentos críticos, pois são ocasiões em que o bairro está saindo (de manhã) e está entrando (ao final da tarde) na sua condição de “bairro-fantasma”, instantes propícios para a ocorrência de crimes caso a pessoa não se integre ao fluxo mais intenso dessa movimentação. Cabe ainda dizer que nenhum entrevistado foi vítima de crimes no BdR.

De fato, essa imagem do Recife Antigo como um local inseguro ganha força pelo bairro estar no centro de uma área com intensa incidência de crimes não letais, principais incentivadores da percepção da violência nas cidades (TRINDADE, 2017). O Recife é segmentado por Áreas Integradas de Segurança (AIS). Os dados do Gráfico 7 e do Gráfico 8 mostram a incidência de ocorrências de roubos, furtos e crimes letais nessas áreas. O Bairro do Recife faz parte da 1ª Circunscrição (Rio Branco) da AIS 01 - Santo Amaro. De responsabilidade da 1ª Delegacia Seccional e do 16º Batalhão de Polícia Militar (o BdR até 2017), os bairros que compõem a AIS 01 são:

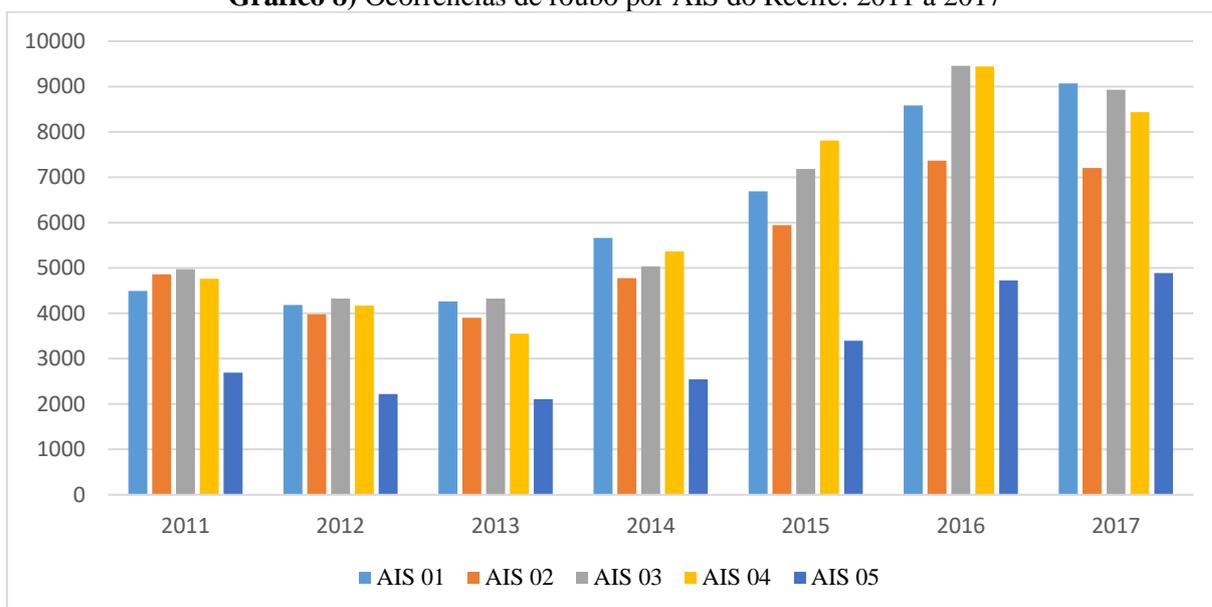
- 1ª Circunscrição (Rio Branco): **Recife Antigo**, Santo Antônio, São José e Cabanga;
- 2ª Circunscrição (Boa Vista): Boa Vista, Soledade e Santo Amaro;
- 3ª Circunscrição (Joana Bezerra): Ilha Joana Bezerra, Coelhos, Ilha do Leite e Paissandu.

Gráfico 7) Ocorrências de furto por AIS do Recife: 2011 a 2017



Fonte: própria autora, com base nos dados da SDS (PERNAMBUCO, 2018c).

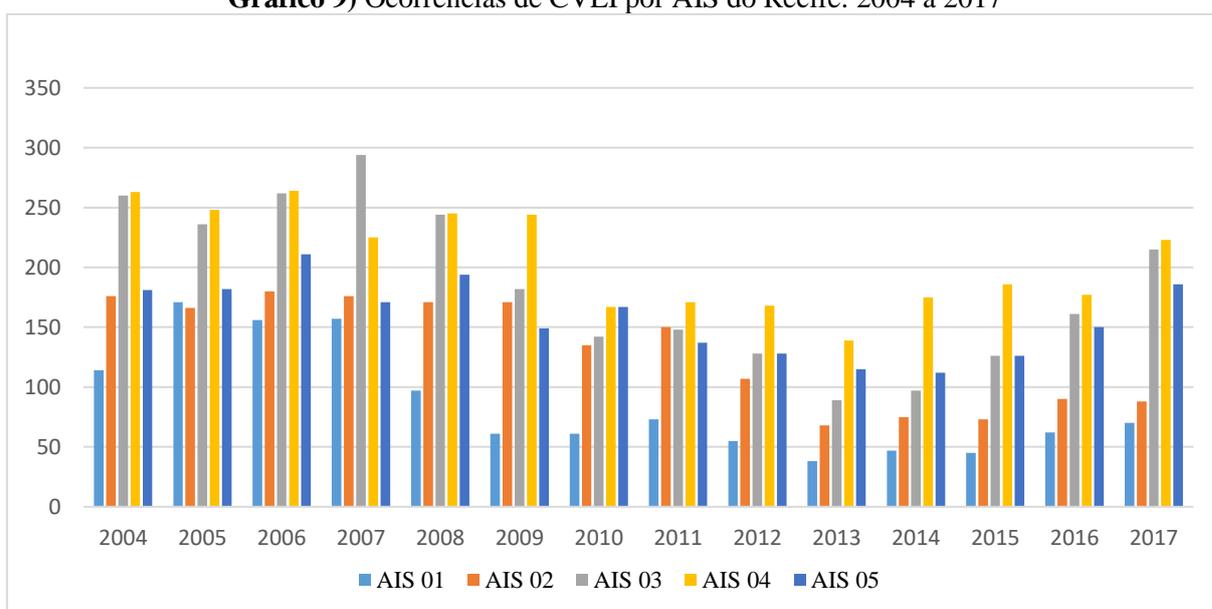
Gráfico 8) Ocorrências de roubo por AIS do Recife: 2011 a 2017



Fonte: própria autora, com base nos dados da SDS (PERNAMBUCO, 2018c).

Nota-se que a AIS 01 apresenta elevado número de ocorrências, principalmente de furtos, quando comparada com as demais áreas. Ao mesmo tempo, ela é a AIS com menor incidência de Crimes Violentos Letais Intencionais, como mostra o Gráfico 9. Ainda que a SDS não tenha repassado os dados específicos do bairro, pela fala dos entrevistados, o bairro não se assemelha a essa realidade das informações divulgadas acerca da AIS 01. Entretanto, o bairro é uma ilha, e para acessá-lo é necessário atravessar os demais bairros dessa AIS, o que faz com que o caminho para o BdR seja considerado perigoso.

Gráfico 9) Ocorrências de CVLI por AIS do Recife: 2004 a 2017



Fonte: própria autora, com base nos dados da SDS (PERNAMBUCO, 2018c).

Além disso, quando questionados sobre como percebiam a violência local, as respostas dos entrevistados se concentraram em três situações: a presença da Comunidade do Pilar devido ao tráfico de drogas que ocorre (ainda que pouco e sem casos de conflitos relatados); a circulação e abordagem dos guardadores de carro, que ameaçam usuários que não concordam em pagar os valores exigidos e que, muitas vezes, os abordam de forma agressiva; e o conflito de grupos, ocorridos principalmente na Rua da Moeda por grupos organizados de jovens de outras localidades.

A primeira acaba por não afetar diretamente a circulação dos usuários no bairro porque acontece nos limites da Comunidade e ainda não incide, perceptivelmente, sobre outros locais do bairro. A segunda inibe a circulação nas ruas mais estreitas, com pouca iluminação e calçadas estreitas, pois, geralmente, são locais onde os guardadores de carro descansam, se alimentam e ficam à espera de motoristas que queiram estacionar. A última situação afeta potenciais consumidores e usuários da Rua da Moeda, à noite, para fins de lazer, e os donos e trabalhadores dos empreendimentos locais, já que esses conflitos tendem a gerar desordem e insegurança, o que faz com que algumas pessoas fujam do local sem pagar a conta do consumo nos restaurantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostraram que o BdR se tornou um mosaico de intervenções realizadas por diferentes grupos de atores que, em momentos distintos, se apropriaram e reconfiguraram os espaços públicos do bairro a partir de seus interesses próprios. Essa descontinuidade dificultou, e ainda inibe, o pleno uso por parte de seus usuários, pois ainda restam ruas, que dão acesso às avenidas principais do bairro, que não foram melhoradas, acentuando a percepção da violência. O desenvolvimento do turismo se apresenta desde o início desse processo como um forte argumento para justificar as modificações realizadas, porém, pelas distintas interpretações por parte desses grupos, ele também é constantemente mudado e não conseguiu se estabelecer como um vetor de desenvolvimento contínuo para o bairro, perdendo espaço, em alguns momentos, para outros setores, como o de tecnologia.

Além disso, a maioria da população local, concentrada em uma comunidade considerada de baixo desenvolvimento no centro do bairro, e relativamente afastada do centro turístico, é vista como uma ameaça, por parte dos usuários. A presença de alguns desses moradores (que não conseguem se inserir no mercado formal do bairro e aparentam ser possíveis agentes que praticam crimes) em lugares de passagem desses usuários acaba por representar uma ameaça simbólica que não condiz com a realidade das ocorrências de crimes no BdR.

Ainda que o bairro não apresente altos índices de violência, devido aos fatores anteriores, foi possível depreender que a percepção da violência ainda é bastante acentuada pelos usuários que acessam o bairro, comumente, por transporte público e, também, que se deslocam nele a pé. Essa percepção é realçada também pelo fato de o bairro ser uma ilha localizada no Centro da Cidade do Recife que apresenta elevados índices de crimes não letais.

A realização desta dissertação proporcionou o reconhecimento do papel do turismo nos projetos e ações de reconfiguração urbana ocorridos no Bairro do Recife e ajudar a evidenciar alguns fatores relacionados à percepção da violência dos seus usuários e, conseqüentemente, o uso dos espaços públicos locais. No decorrer da pesquisa, foi possível refletir acerca de algumas teorias que apontam para a relação intrínseca entre a forma como o espaço urbano se estrutura e como as suas características incidem na interpretação que os usuários fazem dele. Depreende-se que, atualmente, o espaço urbano dos centros brasileiros, de forma geral, conta com elementos em sua estrutura que inibem a movimentação na rua de pedestres. Esse cenário, acompanhado de uma nova forma de segregação e do aumento de locais enclausurados, tende

a fortalecer a percepção da violência da população, que também é afetada pela mídia por divulgar de forma constante os altos índices de violência e casos mais graves.

Realizar um estudo de caso no Recife Antigo permitiu averiguar se essa ideia condizia com um cenário que foi objeto de um longo processo de reconfiguração urbana promovido, majoritariamente, com a intenção de desenvolver a atividade turística local. Observou-se, primeiramente, que as mudanças realizadas se distanciam desse atual padrão de estruturação do espaço urbano. Entretanto, ainda existem barreiras para a ocupação desses espaços por estabelecimentos variados, fazendo com que eles permaneçam fechados, o que propicia o esvaziamento da rua já que não há motivos para frequentá-la. Somado a isso, as taxas reais de violência na cidade afetam negativamente na percepção do usuário do BdR por ele estar inserido no conjunto “Centro da Cidade”.

Ainda assim, os esforços da Secretaria de Turismo municipal, por meio dos projetos realizados, são extremamente válidos, e a visão de trabalhar o bairro para o recifense antes de trabalhar o bairro para o turista condiz com uma estratégia que atrai mais pessoas e gera benefícios a longo prazo. Apesar disso, restam lacunas a serem melhor trabalhadas em relação ao acesso da população, a diversidade da oferta de serviços da iniciativa privada e a competitividade do bairro com os demais.

O protagonismo do turismo, na maioria dos episódios que aconteceram ao longo da história de disputas pela apropriação dos espaços do BdR, mostrou como o fenômeno foi trabalhado nas últimas quatro décadas e como isso afetou o cotidiano do bairro. Cada narrativa, acompanhada por um grupo de atores que a sustenta, defende um entendimento diferente acerca do papel do turismo no desenvolvimento da cidade. Para esta pesquisa entende-se que o turismo, quando pensado para além de seu potencial econômico, ao favorecer o encontro entre diferentes povos, a valorização patrimonial e cultural, e o interesse pelo uso do espaço, pode ser um vetor de desenvolvimento humano e promotor de uma cultura de paz e tolerância.

A primeira narrativa evidenciada, que nasce no fim da década de 1970, trouxe o turismo como alternativa para a dinamização econômica do patrimônio histórico. Como aspecto positivo, ela assegurou a preservação do conjunto arquitetônico do BdR, entretanto, como aspecto negativo, ela ainda contribui com um dos principais problemas de ocupação dos estabelecimentos do bairro.

A segunda narrativa, iniciada no começo da década de 1990, é onde o entendimento do turismo como gerador de renda se mostra mais presente. As ideias de reconfiguração são especificamente direcionadas para o aumento do fluxo de visitantes e turistas, e o bairro é modificado para atender ao que os atores dessa narrativa entendiam por demanda. Essa narrativa tem seu fim precoce, já que o bairro se torna um produto saturado e não consegue se renovar.

Na terceira narrativa, iniciada em 2000, o turismo perde espaço para o setor da tecnologia da informação, representado pelo Porto Digital. Ela não some, pois, durante esse momento aguardava-se o resultado dos investimentos realizados e planejava-se a retomada do crescimento do turismo no bairro, mesmo que pelos episódios a presença dele não seja clara.

Na quarta, e última, narrativa, iniciada em 2012, o turismo ganha força novamente, dessa vez “repaginado” e condizente com os novos interesses de consumo do mundo contemporâneo. Nesse momento, o incentivo à promoção de eventos, como o fortalecimento do Carnaval no Marco Zero, e a abertura de equipamentos turísticos demonstram ter favorecido a imagem do Recife Antigo.

A disputa entre atores “preservacionistas”, empresários de shoppings, empresários da tecnologia, atores do turismo, que se apropriaram em diferentes momentos da capacidade de decidir acerca da reconfiguração do bairro gerou uma descontinuidade nesse processo. Os projetos de revitalização de 1986 e de 1992 não foram concluídos, edifícios que foram revitalizados permanecem fechados, construções que destoam do conjunto arquitetônico do bairro foram realizadas e várias ações para a melhoria do espaço urbana não foram finalizadas, fazendo com que o Recife Antigo ainda seja visto por alguns usuários como um local não atrativo.

Além disso, existe um atrito implícito entre os usuários do BdR e a população local que deve ser melhor trabalhado. Os usuários reclamam da presença e abordagem de guardadores de carro, que em sua maioria são moradores locais, e o bairro é claramente segregado em seu desenho urbano. Ao mesmo tempo que o bairro possui um shopping considerado (e planejado para ser) de luxo, e espaços públicos revitalizados seguindo o modelo Barcelona (o boulevard da Avenida Rio Branco, por exemplo), ele possui uma comunidade carente de uma urbanização de qualidade, que é vista como um local de ameaça ao cotidiano de seus usuários, por mais que a alta ocorrência de crimes não seja um fato.

A técnica que inspirou a análise dos dados desta pesquisa permitiu identificar os elementos do processo de construção das justificativas para as ações tomadas na história recente do bairro, favorecendo uma compreensão crítica sobre as consequências dessas decisões. Por ainda ser uma técnica que exige, comumente, mais tempo para sua aplicação completa, não foi possível desenvolvê-lo plenamente. Ainda assim, entender a formação dos discursos e a mudança de racionalidades ao longo da história foi essencial para o alcance das reflexões desenvolvidas.

A pesquisa segue sendo desenvolvida nas capitais nordestinas. Ainda faltam elementos a serem identificados, como os discursos de resistência (contrário às narrativas vigentes), as arenas políticas, e atores-chaves que não foram contatados no campo. Ao retornar ao Recife, no segundo semestre de 2018, pretende-se finalizar a aplicação do método e acompanhar o processo de reestruturação do Plano Diretor da cidade, que atualmente está em fase de audiências públicas. Após isso, a pesquisa segue para a cidade de Natal, atualmente considerada a quarta capital mais violenta do Brasil (IPEA; FBSP, 2018). A intenção é contribuir para a reflexão sobre o uso dos espaços públicos de destinos turísticos, e assim, ajudar na formulação de políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento dessas cidades.

REFERÊNCIAS

ATELJEVIC, I.; MORGAN, N.; PRITCHARD, A. **The Critical Turn in Tourism Studies: innovative research methods** (pp. 1–8). Amsterdam: Elsevier, 2007.

ATELJEVIC, I.; MORGAN, N.; PRITCHARD, A. **The Critical Turn in Tourism Studies: Creating an Academy of Hope**. Amsterdam: Elsevier Science. Abingdon: Routledge, 2012.

ANDRESEN, M. The Place of Environmental Criminology within Criminological Thought. In: ANDRESEN, M.; BRANTINGHAM, P.; KINNEY, J. (Eds.) **Classics in Environmental Criminology**. Taylor & Francis Group. Simon Fraser University: British Columbia. 2010.

ANSON, C. Planning for Peace: The Role of Tourism in the Aftermath of Violence. **Journal of Travel Research**, Vol. 38, August, 57-61. Sage Publications, Inc., 1999.

BEM, K.; GUARDIÃ, M.; SARMENTO, K. A percepção do turista quanto à violência na cidade de Natal. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, p.15-23, abr. 2010.

BENI, M. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BIAGI, B; DETOTTO, C. Crime as Tourism Externality. **Regional Studies**, 48:4, 693-709, 2014. DOI: 10.1080/00343404.2011.6490052012

BIANCHI, R. Place and power in tourism development: tracing the complex articulations of community and locality. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Vol. 1 N° 1 págs. 13-32. 2003.

BIANCHI, R. The “Critical Turn” in Tourism Studies: a radical critique. **Tourism Geographies**, 11(4), 484–504, 2009.

BOLIS, I.; MORIOKA, S.; SZNELWAR, L. When sustainable development risks losing its meaning. Delimiting the concept with a comprehensive literature review and a conceptual model, **Journal of Cleaner Production**, 2014. DOI: 10.1016/j.jclepro.2014.06.041.

BRAMWELL, B.; LANE, B. The “critical turn” and its implications for sustainable tourism research, **Journal of Sustainable Tourism**, 22:1, 1-8, 2014. DOI: 10.1080/09669582.2013.855223

BRANTINGHAM, P.L.; P.J. BRANTINGHAM. Notes of the geometry of crime. In Brantingham, P.J. and P.L. Brantingham (eds.), **Environmental Criminology**. Beverly Hills, CA: Sage Publications, pp. 27–53. 1981

BRASIL, 2004. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Identidades da Educação Ambiental Brasileira. **Edições MMA** - Ministério do Meio Ambiente, 2004.

BRASIL, 2018a. Fórum Brasileiro De Segurança Pública (FBSP); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Filtros - Homicídios Brasil**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros/18/homicidios>> Acesso em 13/06/2018.

BRASIL, 2018b. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/mtur-pnt-web2.pdf>. Acesso em 27/06/2018.

BUTLER, R. The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution and Implications for Management of Resources. **The Canadian Geographer**, v. 24, n. 1, p. 5–12, 1980.

BUTLER, R. Sustainable Tourism: a state-of-the-art review. **Tourism Geographies**, 1(1), 7–25, 1999.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CATAI, H.; REJOWSKI, M. **Criminalidade e Turismo em São Paulo, Brasil: a violência registrada junto aos turistas estrangeiros**. *Turismo em Análise*, v. 16, n. 2, p. 223-243, novembro 2005.

COLVERO, A. **A requalificação do centro antigo da cidade de São Paulo: políticas públicas urbanas, planejamento participativo e gestão, no período de 2001 – 2004**. Campinas: IG/UNICAMP – Tese de Doutorado em Geografia, 2010.

COSTA, H. **Destinos do Turismo: percursos para a sustentabilidade** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

CLARKE, J. **A Framework of Approaches to Sustainable Tourism**. Journal of Sustainable Tourism. Vol. 5, No. 3, 1997

CONSELHO DA CIDADE DE RECIFE. **Agenda**. Disponível em <<http://conselhodacidade.recife.pe.gov.br/>> Acesso em 09/09/2017.

COSTA, E. **Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana – totalidade-mundo**. São Paulo: Humanitas. FAPESP, 2015.

CRUZ, L. **Relações entre espaço, crime e percepção da violência: um estudo de caso em bairros do Recife**. Tese de Doutorado Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2015.

DANTAS, G.; PERSIJN, A.; JÚNIOR, A. O medo do crime. **O Alferes**. Belo Horizonte, 62 (22): 11-49, jul./dez. 2007.

DANTAS, A.; FREIRE, F. Uma visão dos homicídios na Região Metropolitana de Recife. In: Luciana Teixeira de Andrade; Dalva Borges de Souza; Flávio Henrique Miranda de A. Freire. (Org.). **Homicídios nas regiões metropolitanas**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, v. 1, p. 216-241.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMAJOROVIC, J; ALEDO TUR, A.; LANDI, B.; MANTOVANI KONDO, A. Complejos Turísticos Residenciales: análisis del crecimiento del turismo residencial en el Mediterráneo español y en el Litoral Nordeste (Brasil) y su impacto socioambiental. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 20, p. 772–796, 2011.

DRYZEK, J. **The Politics of Earth: environmental discourses**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE (URB). **Uma estratégia para Revitalizar o Centro do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade, 1986.

EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE (URB). **Revitalização do Bairro do Recife: Proposta de Tombamento a Nível Federal – IPHAN**. Recife: Prefeitura da Cidade, 1998.

EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE (URB). **Processo de Revitalização do Bairro do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade, 2001.

FORUM BAIRRO DO RECIFE (FORUM). **Transcrição do Fórum Bairro do Recife**. Realizado no dia 04/02/1998, no Auditório do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Recife, 1998.

FAZITO, M. **Competing Rationalities of Tourism Development in the Espinhaço Range Biosphere Reserve, Brazil**. PhD Thesis - College of Human Sciences School of Geography, Planning and Environmental Policy. University College Dublin, Dublin, 2013.

FAZITO, M. Modernização Turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento. In: FIGUEIREDO, S.; AZEVEDO, F.; NÓBREGA, W. (Eds.) **Perspectivas Contemporâneas de Análise em Turismo**. Belém: NAEA, 2015.

FAZITO, M.; LOCATEL, C. Second Homes Tourism, Land Market and Social Inequalities in the Brazilian Northeastern Coast. 10 Years CTS: reflections on the road less travelled and the journey ahead. In: **International Critical Tourism Studies 2015**. Opatija: 2015.

FAZITO, M.; RODRIGUES, B. N.; NASCIMENTO, E. P.; PENNA, L. C. S. **O papel do turismo no desenvolvimento humano**. Papers do NAEA (UFPA), v. 372, p. 1-21, 2017.

FERREIRA, C.; VENÂNCIO, W.; SÁ, L. Mapeamento Colaborativo: Identificação Espacial de Creches e Abrigos No Município De Recife. Em: Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Cartografia e XXVI Expositiva, 6 a 9 de novembro de 2017, SBC, Rio de Janeiro - RJ, p. 373-377

FGV; BRASIL. **Sondagem do consumidor: intenção de viagem**. – Ano 10 (janeiro 2017) / FGV Projetos, Ministério do Turismo. – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2017. 1 v. Mensal. ISSN: 22362142

FLYVBJERG, B. **Making social science matter: why social inquiry fails and how it can succeed again**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

FLORES, Y. Pobreza, Violência e Crime - Conflitos e Impactos Sociais do Turismo. Artigo apresentado no XXII Reunião Brasileira de Antropologia. **Fórum de Pesquisa 21: “Antropologia e Turismo”**. Brasília, 2000.

FONSECA, M. (Ed.). **Segunda Residência, Lazer e Turismo**. Natal: UFRN, 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro, 2018.

FRANKLIN, A.; CRANG, M. The Trouble with Tourism and Travel Theory. **Tourist Studies**, 1(1), 5–22, 2001.

GÄRTNER, A. Desenho do espaço público como ferramenta para a prevenção da violência. **Revista Brasileira de Segurança Pública** 3. V. 2 n. 1, 2008.

GONZÁLEZ, S. Bilbao and Barcelona “in motion”. How urban regeneration “models” travel and mutate in the global flows of policy tourism. **Urban Studies**, v. 48, n. 7, p. 1397–1418, 2011.

HAJER, M. **The politics of environmental discourse**: ecological modernization and the policy process. Oxford: Oxford University Press, c, 1995.

HAJER, M. Doing Discourse Analysis: coalitions, practices, meanings. In: **Words Matter in Policy and Planning**: discourse theory and method in the social sciences. Utrecht: labor Grafimedia, 2006.

HAJER, M.; VERSTEEG, W. A Decade of Discourse Analysis of Environmental Politics: achievements, challenges and perspectives. **Journal of Environmental Policy and Planning**, 7(3), 175–184, 2005.

HALL, C. **Tourism Planning: Policies, Processes and Relationships**. Essex: Pearson Education, 2008.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. More than an “Industry”: the forgotten power of tourism as a social force. **Tourism Management**, 27, 1192–1208, 2006.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O’BRIAN, G. Sustainable Development: mapping different approaches. **Sustainable Development**, 13, 38–52, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2017. Cidades. **Recife**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/recife/panorama>. Acesso em 23/01/2018.

INSTITUTO MAURÍCIO DE NASSAU. Pesquisa de Opinião: Termômetro Da Insegurança E Vitimização Na Cidade Do Recife. Recife. Pesq. nº 02/2008. Disponível em: http://www.institutomauriciodenassau.com.br/blog/wp-content/uploads/2009/02/apresentaac2a7ao_termac2b4metro_da_inseguranac2a7a_e_vitimizaac2a7ao_na_cidade_do_recife1.pdf. Acesso em: 24/11/2017.

INSTITUTO MAURÍCIO DE NASSAU. Pesquisa De Opinião: Vitimização Recife. Recife. Pesq. nº 015/2009. Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/361198/>. Acesso em: 24/11/2017.

IRVING, M.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A.; MELO, G. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 5, núm. 4, 2005, pp. 1-7. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades** / Jane Jacobs; tradução Carlos S. Mendes Rosa; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. – 3 ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2000.

JACKSON, J.; GOUSETI, I. Fear of Crime. **The Encyclopedia of Theoretical Criminology**. First Edition. Edited by J. Mitchell Miller. 2014. Blackwell Publishing Ltd. Published 2014. DOI: 10.1002/9781118517390/wbetc130

JONES, T. Governing Security in Tourist Spaces. In: **Tourism and Crime: key themes**. Goodfellow Publishers Limited, Oxford, 2010.

LACERDA, N. Intervenções no bairro do Recife e no seu entorno: indagações sobre a sua legitimidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 621-646. set./dez. 2007.

LEAL, M. L.; LEAL, M. F.; LIBÓRIO, R. M. (orgs). **Tráfico de Pessoas e Violência sexual** / Organizado pelo Grupo de Pesquisa sobre Violência, Exploração Sexual e Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes – VIOLES/SER/Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

LEITE, R. P. Patrimônio e enobrecimento no Bairro do Recife. **Revista CPC**, São Paulo, v.1, n.2, p.17-30, maio/out. 2006.

LIMA, D. A Violência Urbana e a Sensação de Insegurança nos Espaços Públicos de Lazer das Cidades Contemporâneas. **Geoconexões**. Ano 1, Vol. 2, 2015.

LIRA, P. **Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas**. 2. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017.

LOCATEL, C. **Impactos Socioambientais do Turismo em Áreas Litorâneas: o caso de Tibau do Sul – Rio Grande do Norte, Brasil**. Alicante, 2012.

LYRA, C. #OCUPE ESTELITA: A Resistência Cultural Pelo Direito à Cidade. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.3, n.3, p.93 – 107, set/dez, 2015.

MADUREIRA, S. **Bairro do Recife: porto seguro da boemia**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1995.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. Estudos Urbanos. Série Arte e Vida Urbana. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

MARICATO, E. O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Em: **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). ISSN 1518-4285. Fevereiro de 2006.

MARICATO, E. O Estatuto da cidade periférica. Em: **O Estatuto da Cidade: comentado**. Organizadores Celso Santos Carvalho, Anaclaudia Rossbach. – São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

MCCOOL, Stephen F. The Changing Meanings of Sustainable Tourism. In **Reframing Sustainable Tourism**. Stephen F. McCool; Keith Bosak (orgs). Reino Unido: Springer, 2016.

MELO, S.; MATIAS, L. Geografia do Crime e da Violência no Brasil entre 2007 a 2015. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, p.146-165, V.12, n.19, jul-dez.2016.

MENDONÇA, M. **O dilema da intersetorialidade na política de segurança pública em Pernambuco: o discurso governamental e da mídia escrita nos anos 2007/2011**. Tese de doutorado Universidade Federal de Pernambuco - Recife: 2014.

MENEZES, L. **Habitar no centro histórico**: a habitação de interesse social como instrumento de reabilitação do Centro Histórico do Recife. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Pernambuco – Recife, 2015.

MOUFAKKIR, O.; KELLY, I. **Tourism, Progress and Peace**. Londres. CAB International, 2010.

MOLLO, M. O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. **Revista de Economia Política**, Volume 24, n. 1(53), abril, 2015.

MORAIS, R. **O que é violência urbana?** 6ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

MOUFAKKIR, O.; KELLY, I. (Eds.) **Tourism, Progress and Peace**. Oxfordshire: CABI, 2010.

NAÇÕES UNIDAS. **ODS 11**. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods11/>>
Acesso em: 19/08/17

NASCIMENTO, E. **Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários**. In BURSZTYN, Marcel (org.). No meio da rua - nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2000.

NASCIMENTO, E.; COSTA, H. **Turismo e Sustentabilidade**: verso e reverso. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2018.

NOGUEIRA, C. A análise do discurso. Em: L. Almeida e E. Fernandes (Eds), **Métodos e técnicas de avaliação**: novos contributos para a pratica e investigação. Braga: CEEP, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **World Health Statistics 2018**: Monitoring health for the SDGs. 2018. Disponível em: http://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/2018/en/. Acesso em 23/05/2018

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Tourism Highlights**: 2017 edition. 2017. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419029>. Acesso em 03/07/2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Tourism for Development** – Volume I: Key Areas for Action. UNWTO, Madrid, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18111/9789284419722>.

PAÇO DO FREVO. **Parceiros**. Disponível em: <http://www.pacodofrevo.org.br/>. Acesso em 08/05/2018.

PAGE, S.; HALL, M. **Managing Urban Tourism**. Prentice Hall: Universidade de Michigan, 2003.

PAIN, R. Place, social relations and the fear of crime: a review. **Progress in Human Geography** 24,3, pp. 365–387, 2000.

PERNAMBUCO, 2018a. SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL (SDS). **Evolução Anual dos Números de Vítimas de CVLI em Pernambuco por Município**. Disponível em: <<http://www.sds.pe.gov.br/>> Acesso em 06/06/2018

PERNAMBUCO, 2018b. SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL (SDS). **Evolução Anual dos Números de Vítimas de CVP em Pernambuco por Município**. Disponível em: <<http://www.sds.pe.gov.br/>> Acesso em 06/03/2018

PERNAMBUCO, 2018c. SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO (SDS). **Números de Ocorrências de Roubo, Furto, Vítimas de Estupro e CVLI no Município de Recife, Por AIS, no período de janeiro de 2004 (Estupro e CVLI) a fevereiro de 2018**. Pedido de Acesso à Informação. Relatório nº 208/2018/GACE/SDS INFOPOL/SDS 23/03/2018

PERNAMBUCO, 2018d. PREFEITURA DA CIDADE. Serviços para o cidadão. **Bairro do Recife**. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/bairro-do-recife>. Acesso em 22/01/2018.

PEDRINI, A.; MESSAS, T.; GHILARDI-LOPES, E.; BERCHEZ, F. Educação Ambiental pelo Ecoturismo numa Trilha Marinha no Parque Estadual da Ilha Anchieta, Ubatuba (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, 3(3), 429–459, 2010.

PERINOTTO, A. Turismo Pedagógico: uma ferramenta para educação ambiental. **Caderno Virtual de Turismo**, 8(1), 100–103, 2008.

PIZAN, A. Tourism and Crime: Is There a Relationship? **Journal of Travel Research** 1982 20: 7 DOI: 10.1177/0047287582020003021982

PORTO, M. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade pós-moderna. **Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**. Ano 8, nº 16. Jul/Dez, 2000.

PORTO, M. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. **Revista Sociologias**, Porto Alegre. Ano 4, nº 8, jul/dez, 2002.

PORTO DIGITAL. **Revitalização Urbana**. Disponível em <<http://www.portodigital.org/parque/historia/revitalizacao-urbana>> Acesso em 03/09/2017

PORTO DO RECIFE S.A. **Operações - Terminal Marítimo**. Disponível em: http://www.portodorecife.pe.gov.br/terminal_operacoes.php. Acesso em: 05/03/2018

PRITCHARD et al. Creating an academy of hope: an enquiry-learning-action nexus. In Ateljevic I., Morgan N., Pritchard A. (eds) **The Critical Turn in Tourism Studies: Creating an Academy of Hope**, 2nd edn. Oxford: Routledge. 2012.

QIAN, J.; WEI, J.; LAW, R. Review of critical discourse analysis in tourism studies. **International Journal of Tourism Research**. P. 1 -12, 2018.

RATTON, J.; GALVÃO, C.; FERNANDEZ, M. Pact for Life and the Reduction of Homicides in the State of Pernambuco. **Stability: International Journal of Security & Development**, 3(1): 18, pp. 1-15, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5334/sta.dq>

RECIFE, 1993. **Lei Municipal nº 15.840 de 29/12/93**. Institui a Zona Especial Turística do Bairro do Recife - ZET I, Concede Incentivos Fiscais e dá Outras Providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/lei-ordinaria/1993/1584/15840/lei-ordinaria-n-15840-1993-institui-a-zona-especial-turistica-do-bairro-do-recife-zet-i-concede-incentivos-fiscais-e-da-outras-providencias>. Acesso em 27/03/2018.

REZENDE, A.; ALMEIDA, M. **O Recife: histórias de uma cidade**. Recife: Fund Cult Cidade Recife, 2002. 205 p. (Coleção malungo; 6). ISBN 8570441118.

RIBEIRO, M.; SANTOS, E. Turismo Cultural como Forma de Educação Patrimonial para as Comunidades Locais. **Itinerarium**, 1, 1–12, 2008.

ROCHA, T. **Roteiros do Recife**. Recife: Mousinho Artefatos de Papel, 1959.

RYDIN, Y. **Conflict, consensus, and rationality in environmental planning**: an institutional discourse approach. Oxford: Oxford University Press, 2003.

SANTOS, R. S. [Re]Ordenação Espacial e Turismo: A Revitalização do Bairro do Recife Antigo. **Revista Rosa dos Ventos** 5(3) 476-484, jul-set, 2013.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SEN, A. **Social Exclusion**: concept, application, and scrutiny, 2000.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (SEPLAG), 2017. **Pacto pela Vida**. Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br/web/ppv/pacto-pela-vida>>

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO, OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL (SEPLAM). **Gestão do Bairro do Recife – Escritório de Revitalização do Bairro do Recife**. Considerações DPE. Reunião SEPLAM, 05/08/2002.

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. **Metodología del ranking (2017) de las 50 ciudades más violentas del mundo**. México, 2018.

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. **Metodología del ranking (2016) de las 50 ciudades más violentas del mundo**. México, 2017.

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. **Metodología del ranking (2015) de las 50 ciudades más violentas del mundo**. México, 2016.

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. **Metodología del ranking (2014) de las 50 ciudades más violentas del mundo**. México, 2015.

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. **Metodología del ranking (2013) de las 50 ciudades más violentas del mundo**. México, 2014.

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. **Metodología del ranking (2012) de las 50 ciudades más violentas del mundo**. México, 2013.

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. **Metodología del ranking (2010) de las 50 ciudades más violentas del mundo**. México, 2012

SILVA, A. **O Litoral e a Metrópole: din mica imobiliária, turismo e expansão urbana na região metropolitana de Natal-RN**. Tese de Doutorado —Natal: UFRN, 2010.

SILVA, T.; ÁVILA, M. Turismo sexual e explora o sexual infantil: uma análise da atua o do programa sentinela em Ilhéus. **PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Vol. 8 N 1 págs. 185-193. 2010.

SILVA, H. **Revitaliza o Urbana de Centros Históricos: uma revisão de contextos e propostas: a Ribeira como estudo de caso**. Natal: UFRN, 2002.

SODRÉ, M. **Sociedade, m dia e violência**. Porto Alegre: Sulina: Edipurs, 2002.

SOUZA, L.; LAPA, T. O processo de revitaliza o e atividade turística no “Bairro do Recife” (Recife, Pernambuco, Brasil): interposi es ao desenvolvimento humano no contexto das teorias das cidades sustentáveis e da Conserva o Integrada. **Turismo & Sociedade** (ISSN: 1983-5442). Curitiba, v. 8, n. 1, p. 124-144, janeiro-abril de 2015.

SMITH, N. New Globalism, New Urbanism: gentrification as global urban strategy. **Antipode**, p. 427–450, 2002.

SMITH, P. A percep o como uma rela o: uma análise do conceito comum de percep o **ANALYTICA**, Rio de Janeiro, vol 18 n  1, 2014, p. 109-132.

SPOSITO, M. Segrega o socioespacial e centralidade urbana. In: Vasconcelos; Corrêa; Pintaudi (Orgs.). **A cidade contemporânea. Segrega o espacial**. Ed. Contexto: São Paulo, 2013.

STEINBERGER, M. Turismo, território usado e cidade: uma discussão pr -teórica. In: Steinberger, M. (org.) **Territórios Turísticos no Brasil Central**. Brasília: LGE Editora, 2006.

SUDOESTESP. **Cole o - Imagens Período Colonial – Pernambuco**. Disponível em: <http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-pernabuco/681/> Acesso em: 10/05/2018

TECNOLOGIA E CONSULTORIA BRASILEIRA S.A (TC/BR). **Avaliação do Prodetur I.** Pólo Costa dos Arrecifes. PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. 2005. Disponível em: http://edi.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/pe_2_avaliacao_prodetur_ne_i_parte_1_100708.pdf. Acesso em: 19/04/2018.

TEIXEIRA, I. A violência está matando o turismo no Brasil. Indicadores Sociais. **Conjuntura Econômica**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1997.

TRIBE, J. **The Indiscipline of Tourism**. Annals of Tourism Research, Vol. 24. Nº. 3, pp. 638 – 657, 1997.

TRINDADE, A. **Entre a lei e a ordem:** violência e conflitualidade no Rio de Janeiro e Nova York. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2004.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). A new urban paradigm: pathways to sustainable development. **Policy in Focus**. Volume 13, Issue No. 3 • December, 2016.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Goal 11:** Sustainable Cities and Communities. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/undp/en/home/sustainable-development-goals/goal-11-sustainable-cities-and-communities.html>>. Acesso em: 19/08/17

WHEELER, B. Sustaining the Ego. **Journal of Sustainable Tourism**, 1:2, 121-129, 1993.

WORLD BANK. **Brasil: Pernambuco aposta em programa inovador para combater o crime**. World Bank Group. Publicado em: 21 de novembro de 2013 Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/news/feature/2013/11/21/Brazil-Pernambuco-pacto-vida-program-curbs-homicide-rates-crime>>. Acesso em 21/03/2017.

YAZIGI, E. **Civilização Urbana:** planejamento e turismo. São Paulo: Contexto, 2001.

YIN, R. **Case study research: design and methods** / Robert K. Yin. — Fifth edition. Cingapura: SAGE Publications, Inc., 2014. Paginação Irregular (e-pub).

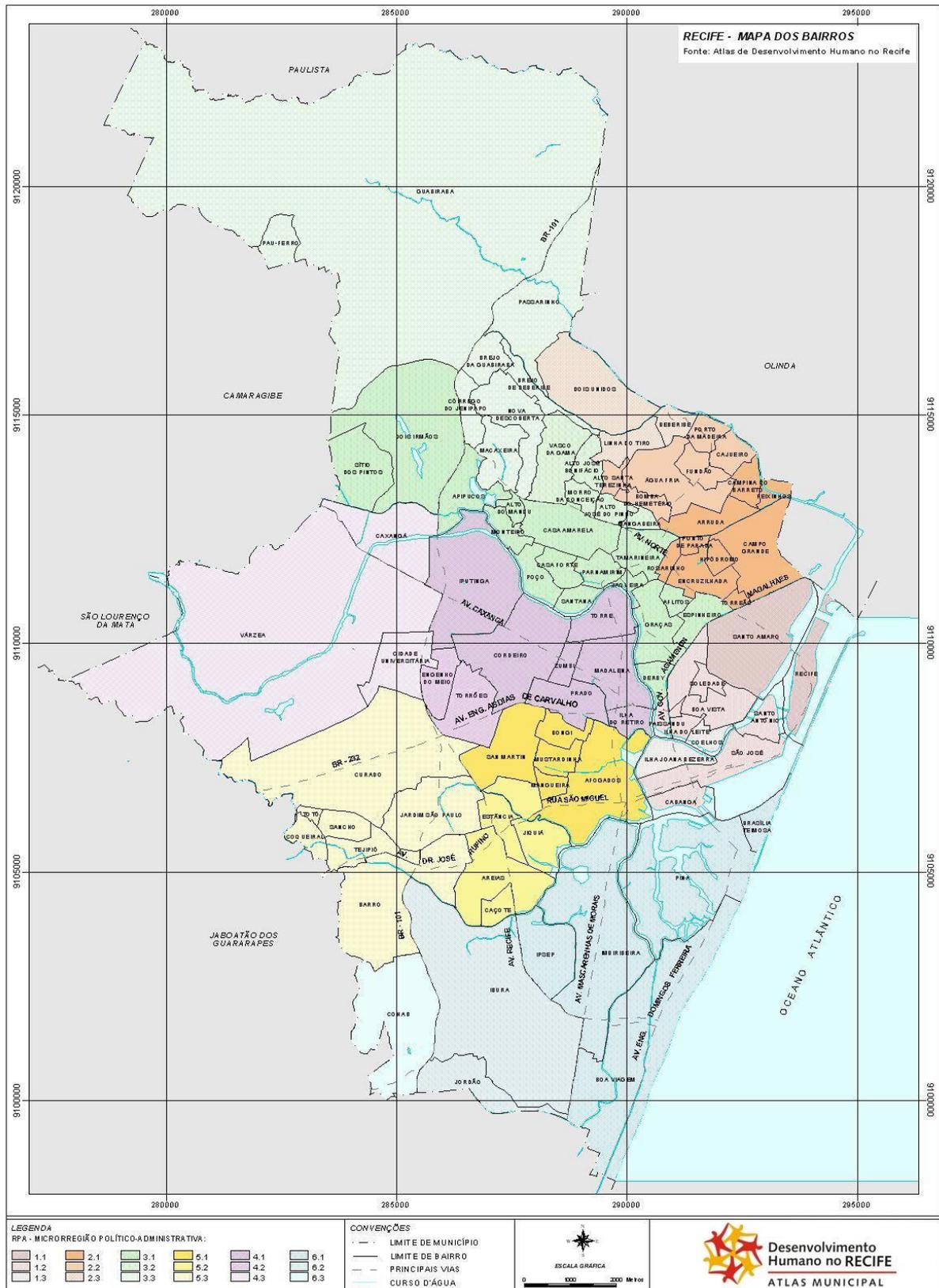
ZANCHETI, S.; MARINHO, G.; LACERDA, N. (Orgs.). **Revitalização do Bairro de Recife:** plano, regulação e avaliação. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

ZYMLER, B. **Relatório do Ministro Relator**. Tribunal de Contas da União, 2003. Acesso em:
<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D9285BE1F080A>

ANEXO 1

Mapa dos bairros da cidade do Recife em versão ampliada.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife (2005).



ANEXO 2

Material promocional do projeto “Recife Antigo de Coração” com a explicação do fluxo das vias nos dias dedicados à sua execução.



Fonte: Prefeitura do Recife, 2013

ANEXO 3

Material promocional da Ciclofaixa de Turismo e Lazer.



Fonte: Prefeitura do Recife, 2015.